



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
NÚCLEO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO ESCOLAR
MESTRADO PROFISSIONAL**

ADONIAS SOARES DA SILVA JÚNIOR

**A EVASÃO ESCOLAR NO CURSO TÉCNICO EM FINANÇAS OFERECIDO
PELO IFRO NA EAD**

**Porto Velho
2017**

ADONIAS SOARES DA SILVA JÚNIOR

**A EVASÃO ESCOLAR NO CURSO TÉCNICO EM FINANÇAS OFERECIDO PELO
IFRO NA EAD**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar da Universidade Federal de Rondônia, em Porto Velho, como requisito final para a obtenção do título de Mestre em Educação Escolar.

Orientador: Prof. Dr. Wilmo Ernesto Francisco Junior.

Linha de Pesquisa: Práticas Pedagógicas, Inovações Curriculares e Tecnológicas.

**Porto Velho
2017**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Fundação Universidade Federal de Rondônia
Gerada automaticamente mediante informações fornecidas pelo(a) autor(a)

S586 Silva Júnior, Adonias Soares da .

A evasão escolar no Curso Técnico em Finanças oferecido pelo IFRO na EAD / Adonias Soares da Silva Júnior. -- Porto Velho, RO, 2017.

108 f. : il.

Orientador(a): Prof. Dr. Wilmo Ernesto Francisco Júnior

Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Escolar) - Fundação Universidade Federal de Rondônia

1. Evasão. 2. Educação à distância. 3. Curso Técnico Finanças. 4. Educação Profissional. I. Francisco Júnior, Wilmo Ernesto. II. Título.

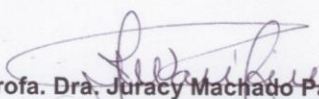
CDU 37.018

ADONIAS SOARES DA SILVA JÚNIOR

**A EVASÃO ESCOLAR NO CURSO TÉCNICO EM FINANÇAS OFERECIDO PELO
IFRO NA EAD**

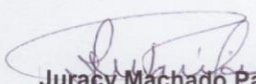
Este Trabalho de Conclusão Final de Curso (Dissertação) foi julgado adequado e
aprovado para a obtenção do título de **Mestre em Educação Escolar pelo**
Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar - Mestrado Profissional - da
Universidade Federal de Rondônia.

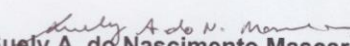
Porto Velho, 07 de agosto de 2017.


Profa. Dra. Juracy Machado Pacífico
Coordenadora do PPGE/MEPE
Portaria 436/GR - 17/05/2017

BANCA EXAMINADORA


Wilmo Ernesto Francisco Júnior
Presidente


Juracy Machado Pacífico
Membro Interno - PPGE/MEPE


Suely A. do Nascimento Mascarenhas
Membro Externo - PPGE/UFAM

Josemir Almeida Barros
Membro Suplente Interno - PPGE/MEPE

Marli Lúcia Tonatto Zibetti
Membro Suplente Externo - PPGE/XXXX

Aos meus pais, esposa, filho, irmãos, amigos e
colegas educadores.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por ter me ajudado até aqui e me concedido saúde para superar as dificuldades.

Aos meus pais, pelo amor, carinho e dedicação que sempre tiveram comigo em todas as etapas de minha vida, renunciando muita coisa pela minha felicidade. Meu maior exemplo!

Aos meus irmãos, que não tiveram a oportunidade de seguir seus estudos, em função da necessidade de sobreviver. Mesmo assim, deram todo o suporte possível para que eu conseguisse realizar os meus objetivos.

À Jucélia, minha esposa linda, dedicada e companheira. Sem você não teria chegado até aqui. Meu filho Nicolás, minha maior riqueza e fonte de inspiração.

Ao Diretor do *campus* Porto Velho Zona Norte, Professor Miguel, por permitir o desenvolvimento desta pesquisa, com sinceros agradecimentos a todos os professores, coordenadores de polo e tutores EAD, pela colaboração na realização desta pesquisa e pela dedicação registrada nas suas contribuições em favor dos alunos e de uma EAD melhor.

Aos meus colaboradores do IFRO, Pedro Augusto e Luciana Rios, obrigado pela colaboração.

Ao IFRO e a UNIR, pela parceria que nos proporcionou a realização desse sonho.

Aos professores que ministraram disciplinas no MEPE.

Aos meus colegas de jornada: Jeferson, Samuel, Anabela e a todos os outros que compartilharam comigo momentos muito especiais.

Aos membros das bancas de qualificação e defesa, meu agradecimento por toda a ajuda que me deram para a conclusão deste trabalho.

Ao professor Dr. Wilmo Ernesto Francisco Junior, meu orientador, agradeço pela paciência com que conduziu todo o trabalho de orientação. Sua disponibilidade e profissionalismo contribuíram muito para meu crescimento enquanto pesquisador.

Não há mudanças sem o sofrimento da transição, do próprio esforço implicado que exige, muitas vezes, renúncia, disciplina e dedicação.

Jussara Hoffmann (2010)

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa dos polos EAD IFRO	54
Figura 2 - Mesorregiões do Estado de Rondônia	70
Figura 3 - Participantes inscritos no Grupo de discussão do AVA	74
Figura 4 - Estrutura dos tópicos apresentados ao Grupo de Discussão no AVA	75
Figura 5 - Participação no Fórum do AVA	76

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Expansão em unidades da Rede Federal de Educação Científica e Tecnológica	30
Quadro 2 - Expansão da Rede em número de municípios	31
Quadro 3 - Causas endógenas.....	46
Quadro 4 – Causas exógenas.....	47
Quadro 5 - Índice de evasão total média de cursos superiores de alguns países da América Latina.....	48
Quadro 6 - População da pesquisa.....	52
Quadro 7 - Amostra da pesquisa.....	53
Quadro 8 - Análise de conteúdo do questionário aplicado aos alunos evadidos.....	55
Quadro 9 - Dados gerais do questionário aplicado aos estudantes evadidos.....	60
Quadro 10 - Principais motivos da evasão.....	67
Quadro 11 - Matrícula dos estudantes evadidos do curso de Finanças EAD.....	79

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Cidades onde os polos EAD foram instalados.....	36
Tabela 2 - Demonstrativo da evasão Técnico em Finanças EAD IFRO.....	57
Tabela 3 - Demonstrativo da evasão separado por polo	58
Tabela 4 – Histórico estudantil.....	61
Tabela 5 - Representação da escolaridade dos pais - turma 2014/1	62
Tabela 6 - Perspectivas em relação ao curso	63
Tabela 7 - Teve dificuldades no aprendizado	64
Tabela 8 - O curso não correspondeu as suas expectativas	64
Tabela 9 - Dificuldades no relacionamento com docentes/servidores	65
Tabela 10 - Ações para evitar a desistência do curso	68

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABED	Associação Brasileira de Educação à Distância
AVA	Ambiente Virtual de Aprendizagem
AVA	Ambiente Virtual de Aprendizagem
CAED	Coordenação de Assistência ao Educando
CEAD	Centro de Educação Aberta, Continuada, à Distância
CEFET	Centro Federal de Educação Tecnológica
CEP	Comitê de Ética na Pesquisa
CF	Constituição Federal
CNE	Conselho Nacional da Educação
CONSUP	Conselho Superior
CRA	Coordenação de Registros Acadêmicos
DEAD	Diretoria de Educação à Distância
EAD	Educação à Distância
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
EPT	Educação Profissional e Tecnológica
GPED	Grupo de Pesquisa em Educação à Distância
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas
IBM	International Business Machines (Máquina de Negócios Internacionais)
IFAM	Instituto Federal do Amazonas
IFPR	Instituto Federal do Paraná
IFRO	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
MEC	Ministério da Educação
MEPE	Mestrado Profissional em Educação Escolar
ONU	Organização das Nações Unidas
PAER	Pesquisa de Atividade Econômica Regional
PDE	Plano de Desenvolvimento da Educação

PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PNE	Plano Nacional de Educação
PPC	Projeto Pedagógico de Curso
RO	Rondônia
ROA	Regulamento da Organização Acadêmica dos Cursos Técnicos
SEED	Secretaria de Educação à Distância
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SETEC	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
SINAES	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
SISTEC	Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UAB	Universidade Aberta do Brasil
UNIR	Universidade Federal de Rondônia

RESUMO

Este trabalho apresenta o resultado da pesquisa desenvolvida no Mestrado Profissional em Educação Escolar – MEPE/UNIR, tendo como *locus* da pesquisa o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia, campus Porto Velho Zona Norte quanto à evasão escolar na educação profissional. O objetivo foi apresentar os principais fatores que influenciam na Evasão Escolar no curso Técnico em Finanças na modalidade de educação à distância – EAD, e a partir disso estabelecer uma intervenção na realidade a fim de buscar formas de minimizar a problemática central. O levantamento de dados ocorreu em 8 polos da Instituição localizados nos municípios de Ariquemes, Cujubim, Jaru, Ouro Preto do Oeste, Ji-Paraná, Guajará-Mirim, Nova Mamoré e Porto Velho Zona norte, no período de setembro a dezembro de 2016. A metodologia utilizada foi a pesquisa-ação, tendo em vista que a pesquisa foi concebida e realizada em estreita associação com uma resolução de um problema coletivo. Foi adotada a abordagem qualitativa descritiva de forma que os instrumentos utilizados para a coleta de dados foram um diário de campo, o questionário semiestruturado e análise documental. Foram utilizados para a fundamentação legal a LDB (Lei nº 9394/96), Constituição Federal (1998), Lei nº 4.024/1961, Lei nº 5.692/1971, Lei n.º 10.172/2001, Lei nº 13.005/2014 e Decreto Federal nº. 5.622/2005. Constituem referencial teórico, Thiollent (1996) e Turato (2004) sobre o desenvolvimento da pesquisa-ação. A análise de dados ocorreu pela análise de conteúdo com base nos conceitos propostos por Bardin (1979). O direito a educação foi discutido com enfoque nas ideias de Linhares (2007) e Telles (1999). A discussão sobre as diretrizes, objetivos e metas para a implementação da modalidade de educação a distância encontra referência no Plano Nacional de Educação (2014). Os aspectos históricos e o fortalecimento da rede federal foram embasados em Pacheco (2007). A evasão escolar no cenário da EAD é discutida sobre a perspectiva de Riscal (2010), Litto (2007), ABED (2014), Freitas (2013), Favero (2006) e Comarella (2009). A discussão sobre as funções dos tutores e colaboradores na EAD é embasada em Arce (2010) e Belloni (2003). Os aspectos positivos e negativos da EAD foram discutidos com base nos conceitos de Sá (2011), Aretio (1994), Caixeta (2011), Silva; Cornachione (2005). Os resultados da pesquisa foram analisados sob a perspectiva de Dore e Luscher (2011), Almeida (2007) e Bittencourt; Mercado (2014). Os colaboradores da pesquisa foram estudantes evadidos do curso Técnico em Finanças EAD Subsequente, coordenadores de polo e tutores. Os resultados apontam para a necessidade de informações detalhadas sobre os cursos ofertados, indicadores preventivos e necessidade de acompanhamento institucional aos alunos com potencial de evasão. As intervenções resultaram no retorno de 481 matrículas de estudantes que haviam evadido somente no curso de Finanças EAD, dos quais 272 concluíram o curso.

Palavras-chave: Evasão. Educação à Distância. Curso Técnico Finanças. Educação Profissional.

ABSTRACT

This work presents the results of the research developed in the Professional Master in School Education - MEPE / UNIR, having as locus of research the Federal Institute of Education, Science and Technology of Rondônia, Porto Velho North Zone campus regarding school dropout in professional education. The goal was to present the main factors that influence the School dropout in the Technical Course in Finance in the modality of distance education - EAD, and from that, to establish an intervention in the reality in order to find out ways to minimize the central problematic. The data collection took place in 8 poles of the Institution located in the cities of Ariquemes, Cujubim, Jaru, Ouro Preto do Oeste, Ji-Paraná, Guajará-Mirim, Nova Mamoré and Porto Velho from September to December 2016. The methodology used was action research, considering that the research was conceived and carried out in close association with a resolution of a collective problem. The descriptive qualitative approach was adopted so that the instruments used for the data collection were a field diary, semi-structured questionnaire and documentary analysis. The legal basis was LDB (Law No. 9394/96), Federal Constitution (1998), Law No. 4.024 / 1961, Law No. 5.692 / 1971, Law no. 10.172 / 2001, Law 13.005 / 2014 and Federal Decree no. 5.622 / 2005. Constitute theoretical framework, Thiollent (1996) and Turato (2004) on the development of action research. Data analysis was performed by content analysis based on the concepts proposed by Bardin (1979). The right to education was discussed with a focus on the ideas of Linhares (2007) and Telles (1999). The discussion on the guidelines, objectives and targets for the implementation of distance education is mentioned in the National Education Plan (2014). The historical aspects and the strengthening of the federal network were based on Pacheco (2007). School evasion in the EAD scenario is discussed in the perspective of Riscal (2010), Litto (2007), ABED (2014), Freitas (2013), Favero (2006) and Comarella (2009). The discussion about the roles of tutors and collaborators in EAD is based on Arce (2010) and Belloni (2003). The positive and negative aspects of EAD were discussed based on the concepts of Sá (2011), Aretio (1994), Caixeta (2011), Silva; Cornachione (2005). The results of the research were analyzed from the perspective of Dore and Luscher (2011), Almeida (2007) and Bittencourt; Market (2014). The research collaborators were students who had been evaded from the EAD Subsequente Finance Technical course, polo coordinators and tutors. The results point to the need for detailed information on courses offered, preventive indicators and the need for institutional follow-up to students with potential for avoidance. The interventions resulted in the return of 481 enrollments of students who had only avoided in the EAD Finance course, of which 272 completed the course.

Keywords: Evasion. Distance Education. Technical Course Finance. Professional education.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	16
2	ACEPÇÕES LEGAIS E HISTÓRICAS DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	20
2.1.	Educação: direito fundamental.....	20
2.2	Perspectivas do direito à educação no Brasil.....	21
2.3	Carta cidadã de 1988 e a educação	23
2.4	Perspectivas da lei de diretrizes e bases da educação - lei nº 9.394/96	24
2.5	Marco do ensino ead - decreto nº 5.622/2005.....	25
2.6	Plano Nacional de Educação / PNE - lei nº 10.172/ 2001 e lei nº 13.005/2014.....	27
2.7	Expansão da rede federal de educação.....	29
2.8	O IFRO e o <i>campus</i> Porto Velho zona norte.....	32
3	EAD: ABORDAGENS E PERSPECTIVAS.....	38
3.1	Educação à distância: cenário nacional	38
3.2	Aspectos positivos e negativos da ead.....	41
3.3	EAD: conceitos e a problemática da evasão	43
4	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E A PESQUISA.....	50
4.1	Enfoque metodológico da pesquisa.....	50
4.2	Cálculo da evasão	51
4.3	Participantes da pesquisa	52
4.4	Levantamento de dados da evasão.....	54
4.4.1	Visitação <i>in loco</i> buscando possíveis causas e soluções para evasão	55
4.4.2	Apresentação dos instrumentos para coleta dos dados	56
5	RESULTADOS E DISCUSSÃO	57
5.1	Dados da evasão.....	57
5.2	Argumentações sobre as possíveis causas da evasão.....	60
5.3	Evasão na visão dos coordenadores de polo	69
5.4	Propostas de intervenção	73
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	81
	REFERÊNCIAS	85
	APÊNDICES.....	90
	ANEXOS	97

1 INTRODUÇÃO

O sistema educacional brasileiro sofreu ampliação nos últimos 30 anos no que diz respeito ao acesso pela população, principalmente na Educação à Distância. A institucionalização da EAD no Brasil foi um dos fatores que contribuíram para este acesso, sobretudo no âmbito da Educação Superior e Técnica. Todavia, o acesso por si não garante a permanência do estudante, a qualidade da formação ou o êxito para o término dos estudos. Nessa conjuntura, uma problemática que merece atenção é a evasão escolar, fenômeno que, embora não seja atual, é preocupante na realidade das instituições educacionais públicas do país, cujas causas podem estar calcadas em diferentes aspectos sociais e institucionais.

Nessa conjuntura, esta pesquisa buscou compreender e evidenciar os motivos que levam os discentes a abandonarem os estudos, a fim de promover uma análise que estabeleça possibilidades com vistas a contribuir para a diminuição da evasão escolar na EAD, de maneira a garantir o direito à educação, conforme previsto na Constituição Federal Brasileira.

Inicialmente ressalta-se que a EAD recebeu diversas denominações por todo mundo. Maia e Mattar (2007) citam como exemplo os Estados Unidos que conceituam essa modalidade como estudo em casa, o Reino Unido define como educação por correspondência. Os autores também relatam que na França a EAD é chamada de telensino e em Portugal é teleducação. Porém, apesar de todas essas conceituações, existem alguns pontos comuns entre elas e para compreender melhor o que é a EAD, serão citadas algumas definições.

Segundo Moran (1994), EAD pressupõe, diferentemente do ensino presencial, um modo de ensino assíncrono e intercedido por tecnologias, sobretudo a telemática. Verifica-se, portanto, que na modalidade de ensino EAD as atividades de ensino e aprendizagem são desenvolvidas, em sua grande maioria, sem que alunos e professores estejam presentes no mesmo lugar à mesma hora. Apesar disso, são utilizadas práticas pedagógicas que vinculam o discente ao ensino.

Com o advento da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB) nº 9.394/96, a EAD foi reconhecida como modalidade de ensino por meio do artigo 80: “O Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada” (BRASIL, 1996, p. 15). Esse aspecto possibilitou o crescimento dessa modalidade nas instituições públicas e privadas em todo país. Nesse sentido, a modalidade de EAD vem crescendo consideravelmente no Brasil, tanto no oferecimento dos cursos técnicos, como nos cursos superiores.

Os números e as vantagens do ensino EAD são positivos, porém juntamente com esse crescimento existe uma grande parcela desses estudantes que deixam os cursos de forma precoce, caracterizando a evasão escolar.

Dessa forma, existe a necessidade e a urgência de realização de análises aprofundadas como aponta Oliveira (2001, p. 39): “[...] a evasão escolar e o trancamento de matrícula têm representado grandes problemas para a instituição de educação profissional”. Este panorama apresenta consequências drásticas tanto para a vida do discente quanto para a instituição, resultando num antigo problema que é a baixa qualificação profissional dos jovens.

A interrupção dos estudos por parte dos alunos pode gerar prejuízos tanto para a sociedade quanto para si mesmo, tornando o aluno um trabalhador sem qualificação, mal remunerado e à mercê do desemprego, reproduzindo a exclusão, considerando que parte da sociedade não terá acesso ao conhecimento técnico-científico necessário para o desenvolvimento das suas atividades laborais.

A evasão escolar é um dos temas mais discutidos no contexto educacional e requer a adoção de políticas públicas e institucionais que possam atuar para resolver ou minimizar o problema. Nesta perspectiva de busca de alternativas que proporcionem a resolução e a compreensão dos problemas da evasão escolar no ensino técnico, especificamente na modalidade à distância, é que nossa pesquisa se sustenta. Com base nesse pressuposto, a pesquisa buscou responder ao seguinte questionamento: Como possibilitar a diminuição da evasão escolar nos cursos técnicos na modalidade de EAD, por meio de práticas pedagógicas efetivas, considerando a educação escolar como direito inalienável de todo cidadão?

Destaca-se que, mesmo considerando os aspectos já elencados, outros motivos relacionados também foram determinantes para o desenvolvimento do estudo. Um resgate sobre minha trajetória profissional evidencia os motivos que me levaram ao interesse pela temática evasão escolar.

Em 2013 iniciei na carreira docente em uma faculdade privada na cidade de Porto Velho, onde atuei durante quase dois anos no Ensino Superior ministrando as disciplinas de Administração, Economia e Direito Penal. Na ocasião, fui Coordenador do Curso Superior Tecnólogo de Gestão de Segurança Privada. Neste período passei a observar que o abandono ao curso pelos estudantes era recorrente, mas curiosamente não era discutido pela instituição. Tal fato já despertou minha atenção, considerando, especialmente, que a perda de estudantes por uma instituição privada significa igualmente perda financeira.

Em 2015, ao ingressar na carreira docente do IFRO (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia) como professor de Administração nos Cursos Técnicos e Tecnológicos, logo foi possível perceber os altos índices de evasão escolar dos discentes daquela instituição de ensino. Entender o que ocasiona a evasão daqueles estudantes passou a ser inquietante para mim. Entretanto, percebi que só existiam alguns dados mensurados e que

nenhuma ação efetiva era feita para modificar a realidade da evasão. Ainda que em uma instituição pública a evasão possa não significar diretamente perda financeira, os problemas sociais e econômicos estão igualmente associados.

As questões relatadas motivaram esse pesquisador a ingressar no grupo de pesquisa em Educação à Distância - GPED do IFRO, equipe que tem suas linhas de pesquisas voltadas ao uso de tecnologias e estudos da EAD na Amazônia. Com o objetivo de aprofundar os estudos e buscar fundamentos teóricos, por meio da assinatura de um termo de cooperação técnica entre a UNIR e o IFRO, fui informado da abertura de edital do Mestrado Profissional em Educação Escolar – MEPE, com a oferta de 30 vagas para servidores do IFRO e IFAM. O contexto já demarcado pela realidade evidenciada nos poucos meses de instituição motivou-me a submeter um projeto voltado para o estudo da evasão escolar.

A pesquisa se desenvolveu no IFRO, *campus* Porto Velho Zona Norte e seus 23 polos EAD, que fazem parte do programa de expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, MEC. Em 2003 existiam 140 Escolas Federais de Educação Profissional em todo o país. Essas 140 escolas ofertavam 140 mil matrículas em educação profissional. Hoje, são 354 escolas, sendo 214 novas e mais de 340 mil matrículas, com forte atuação na modalidade EAD.

Existe a necessidade e a urgência de realização de análises aprofundadas, como aponta Oliveira (2001, p. 39): “[...] a evasão escolar e o trancamento de matrícula têm representado grandes problemas para a instituição de educação profissional”. Segundo sua pesquisa realizada em um CEFET foi identificado um percentual entre 30,0 a 50,0% de evasão, nos diferentes cursos. Vale ressaltar que números como estes apresentam consequências drásticas tanto para a vida do discente quanto para a instituição, resultando num antigo problema que é a baixa qualificação profissional dos jovens.

Portanto, ressalta-se a importância da investigação acerca dos fatores relacionados ao abandono escolar dos cursos técnico oferecidos pelo IFRO na modalidade EAD, uma vez que esta pesquisa pode nortear diretrizes, planos e ações de combate à evasão conjuntamente aos demais envolvidos.

Sob esta ótica, o objetivo geral desta pesquisa foi entender os principais fatores de evasão para se estabelecer formas de minimizar os altos índices. Para alcançarmos tal finalidade, delimitamos os seguintes objetivos específicos:

- Problematicar a evasão no curso Técnico em Finanças oferecido na modalidade EAD pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia – IFRO;

- Identificar e analisar fatores envolvidos na evasão dos estudantes na modalidade EAD;
- Pensar políticas para aplicação de ações pedagógicas diferenciadas para o curso Técnico em Finanças EAD;
- Estabelecer estratégias de intervenção que possam diminuir os índices de evasão no ensino técnico à distância.

Deste modo, a presente dissertação apresenta-se configurada em quatro seções, buscando alcançar os objetivos propostos para a consecução da pesquisa. Na primeira seção apresentamos as Acepções Legais e Históricas da Educação Profissional, trazendo um resgate da História da Educação Profissional no Brasil, a partir das políticas públicas implementadas para o seu desenvolvimento. Ainda nesta seção, analisamos a Educação Profissional no País, no contexto da Expansão da Rede Federal de Educação iniciada no ano de 2005.

Na segunda seção, abordamos a evasão escolar no IFRO, em consonância com a perspectiva teórica adotada na pesquisa, bem como apresentamos uma discussão conceitual sobre a evasão escolar, apoiado no referencial teórico, onde estudiosos analisam o fenômeno da evasão no contexto nacional e internacional, traçando propostas e possibilidades de erradicação desse fenômeno.

Na terceira seção, abordamos os procedimentos metodológicos, explicitando o enfoque metodológico da pesquisa, com destaque na metodologia da pesquisa-ação aplicada nesta dissertação, caracterização do local da pesquisa e descrição dos sujeitos. Apresentamos também os dados coletados na pesquisa, analisados e interpretados sobre o número de alunos evadidos e os fatores da evasão, de forma articulada às perspectivas dos teóricos referenciados.

Por último, apresentamos algumas propostas de intervenção para transformação desta realidade investigada. Ainda nesta fase final, foram apontados alguns caminhos a serem percorridos com as considerações finais e propostas para futuras pesquisas trabalhos, na certeza de não esgotarmos a temática, muito embora tenhamos aumentado significativamente a nossa compreensão individual, enquanto pesquisadores e contribuído ainda que em pequeno grau, para futuras ações de combate a evasão, a serem promovidas por todos os envolvidos e que se preocupam com o futuro deste país.

2 ACEPTÕES LEGAIS E HISTÓRICAS DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Nesta seção apresentamos um resgate da história da Educação Profissional no Brasil a partir das políticas públicas implementadas para o seu desenvolvimento, bem como analisamos a Educação Profissional no País no contexto da Expansão da Rede Federal de Educação iniciada no ano de 2005.

O direito à educação enquanto direito humano fundamental tem sido amplamente discutido e analisado ao longo da história. Porém, foi somente após a Revolução Francesa, que ocorreu no século XVIII, marco da Idade Contemporânea, que os movimentos de legitimação ao direito à educação foram mais intensos e eficazes. Sob a liderança da burguesia, esta Revolução ocasionou enormes transformações dentro dos contextos político, econômico, social, religioso e tecnológico, tendo reflexos importantes no cenário educacional.

2.1. Educação: direito fundamental

Seguindo os princípios de Liberdade, Igualdade e Fraternidade, foi publicada a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, aprovada no dia 26 de agosto de 1789 pela convenção Nacional Francesa, cujo Art. XXII assegurava que: “A instrução é a necessidade de todos. A sociedade deve favorecer com todo o seu poder o progresso da inteligência pública e colocar a instrução ao alcance de todos os cidadãos.” (SILVEIRA et. al., 2007, p. 245). A partir desse momento, a educação passa a ser um pré-requisito para usufruir-se dos demais direitos civis, políticos e sociais.

O homem surgido a partir da Revolução Francesa deveria ser educado pela pátria e para a sua nação. Para isso, seria necessário universalizar a língua francesa e intensificar as revoluções científicas. A partir de então a instrução foi considerada não apenas como um acréscimo de conhecimento, mas também à melhoria do indivíduo que se instrui. Foi esta ruptura que deu substância ao debate acerca da institucionalização de um ensino público, universal, sob a responsabilidade do Estado.

Era a partir do ato de educar que se pretendia repensar a sociedade, bem como uma operacionalização da escola, a fim de reproduzir as ideologias e relações de sociabilidade que viriam a se configurar como burguesas. Os níveis subsequentes de escolarização destinavam-se a um determinado grupo de pessoas, eleitos conforme seus talentos, e/ou que não precisassem trabalhar. O último nível de instrução seria o Instituto Nacional de Instrução, com a finalidade de formar os que comporiam a elite governante.

Também como um de seus objetivos a proclamação do direito à educação como direito humano, a Declaração Universal dos Direitos do Homem, adotada e proclamada pela Assembleia

Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), em 10 de dezembro de 1948, reafirma, no seu artigo XXVI, que:

Toda pessoa tem direito à instrução. A instrução será gratuita, pelo menos nos graus elementares e fundamentais. A instrução elementar será obrigatória. A instrução técnico-profissional será acessível a todos, bem como a instrução superior, está baseada no mérito (ONU, 1948, p. 5).

Os direitos humanos são garantidos legalmente, garantindo que qualquer ser humano possa desfrutar de seus direitos, sem discriminação, sendo a educação e a instrução o pré-requisito fundamental para o indivíduo atuar plenamente como ser humano na sociedade moderna. É reconhecido também o direito à educação pelo Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, também aprovado pelo Brasil, e que, em seu artigo 13, afirma:

Os Estados Partes do presente Pacto reconhecem o direito de toda pessoa à educação. Concordam em que a educação deverá visar ao pleno desenvolvimento da personalidade humana e do sentido de sua dignidade e fortalecer o respeito pelos direitos humanos e liberdades fundamentais. Concordam ainda em que a educação deverá capacitar todas as pessoas a participar efetivamente de uma sociedade livre, favorecer a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e entre todos os grupos raciais, étnicos ou religiosos e promover as atividades das Nações Unidas em prol da manutenção da paz. (ONU, 1966, p. 3)

Entender a educação como um direito humano significa que a educação não pode ser limitada à condição social, étnico-racial, cultural, de gênero ou da pessoa. É fundamental a garantia de que todas as pessoas possam exercer e estar conscientes de seus direitos à educação.

A legitimação internacional da educação como um direito humano representou, assim, um passo histórico decisivo. Hoje muitos desses direitos previstos em documentos internacionais assinados por centenas de países promovem transformações estruturais e políticas, a fim de democratizar a educação pelo mundo, inclusive no Brasil com a inauguração da Constituição Federal de 1988.

2.2 Perspectivas do direito à educação no Brasil

A democratização da aprendizagem e a universalização dos direitos educacionais no Brasil possui uma história recente. A educação, por ser de direito público subjetivo, garante que o acesso ao ensino fundamental é obrigatório e gratuito; o não oferecimento do ensino obrigatório pelo Poder Público (federal, estadual, municipal), ou sua oferta irregular, importa responsabilidade da autoridade competente.

O direito à educação não é recente como um dos direitos fundamentais. Embora tenha se observado um grande avanço nesse campo a partir da Constituição Federal de 1988, este princípio já havia sido preconizado em nossas constituições anteriores. A primeira Constituição

Nacional, elaborada em 1824, logo após a proclamação da Independência, estabeleceu a gratuidade da instrução primária para todos os cidadãos e previu a criação de colégios e universidades.

A Constituição de 1891¹, elaborada após a Proclamação da República, marcou a transição da monarquia para o sistema presidencialista, sendo explicitado no artigo 35 desta Constituição:

Art 35 - Incumbe, outrossim, ao Congresso, mas não privativamente:

- 1º) velar na guarda da Constituição e das leis e providenciar sobre as necessidades de caráter federal;
- 2º) animar no País o desenvolvimento das letras, artes e ciências, bem como a imigração, a agricultura, a indústria e comércio, sem privilégios que tolham a ação dos Governos locais;
- 3º) criar instituições de ensino superior e secundário nos Estados;
- 4º) prover a instrução secundária no Distrito Federal. (BRASIL, 1891).

Antes de sua promulgação, houveram alguns atos normativos que trataram de forma direta ou indireta sobre o direito à educação. Estabeleceu-se a atribuição ao Congresso para “o desenvolvimento das letras, artes e ciências” (BRASIL, 1891) bem como a criação de estabelecimentos de ensino superior e secundário nos estados e para regular a instrução secundária no Distrito Federal. A partir desta Constituição, constituiu-se a separação entre a Igreja e o Estado no que se refere à educação, uma vez que o ensino ministrado nos estabelecimentos oficiais passou a ser laico.

A Constituição de 1934 apresenta instrumentos que organizam a educação nacional, através da previsão e especificação de um Plano Nacional de Educação e a instituição do Conselho Nacional de Educação para elaborá-lo. Também previa o destino recursos para manutenção e desenvolvimento do ensino, bem como a garantia de imunidade de impostos à instituições particulares e auxílio a alunos necessitados.

A Constituição de 1937, outorgada por Getúlio Vargas no dia 10 de novembro de 1937, mesmo dia de implantação da ditadura do Estado Novo, possuía um conteúdo ilusoriamente democrático. Neste texto, a educação é vinculada a valores cívicos e econômicos. Não houve muitas evoluções na área.

A Constituição de 1946 dispunha sobre a educação nos artigos 5º, XV, d, e 166 a 175. A União manteve a atribuição de legislar sobre as diretrizes e bases da educação nacional, sendo facultado aos estados legislarem em caráter complementar. União deveria aplicar no mínimo 10% da renda resultante dos impostos na educação, e os estados, Distrito Federal e municípios no mínimo 20%.

¹ BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**, de 24 de Fevereiro de 1891. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm > Acesso em: 23 de fev. 2017.

O sistema dividiu-se em dois: federal e dos territórios, organizado pela União, nos termos do artigo 170; e dos estados e Distrito Federal. Os dois deveriam dispor e serviços de assistência educacional para o atendimento das pessoas que dela necessitassem (artigo 172).

A Constituição de 1967 dispõe sobre o direito a educação em seus artigos 8º, XVI, XVII, q e § 2º, e 167, § 4º, e 168 a 172. O artigo 168 estipula os princípios da educação e da legislação referente ao ensino, acrescentando, com relação à primeira, a unidade nacional e a solidariedade humana.

Nela foi estabelecida para as empresas comerciais, industriais e agrícolas a obrigatoriedade de continuidade do ensino primário gratuito aos funcionários e seus filhos, bem como, no caso das duas primeiras, a disponibilidade de cursos de aprendizagem aos trabalhadores menores de idade.

Os investimentos na área da educação foram estabelecidos pela Emenda Constitucional nº 01, de 17 de outubro de 1969. A obrigatoriedade para investimentos foi estabelecida somente aos municípios, e apenas em 1983, por intermédio da Emenda Constitucional nº 24, esta obrigação foi estendida à União, Estados e Distrito Federal.

2.3 Carta cidadã de 1988 e a educação

O direito à educação encontra-se previsto na redação do art. 6º da Constituição Federal de 1988, que dispõe sobre os direitos sociais: “São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma dessa Constituição”, conforme (BRASIL, 1988). Desta forma, está diretamente vinculado ao artigo 1º. Nele prevê-se como um dos fundamentos, em seu inciso II, a cidadania, e no inciso III, a dignidade. A educação mostra-se como figura principal para o alcance desses dois propósitos.

Telles (1999) assegura que todos esses direitos tidos como sociais devem ser garantidos a todos os indivíduos igualmente, sem distinção de raça, religião, credo político, idade ou sexo. De fato não é isso que vemos na atualidade, vivemos cercados de “mundos” onde os direitos são postos conforme os interesses privativos das classes dominantes, contrariando a todos os preceitos impostos por lei.

Entretanto, sabemos que o direito fundamental à educação garantido a todos os brasileiros de forma universal, estabelece pressuposto para a efetivação do Estado Democrático de Direito, e tem como fundamento “a cidadania” e “a dignidade da pessoa humana”. Ao se designar a educação como “direito fundamental”, ratificado na Constituição Federal, explicitou-se o valor atribuído à educação.

Linhares (2007, p. 156) afirma que “o direito à educação, entretanto, deverá ser exigido não somente como direito social, mas como direito à vida, e, portanto, sob a proteção de uma norma de eficácia plena e de aplicabilidade imediata.” A partir disso, nota-se que a responsabilidade estatal em garantir o direito à educação é enorme.

No Capítulo III - Da Educação, da Cultura e do Desporto, Seção I, a partir do artigo 205, encontra-se a regulação específica do direito à educação: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.”

Em seu artigo 211, a Constituição fixou a obrigações das pessoas políticas para a efetivação da atividade educacional. Define o parágrafo 2º que os Municípios devem atuar prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil. Estados e Distrito Federal devem criar e manter o ensino fundamental e médio, e sendo obrigação da União, o ensino superior.

O artigo 207, direcionado especificamente ao ensino superior, estipula a autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial das universidades e tornou indissociáveis o ensino, a pesquisa e extensão.

2.4 Perspectivas da lei de diretrizes e bases da educação - lei nº 9.394/96

A Constituição Federal de 1988 estabelece os princípios e prevê os direitos, porém não determina como os mesmos deverão funcionar na prática. Portanto, tornou-se imprescindível a elaboração da Lei nº 9394/1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação, que detalha os direitos e organiza os aspectos gerais do ensino.

A educação no Brasil contou com duas versões anteriores da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, e regulamentava todos os seus níveis. A primeira foi promulgada em 20 de dezembro de 1961 pelo presidente João Goulart, quase trinta anos após ter sido prevista pela Constituição de 1934 (LDB 4024/61), e vigorou até a publicação da Lei nº 5.691, de 11 de agosto de 1971.

Esta segunda versão (LDB 5691/1971) foi publicada durante o regime militar pelo presidente Emílio Garrastazu Médici. Ela previa um currículo comum de ensino, bem como a inclusão da educação moral e cívica, educação física, educação artística e o ensino religioso sendo facultativo. Estabelecia também o ensino à distância como possível modalidade do ensino supletivo.

A LDB que está em vigor (LDB 9394/1996) foi sancionada pelo presidente Fernando Henrique Cardoso em 20 de dezembro de 1996. É baseada no princípio do direito universal à educação para todos, e trouxe grandes mudanças em relação às leis anteriores.

O artigo 2º diz que “A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”, nos remete ao artigo 205 da CF/1988. Tem como diretrizes: a inclusão, a valorização da diversidade, a flexibilidade, a qualidade e a autonomia, assim como, a competência para o trabalho e a cidadania.

De acordo com a LDB, a Educação Básica compreende a Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio. O Ensino Superior aparece de forma facultativa. As suas modalidades são: educação especial, educação de jovens e adultos, educação profissional, educação indígena, educação do campo.

Em seu artigo 3º, inciso I, discorre-se sobre a igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola, pressupondo uma expansão do direito à educação, onde garante-se não apenas o acesso, mas também a permanência do aluno na escola, em todos os seus níveis e modalidades.

O artigo 4º detalha e expande os termos dos incisos do artigo 208 da CF/1988, reafirmando e estruturando as competências do Estado na garantia do acesso à educação. É de competência dos Municípios e Estados garantir o acesso e permanência do aluno à educação básica de forma obrigatória e gratuita. É dever da União, garantir o acesso ao ensino superior, sendo também de sua obrigação autorizar e fiscalizar as instituições privadas de ensino superior.

2.5 Marco do ensino ead - decreto nº 5.622/2005

O decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005, que regulamenta o Art. 80 da Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, apresenta a seguinte definição para a modalidade de ensino à distância:

Art. 1º [...] caracteriza-se a educação à distância como modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos (BRASIL, 2005, p.1).

Este decreto torna reconhecida a modalidade EAD como processo positivo de formação do cidadão e pode ser aplicada em todos os níveis e modalidades educacionais. O ensino à distância no Brasil terá uma regulamentação própria e o credenciamento das instituições que desejam trabalhar com essa modalidade será feito pela União.

O decreto nº 5.622/2005 trouxe amparo legal ao ensino à distância e seus dispositivos devem ser incentivados pelo Poder Público em todos os níveis e modalidades de ensino. Nessa modalidade a educação organiza-se através de metodologia, gestão e avaliação peculiares, porém

é incisivo ao estabelecer que as atividades avaliativas nessa modalidade devam ocorrer presencialmente, sejam elas: provas, seminários, dentre outros.

As primeiras experiências em Educação à Distância no Brasil são datadas no início do século XX. Maia e Mattar (2007) assinalam que, no entendimento de alguns autores, as cartas de Platão e as Epístolas de São Paulo seriam as primeiras experiências na EAD. O surgimento da imprensa, contudo, é mais comumente tratado como o desenvolvimento tecnológico que permitiu o surgimento da Educação a Distância. Os pesquisadores ainda afirmam que:

Há registros de cursos de taquigrafia à distância, oferecidos por meio de anúncios de jornais, desde a década de 1720. Entretanto, a EaD surge efetivamente em meados do século XIX, em função do desenvolvimento de meios de transportes e comunicação (como trens e correio), especialmente com o ensino por correspondência. (MAIA; MATTAR, 2007, p. 21).

No Brasil, a EAD conquistou aprovação legal para sua efetivação com a LDB – Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, prevê no artigo 80, a perspectiva de uso orgânico da modalidade EAD em todos os níveis e modalidades de ensino. Esse artigo foi normatizado mais tarde por meio dos Decretos 2.494 e 2.561, de 1998, no entanto, ambos foram revogados pelo Decreto 5.622, vigente a contar de sua publicação em 20 de dezembro de 2005.

Alguns episódios marcaram a EAD no século XX no país, segundo Alves (2011) e Maia e Mattar (2007) em 1904 na seção de classificados do Jornal do Brasil ocorreu a primeira publicação de cursos profissionalizantes por correspondência para datilógrafo. Em 1923 uma equipe liderada por Henrique Morize e Edgard Roquette-Pinto criava a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro. Era iniciada a Educação à Distância pelo rádio brasileiro.

No ano de 1934, Edgard Roquette-Pinto instala a Rádio Escola Municipal no Rio de Janeiro, projeto para a então Secretaria Municipal de Educação do Distrito Federal que utilizava correspondência para contato com estudantes. Em 1939, o surgimento em São Paulo, do Instituto Monitor, o pioneiro instituto brasileiro a ofertar metodicamente cursos profissionalizantes à distância via correspondência, na ocasião ainda conhecido como Instituto Rádio Técnico Monitor. Em 1941 nasce o Instituto Universal Brasileiro, segundo instituto brasileiro a proporcionar também cursos profissionalizantes ordenadamente.

Em 1979 a Universidade de Brasília institui cursos transmitidos por jornais e revistas, que em 1989 é alterado para o Centro de Educação Aberta, Continuada, à Distância (CEAD) e lançado o Brasil EAD. Em 1983 o SENAC implementou uma série de programas radiofônicos sobre orientação profissional na área de comércio e serviços, batizada “Abrindo Caminhos”. Em 1991 - o programa “Jornal da Educação - Edição do Professor”, idealizado e lançado pela Fundação Roquete-Pinto inicia em 1995 com a alcunha “Um salto para o Futuro”, foi agrupado à

TV Escola (canal educativo da Secretaria de Educação a Distância do Ministério da Educação) tornando-se um marco na Educação à Distância nacional.

Em 1992 é constituída a Universidade Aberta de Brasília, episódio bastante importante na EAD do nosso país. No ano de 1996 é criada a Secretaria de Educação a Distância (SEED), pelo Ministério da Educação. Também em 1996, a Educação a Distância aparece oficialmente no Brasil, tendo suas bases legais estabelecidas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, apesar de apenas ser regulamentada com o Decreto nº 5.622/2005. Em 2005 é instituída a Universidade Aberta do Brasil (UAB). Em 2011, a Secretaria de Educação a Distância é extinta.

A Educação à Distância é regulamentada pelo Decreto nº 5.154/2004 e Decreto nº 5.622/2005, este último prevê em seu artigo 1º os seguintes termos:

Art. 1º Para os fins deste Decreto caracteriza-se a Educação a Distância como modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos.

Dessa forma, a utilização de diferentes tecnologias como auxiliares no processo ensino-aprendizagem torna possível a oferta de EAD em vários níveis e modalidades de ensino, conforme o Art. 2º do Decreto nº 5.622/2005:

Art. 2º A Educação a Distância poderá ser ofertada nos seguintes níveis e modalidades educacionais:

- I - educação básica, nos termos do art. 30 deste Decreto;
- II - educação de jovens e adultos, nos termos do art. 37 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996;
- III - educação especial, respeitadas as especificidades legais pertinentes;
- IV - educação profissional, abrangendo os seguintes cursos e programas:
 - a) técnicos, de nível médio; e b) tecnológicos, de nível superior;

Assim, o IFRO apresenta-se como instituição de ensino que oferta cursos em EAD nos termos do art. 2º, IV, e para efetivar um processo educativo que atenda aos ditames legais adota a EAD como conceito e prática.

2.6 Plano Nacional de Educação / PNE - lei nº 10.172/ 2001 e lei nº 13.005/ 2014

A Lei 10.172, sancionada no dia 09 de janeiro de 2001, instituiu o Plano Nacional de Educação. Ela compôs juntamente com a Constituição Federal de 1988 e com as LDB uma das bases normativas da Educação Brasileira.

Seu objetivo geral é definir diretrizes e metas a serem cumpridas entre 2001 e 2010 em cada um dos níveis de ensino, e em cada uma das modalidades de ensino e sobre as questões de formação de professor e como será realizado o financiamento da educação.

Em seu capítulo 6, *Educação à distância e tecnologias educacionais*, determinam-se as diretrizes, objetivos e metas para a implementação dessa modalidade de educação. É realizada uma análise da situação atual relativo à EAD no Brasil, e esta variedade é entendida como um meio eficaz para se resolver os problemas educacionais:

No processo de universalização e democratização do ensino, especialmente no Brasil, onde os *déficits* educativos e as desigualdades regionais são tão elevados, os desafios educacionais existentes podem ter, na educação à distância, um meio auxiliar de indiscutível eficácia (BRASIL, PNE, 2001a, p. 49).

O PNE também confirma, em suas diretrizes, o direcionamento do Ensino à Distância para a formação de professores:

A Lei de Diretrizes e Bases considera a educação a distância como um importante instrumento de formação e capacitação de professores em serviço. Numa visão prospectiva, de prazo razoavelmente curto, é preciso aproveitar melhor a competência existente no ensino superior presencial para institucionalizar a oferta de cursos de graduação e iniciar um projeto de universidade aberta que dinamize o processo de formação de profissionais qualificados, de forma a atender as demandas da sociedade brasileira. (BRASIL, PNE, 2001a, p. 51)

O novo plano, regulamentado pela Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, possui vigência de dez anos. É um documento com as diretrizes para políticas públicas da educação. Seu objetivo é estabelecer metas a serem cumpridas a fim de melhorar a educação no país, sendo um instrumento decisivo e estratégico para a educação brasileira.

O Plano é composto por 10 diretrizes e 20 metas. Como diretrizes temos:

I - erradicação do analfabetismo; II - universalização do atendimento escolar; III - superação das desigualdades educacionais; IV - melhoria da qualidade do ensino; V - formação para o trabalho; VI - promoção da sustentabilidade socioambiental; VII - promoção humanística, científica e tecnológica do País; VIII - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do produto interno bruto; IX - valorização dos profissionais da educação; e X - difusão dos princípios da equidade, do respeito à diversidade e a gestão democrática da educação (BRASIL, 2011, p. 4).

A EAD está contemplada, sendo citada como instrumento fundamental para a execução das propostas. Esse Plano propõe, em suas primeiras metas, ampliar de modo considerável o número de pessoas atendidas em diversas etapas de ensino.

O Plano faz referência à EAD em sua meta 10, como estratégia para “fomentar a integração da educação de jovens e adultos com a educação profissional, em cursos planejados de acordo com as características e especificidades do público da educação de jovens e adultos, inclusive na modalidade de educação à distância” (BRASIL, 2011, p. 68).

O Plano pode ser compreendido como um seguimento do Plano Nacional de Educação anterior, dando continuidade às metas estabelecidas anteriormente, inclusive nas ações referentes à EAD.

Embora a EAD tenha um papel importante no processo de democratização da educação no Brasil, o que se tem visto em relação as metas é um quadro precarizado e pouco se tem alcançado para o cumprimento do que foi estabelecido pelo PNE. Vários fatores são apontados como responsáveis por esta frustração, tendo relevante destaque para a falta de recursos financeiros.

Mesmo considerando que o prazo de execução da legislação compreenda o período de 10 anos, a legislação apresenta algumas metas que deveriam ser alcançadas no período inicial de 2 anos após a vigência da referida lei. A exemplo temos a meta que trata da universalização da pré-escola para crianças de 4 e 5 anos, a universalização da escola para população de 15 a 17 anos, dentre outras que não foram cumpridas por falta de investimentos e políticas públicas diretivas. Na primeira situação, a lei é imperativa em prevê que crianças de 4 a 5 anos no período bianual (2015 e 2016) estivessem em salas, entretanto há 640 mil crianças, que corresponde a 10,9% da população nessa faixa etária, ausente da escola (MEC, 2014).

Percebemos que tal fato tem contribuído não apenas para inflar os altos índices de cidadãos fora da escola, mas aumentado significadamente com a pobreza e outras mazelas sociais. Também observamos reflexos no aumento da marginalidade, onde criminosos tem se aproveitados desses pequenos para utilização de práticas delituosas.

Nesse sentido apontamos para a necessidade de não apenas a criação de políticas públicas para o atendimento desta classe social vulnerável, mas se faz necessária a atuação efetiva dos órgãos fiscalizadores, impondo sanções severas para os gestores que não cumprem com as funções nos termos da lei.

2.7 Expansão da rede federal de educação

A expansão da Rede Federal envolve um forte contexto político que norteou seus caminhos ao longo dos anos. Surge no segundo mandato do governo do presidente Lula, com o enfoque de assegurar a educação tecnológica em patamar diferenciado nas políticas educacionais da sua gestão.

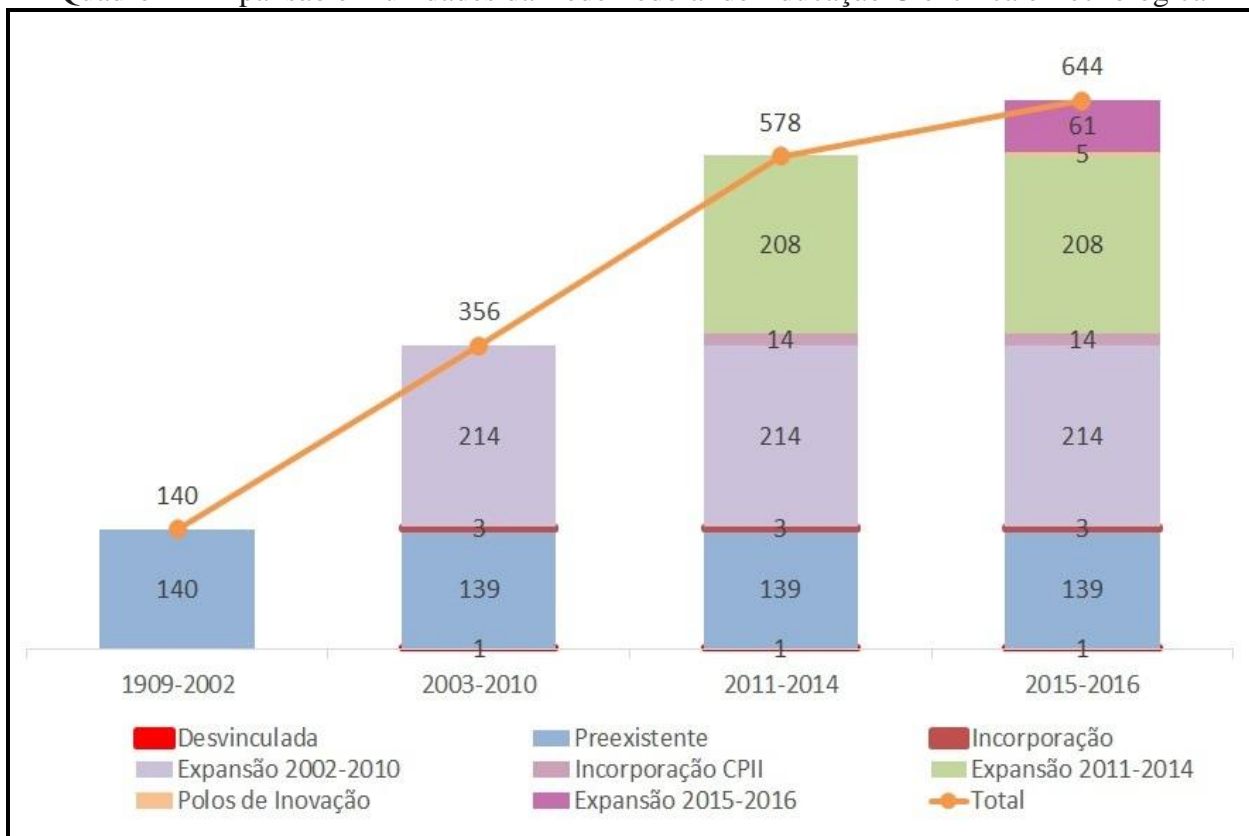
Para garantir as tais mudanças necessárias para a implantação da educação tecnológica foram necessárias várias alterações legislativas, onde destacamos a reforma da Educação Profissional, ocorrida em 1997, que legitimou um dos projetos que estavam em discussão na

sociedade, tendo sido regulamentada pelo Decreto nº 2.208/97, Medida Provisória nº 1.549/97 e Portaria nº 646/97.

Vencida a barreira e implementada a reforma na educação profissional, no ano de 2005, o então presidente Luís Inácio Lula da Silva anunciou o Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, o qual constava a construção de 65 unidades de ensino. Com o lançamento do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) do MEC, em 2007 o governo do presidente Lula anunciou então a construção, até 2009, de mais 150 unidades de ensino, contemplando todos os Estados e o Distrito Federal.

Outro lado a ser destacado na execução desse plano de expansão foi a priorização de critérios técnicos no que diz respeito à definição das áreas geográficas e municípios onde deveriam ser instaladas as novas unidades. Considerando que a expansão tinha objetivos bem definidos no que tange à oferta e abrangência de Campi e polos, a definição de cursos e locais se pautou, portanto, pelo respeito a análises, dados estatísticos e outros de instituições credenciadas, como o IBGE, IPEA, INEP, MDS, dentre outras, que pudessem contribuir para identificar as mesorregiões e cidades-polo necessárias à sua concretização, conforme afirma Pacheco et. Al. (2010). O Quadro 1 apresenta a evolução das unidades da Rede Federal.

Quadro 1 - Expansão em unidades da Rede Federal de Educação Científica e Tecnológica



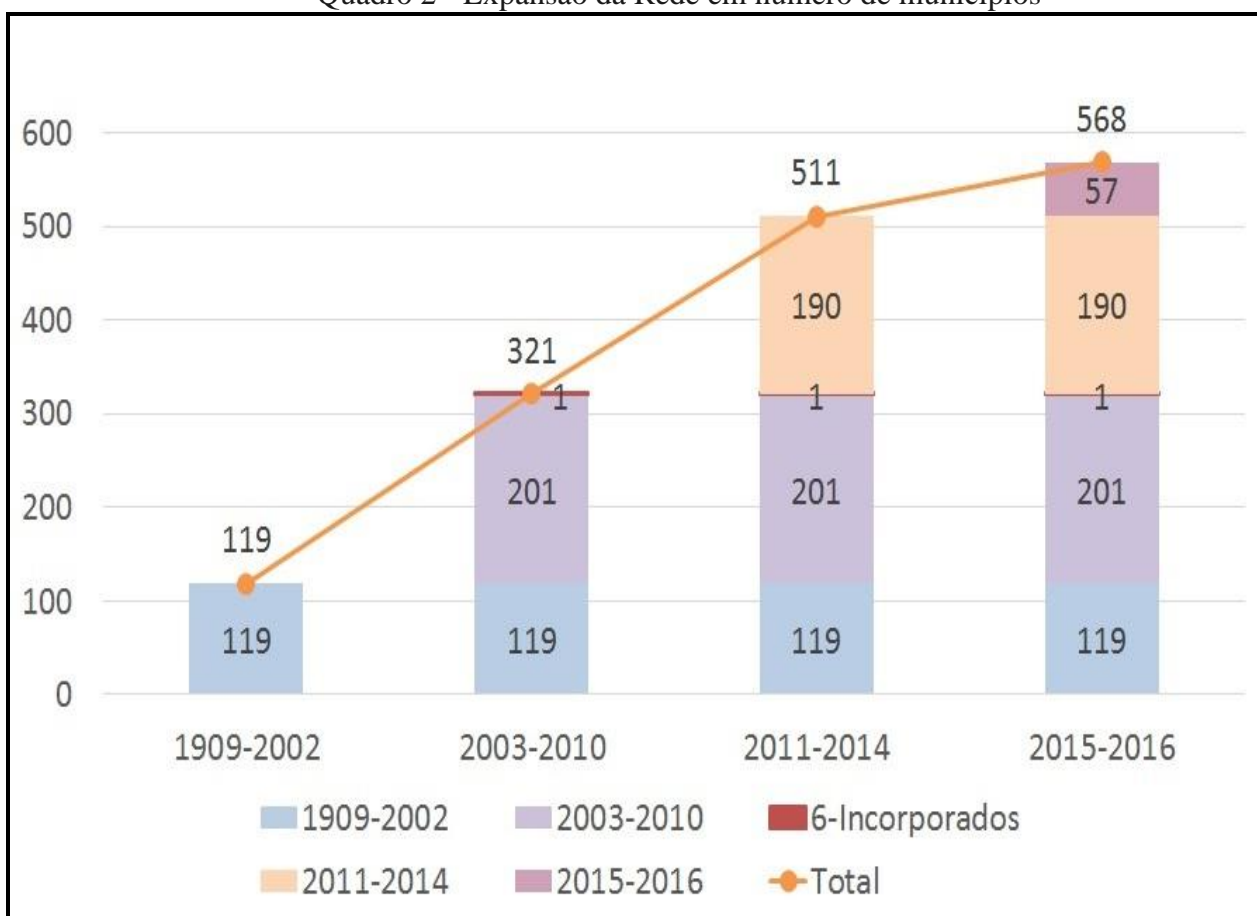
Fonte: www.redefederal.mec.gov.br (2016)

Um dos grandes desafios dessa nova perspectiva para a Educação Profissional e Tecnológica - EPT é a construção de uma visão de formação profissional e do trabalho que ultrapassasse o sentido da subordinação às restritas necessidades do mercado, e que de fato, contribua para o fortalecimento da cidadania dos trabalhadores e democratização do conhecimento em todos os campos e formas.

Conforme enfatiza Pacheco (2007), o fortalecimento da educação passa pela democratização da oferta da EPT, pela adoção de políticas diferenciadas no sentido de assegurar o acesso e a permanência e pela manutenção da qualidade do ensino ofertado, o que implica, necessariamente, a ampliação da rede pública de educação profissional, como vem acontecendo em todo o Brasil.

Sendo assim, para que ocorra um satisfatório funcionamento desta nova perspectiva de expansão da EPT, é necessário um fortalecimento em todas as esferas e entes educacionais, para que de forma igualitária sejam alcançadas todas as camadas da sociedade, especialmente os marginalizados dos processos educativos. Este cuidado pode ser evidenciado no Quadro 2, que mostra a expansão do número de municípios contemplados com escolas técnicas federais.

Quadro 2 - Expansão da Rede em número de municípios



Fonte: www.redefederal.mec.gov.br (2016)

O IFRO faz parte do programa de expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, do MEC, encontrando-se estrategicamente localizado em oito cidades² do Estado de Rondônia e no ano de 2017 foi implantado mais um campus na cidade de Jaru. Seus *campi* concedem oportunidade de estudo em diversas áreas do conhecimento oferecendo cursos de nível médio (integrados, subsequentes e concomitantes), cursos superiores de tecnologia, bacharelado e licenciaturas e também cursos de Pós-Graduação na área educacional e tecnológica.

2.8 O IFRO e o campus Porto Velho zona norte

O IFRO é uma autarquia federal, vinculada ao MEC, criado através da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008 que reorganizou a rede federal de educação profissional, científica e tecnológica composta pelas escolas técnicas, agrotécnicas e CEFETs, transformando-os em trinta e oito Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia distribuídos em todo o território brasileiro.

O IFRO é detentor de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar, equiparado às universidades federais. É uma instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampus. Especializa-se em oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino para os diversos setores da economia, na realização de pesquisa e no desenvolvimento de novos produtos e serviços, com estreita articulação com os setores produtivos e com a sociedade, dispondo mecanismos para educação continuada.

Como um dos marcos históricos do atual IFRO, pode-se destacar a criação, no ano de 1993, da Escola Agrotécnica Federal de Colorado do Oeste e das Escolas Técnicas Federais de Porto Velho e Rolim de Moura por meio da Lei 8.670, de 30/6/1993. Apenas a Escola Agrotécnica foi implantada. Porém, em 2007 foi criada a Escola Técnica Federal de Rondônia pela Lei nº 11.534, de 25/10/2007, com unidades em Porto Velho, Ariquemes, Ji-Paraná e Vilhena.

Posteriormente, no ano de 2008, ocorreu a autorização de funcionamento da Unidade de Ji-Paraná, por meio da Portaria nº 707, de 9/6/2008, e criação do IFRO, por meio da Lei nº 11.892, de 29/12/2008, que integrou em uma única Instituição a Escola Técnica Federal de Rondônia e a Escola Agrotécnica Federal de Colorado do Oeste (IFRO, 2012).

² Cidades: Ariquemes, Jaru, Cacoal, Ji-Paraná, Vilhena, Colorado, Porto Velho e Guajará-Mirim.

No ano de 2009³, além do início das primeiras aulas no *Campus* de Jí-Paraná, também ocorreu o estabelecimento dos processos de expansão da rede do IFRO. Sequencialmente, em 2010, teve início as atividades educacionais nos *Campi* Ariquemes, Cacoal, Porto Velho Calama e Vilhena. Em 2011 ocorreu a implantação de Polos de Educação à Distância e dos primeiros cursos da modalidade no IFRO.

No ano de 2012⁴ foi implantado o *Campus* Porto Velho Zona Norte, temático para gestão da EAD. Dando sequência a esta fase expansionista, em 2013 iniciou as construções do Campus Guajará-Mirim e processo de implantação da Unidade de Educação Profissional de Jaru (UEP), vinculada ao Campus Ji-Paraná. Ainda é importante sublinhar a instalação de 12 polos EAD em 2014, o que representou expansão de mais 13 polos EAD, atingindo-se a totalidade de 25 unidades, e em 2015 teve início às atividades do *Campus* Guajará-Mirim.

No ano de 2011⁵, com a equipe do campus zona norte formada pela Direção Geral, Coordenação Geral de Ensino e Coordenação de Administração e Planejamento, deu-se início às atividades de planejamento e implantação do *campus*, oficialmente, com a aplicação de questionários para identificação da demanda a ser atendida pelo novo *campus* que surgira.

Com uma estrutura voltada à EAD, o *Campus* Porto Velho Zona Norte, por sua conversão de *Campus* Avançado para *Campus* Regular, assumiu a Pró-Reitoria de Ensino, bem como toda a gestão administrativa e pedagógica voltada à EAD nos *Campi* e Polos Regionais do IFRO. Além disso, passou a oferecer cursos em parceria com o Instituto Federal do Paraná (IFPR), nos eixos tecnológicos, Ambiente, Saúde e Segurança e Controle e Processos Industriais, além dos cursos do Programa Profuncionário.

Com início das atividades em 2013 passou a ofertar os cursos Técnicos em Informática para Internet e em Finanças, além do Superior de Tecnologia em Gestão Pública, todos presenciais. Com a instalação dos estúdios de produção de Educação à Distância, abre os primeiros cursos nesta modalidade: Técnico em Informática para Internet e Técnico em Finanças.

A estrutura do campus foi elaborada para a utilização de tecnologias voltadas para o auxílio na formação técnico profissional composta de laboratórios temáticos, produção de mídias para educação e ainda um estúdio de transmissão e gravação de aulas, a fim de atender as mais diversas regiões do Estado, criando condições às comunidades para a inserção, permanência e

³ Registros históricos do CRA do campus Porto Velho Zona Norte e PPC do curso Técnico em Finanças, disponível em: www.ifro.edu.br

⁴ Projeto político pedagógico do curso técnico em finanças EAD (PPC)

⁵ Projeto político pedagógico do curso técnico em finanças EAD (PPC)

ascensão no mercado de trabalho. Esta estrutura está disposta a toda comunidade rondoniense de forma gratuita.

Conforme a Resolução nº 49/2012/CONSUP/IFRO, uma Pesquisa de Atividade Econômica Regional (PAER) foi realizada entre setembro de 2011 e fevereiro de 2012 na capital de Rondônia para instalação do *Campus* Porto Velho Zona Norte do IFRO. Tal pesquisa consistiu em um estudo sobre os arranjos produtivos locais, cujo intuito foi averiguar os interesses e necessidades das comunidades envolvidas, diagnosticando as condições de aplicação de programas e projetos.

Para tal pesquisa, partiu-se do princípio de que os Institutos Federais foram criados, dentro da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica para atender a uma necessidade urgente de qualificação profissional, sempre integrada à formação humanística e social.

De acordo com a Lei nº 11.892/2008, artigo 6º, especialmente nos incisos I, II e IV, as finalidades dos Institutos Federais envolvem justamente atuações contextualizadas. O inciso IV é bem específico quanto à necessidade de uma inserção orientada dos Institutos:

IV - Orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal. (BRASIL, 2008b)

A PAER buscou apresentar dados que pudessem nortear a localização sócio histórica do *campus*, bem como apurar as necessidades de formação e identificar as tendências de desenvolvimento regional. Por meio dos dados levantados e sistematizados, ter-se-iam subsídios para elaborar os projetos pedagógicos de cursos a serem oferecidos.

Nesse contexto, procurou-se levantar informações que subsidiassem a definição da amostragem a ser utilizada para tal estudo. Buscou-se identificar quais os ramos de atividade que mais empregam em Porto Velho e utilizar este quadro como uma das referências para a aplicação do questionário de análise da necessidade de capacitação profissional. Os questionários foram distribuídos a 251 entidades dos mais diversos setores da capital, gerando 162 respostas por questionário. Foram apresentadas questões divididas em quatro blocos: dados de identificação, emprego e qualificação dos recursos humanos, demanda por capacitação profissional e futuros investimentos. As empresas participantes foram identificadas segundo os setores de atividades: indústria, serviços, construção civil, saúde e agroindústria (IFRO, 2012).

Neste contexto foi apontado para a viabilidade da oferta do Curso Técnico Subsequente em Finanças EAD pelo IFRO. Dentre os objetivos do Curso Técnico Subsequente em Finanças EAD do IFRO, temos o objetivo geral de formar cidadãos plenos e comprometidos com o

desenvolvimento socioeconômico e profissionais competentes, para atuarem, preferencialmente, nas atividades financeiras, como negociações bancárias e orçamentárias em vários setores e os específicos que constituem em atender à demanda social da região na área de finanças, preparar profissionais com conhecimentos técnicos que lhes permitam executar atividades de assessoramento ao processo decisório, possibilitar aos profissionais que já atuam na área a ampliação de competências e habilidades, no sentido de uma formação continuada, efetuar atividades nas negociações bancárias e nos setores de tesouraria, contabilidade, análise de crédito, orçamento empresarial, custos e formação de preços, identificar os diversos indicadores econômicos e financeiros e sua importância para análise financeira, ler e interpretar demonstrativos financeiros, realizar fluxo de caixa, lançamentos financeiros, ordens de pagamento, contas a pagar e receber e cobranças, coletar e organizar informações para elaboração do orçamento empresarial e análise patrimonial (IFRO, 2012).

Quanto ao histórico da EAD no IFRO, a Diretoria de Educação a Distância (DEAD), diretamente vinculada à Pró-Reitoria de Ensino, tem sido responsável pela gestão e execução de planos e projetos em EAD no IFRO firmados com parceiros como o Instituto Federal do Paraná e prefeituras de Guajará-Mirim, São Miguel do Guaporé, Jaru e, recentemente, Burity.

A proposta para o desenvolvimento das ações de EAD do IFRO está estruturada em cinco eixos: investimento em alta tecnologia, desenvolvimento de recursos pedagógicos, treinamento de pessoal técnico e docente, realização de convênios com instituições e organismos de fomento e apoio a projetos de interesse da administração pública, especificamente da Setec/MEC. Tem-se por meta principal a institucionalização da EAD e o desenvolvimento de projetos próprios com uso de tecnologia de ponta, como transmissão por satélite e desenho educacional de cursos e projetos.

A EAD implantada no IFRO ocorre em consonância às políticas de democratização da Educação Profissional e Tecnológica, voltadas para o acesso de pessoas envolvidas em atividades laborais específicas. Para isso, a infraestrutura começou a ser organizada com a implantação de Programas como o e-Tec Brasil e, a partir dele, o Profucionário.

Pela Rede e-Tec Brasil, o projeto de EAD do IFRO, em parceria com o IFPR iniciou-se no segundo semestre de 2011, com a oferta de cursos a distância pelo sistema presencial virtual via satélite, que previa inicialmente a transmissão de cinco Cursos Técnicos Subsequentes ao Ensino Médio, a saber: Meio Ambiente, Logística, Segurança do Trabalho, Reabilitação de Dependentes Químicos e Eventos. No primeiro semestre de 2012, o IFRO ofertou mais seis cursos técnicos: Administração e Serviços Públicos, além dos quatro do Profucionário - Secretaria Escolar, Infraestrutura Escolar, Multimeios Didáticos e Alimentação Escolar.

O Programa de Formação para os Funcionários da Educação (Profucionário) é voltado para os trabalhadores que exercem funções de apoio educacional nas escolas das redes públicas de educação básica. Com ele o IFRO oportunizou a diversas regiões do Estado cursos de capacitação profissional em favor da melhoria do atendimento nas escolas. Os cursos foram implantados em polos já existentes e onde houve uma contrapartida de parceiros, para otimização e incremento de recursos. Atualmente o Profucionário encontra-se distribuído em 6 (seis) polos no Estado de Rondônia: Ariquemes, Cacoal, Colorado do Oeste, Jaru, Ji-Paraná e Vilhena.

Ao longo do período de implantação da EAD no IFRO, foram desenvolvidas ações de planejamento e aquisição de equipamentos para instalação de um estúdio de produção de áudio, vídeo e outras mídias, bem como para instalação de uma antena com sinal de satélite próprio. Os estúdios estão praticamente finalizados e o satélite, ativado para transmissão a qualquer momento, com capacidade para atingir inclusive outros países. Assim, o *Campus* Porto Velho Zona Norte organiza-se para produzir objetos de ensino e aprendizagem e expandir a oferta de seus cursos EAD, proporcionalmente aos investimentos em contratação de pessoal e capacitação para o uso especializado de hipermídias e metodologias de atendimento em EAD, conforme previsto na Resolução nº 49/2012/CONSUP/IFRO.

O *Campus* Zona Norte é o responsável pela gestão destes Polos surgidos por meio das parcerias com as prefeituras de 16 cidades, conforme apresentado na Tabela 1.

Tabela 1 – Cidades onde os polos EAD foram instalados

Município / Polo EAD
Alta Floresta d'Oeste
Buritis
Cerejeiras
Costa Marques
Cujubim
Espigão do Oeste
Extrema
Jaru
Machadinho do Oeste
Mirante da Serra
Nova Brasilândia do Oeste
Nova Mamoré
Ouro Preto do Oeste
Presidente Médici
São Miguel do Guaporé
São Francisco do Guaporé

Fonte: CRA e Dados da pesquisa (2016).

O curso Técnico em Finanças EAD do IFRO, *Campus* Porto Velho Zona Norte apresenta no escopo de seu PPC⁶ os seguintes dados gerais como um curso da área de gestão e negócios, na modalidade a distância, com carga horária de 1150 horas realizado em três semestres.

A proposta dos cursos técnicos no *Campus* Porto Velho Zona Norte foi oferecida em consonância com os arranjos produtivos locais e necessidades constatadas por intermédio de “pesquisas e consultas à comunidade local, considerando o perfil socioeconômico do Estado de Rondônia e o levantamento dos cursos profissionalizantes ofertados por outras instituições de ensino da região. Ficou definida a oferta do Curso Técnico Subsequente em Finanças” (IFRO, 2012, p.10).

Como critérios de avaliação da aprendizagem, o PPC do curso prevê que para ser classificado como promovido/aprovado, o discente deve alcançar ao menos 60 pontos por disciplina na média semestral e cumprir a frequência mínima de 75% nas aulas presenciais, sendo este um dos requisitos de aprovação, em cada ano ou semestre letivo, no mínimo.

A estimativa de matrícula semestral é de 30 a 50 alunos para cada polo e oferta de curso. Este princípio está em consonância com os objetivos do Programa e-Tec Brasil. A proposta para o desenvolvimento das ações de EAD do IFRO está estruturada em cinco eixos: investimento em alta tecnologia, desenvolvimento de recursos pedagógicos, treinamento de pessoal técnico e docente, realização de convênios com instituições e organismos de fomento e apoio a projetos de interesse da administração pública, especificamente da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica - SETEC/MEC. Tem-se por meta principal a institucionalização da EAD e o desenvolvimento de projetos próprios com uso de tecnologia de ponta, como transmissão por satélite e desenho educacional de cursos e projetos.

⁶ disponível no site institucional: <http://portal.ifro.edu.br/zona-norte/cursos>

3 EAD: ABORDAGENS E PERSPECTIVAS

Nesta seção abordamos a evasão escolar no IFRO, em consonância com a perspectiva teórica adotada na pesquisa, bem com apresentamos uma discussão conceitual sobre a evasão escolar, apoiado no referencial teórico, onde estudiosos analisam o fenômeno da evasão no contexto nacional e internacional, traçando propostas e possibilidades de erradicação desse fenômeno.

3.1 Educação à distância: cenário nacional

No contexto brasileiro, a EAD já agrega traços marcantes em sua história, conforme destaca Riscal (2010, p. 55):

A EAD não é um fenômeno recente na educação brasileira. Por meio de cursos por correspondência em revistas ou virtuais, surgidos a partir do momento em que se tornaram disponíveis os computadores pessoais, essa forma de ensino vem, timidamente, frequentando há mais de 50 anos o espaço educacional brasileiro. Sua institucionalização como modalidade de ensino data da década de 1990, quando passou a ser oferecida em estabelecimentos oficiais.

Com o advento dos avanços tecnológicos, com o meio de comunicação instrumentalizado pela informática e pela internet, a EAD tornou-se a modalidade de ensino que mais cresce no cenário nacional. Freitas (et. al., 2013, p. 5), em estudo que levantou o crescimento da EAD, destaca: “entre 2001 (0,1 %) e 2009 (14%) houve um aumento de aproximadamente 6,9% no número de matrículas em cursos superiores nesta modalidade de ensino”.

Litto (2007) afirma que mesmo com todos os empecilhos que circundam a EAD, o Brasil não está atrasado em comparação a outros países do mundo. A LDB, em seu artigo oitenta, prevê: “O Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada” (BRASIL, 1996, p. 15). Observe que o legislador se preocupa com o fortalecimento e o incentivo do EAD em todos os níveis da educação, que de acordo com Silva (2014), é fomentador para o crescimento expressivo da EAD no Brasil. Em consonância com Brasil (1996, p. 17) “o Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada”.

Segundo a Associação Brasileira de Educação à Distância (ABED, 2014), no ano de 2014 as matrículas em cursos EAD totalizaram 3.868.706, sendo 13% destas em cursos já regulamentados, 12% em cursos regulamentados e semipresenciais ou disciplinas EAD, 75% em cursos livres corporativos ou não. “A média geral foi de 154 matrículas por curso e de 16.053 matrículas por instituição formadora” (ABED, 2014, p. 60). Nesta mesma publicação, a ABED destaca que o ensino técnico na modalidade EAD contabilizou um total de 60.177 matrículas em

curso totalmente à distância, sendo considerado o 3º nível de ensino com maior número de matrículas no ano de 2014. Em se tratando de modalidade semipresencial ou disciplinas em EAD, no ano de 2014 o ensino técnico contabilizou aproximadamente 27.661 matrículas.

A EAD, mesmo sendo a modalidade de educação que mais cresce no cenário atual brasileiro, enfrenta diversos desafios. O primeiro deles é a noção equivocada por muitos de seus usuários quanto na escolha do EAD em detrimento do presencial, já que possivelmente a EAD é mais fácil do que a educação presencial. Conforme Freitas (2013, p. 22):

O ensino a distância chega a ser mais rigoroso que o ensino presencial, pois no ensino virtual o aluno precisa ser um pouco autodidata. Ele precisa ter dedicação, compromisso, seriedade e muita disciplina para desenvolver as tarefas propostas pelo professor e pelo tutor.

Esta noção equivocada de que a EAD é mais fácil tornou-se justificativa para que muitas organizações deixem de contratar profissionais formados nesta modalidade de ensino, partindo da suposta inferioridade de qualificação. A recusa de contratação de um profissional formado através da EAD configura prática ilegal e tem elevado o número de pessoas que procuram o Poder Judiciário para garantirem seus direitos.

Percebemos que este fato acontece tendo em vista que a EAD possibilita o acesso de forma mais “cômoda” para o aluno, possibilitando ao estudante o acesso e apoio a todo conteúdo escolar, sem muitas barreiras físicas impostas pela distância geográfica, não depreendendo vultuosos recursos financeiros. Estas facilidades acabam sendo supostamente associadas a falta de qualidade em que são ofertados os cursos, sendo fator preponderante para fortes críticas. Na realidade observamos que a generalização destas suposições não podem prosperar, considerando que temos instituições que ofertam cursos EAD com qualidade e responsabilidade, contribuindo para a democratização do ensino.

Também observamos que outro problema a ser superado pela EAD no cenário nacional está relacionado à figura do tutor (profissional que faz o elo entre professor e aluno), uma vez, que muitos destes profissionais não são considerados professores, a maioria das instituições educacionais que ofertam a EAD contratam estes profissionais com salários baixíssimos e isto reflete na disposição e vigor destes profissionais na realização do elo entre professor e aluno. Para Arce (2010, p. 85), “as figuras do docente e tutor não estão bem definidas e corre-se o risco de, na figura do tutor, efetuar-se uma brutal precarização do trabalho docente no ensino superior”.

O adequado funcionamento da EAD ocorrerá quando as instituições ofertantes desta modalidade de ensino reconhecerem a necessidade de se ter um envolvimento multidisciplinar entre as equipes envolvidas nos cursos ofertados por estas instituições. Belloni (2003, p. 79)

identifica que a maioria dos professores são convidados ao desempenho de funções para as quais não recebeu nenhum preparo ou até mesmo não se sente à vontade ao desempenhá-las.

Ensinar a distância não é o professor simplesmente digitar as suas aulas e disponibilizá-las em um ambiente virtual. É muito mais do que isso. Necessita-se de recursos audiovisuais capazes de despertar a atenção do alunado de forma eficaz, propiciando um campo fértil para a auto-aprendizagem. Faz-se necessário se mesclar a utilização de figuras, gráficos, sons, elementos lúdicos, filmagens, textos, chats, e-mail's, vídeos-conferência e muito mais. Logo, os docentes que estão dispostos a enfrentar os desafios da educação a distância precisam estar capacitados e conscientes das suas funções, devendo lidar com o ambiente virtual de ensino com humildade para reconhecer a imprescindibilidade dos novos métodos de ensino aprendizagem (FREITAS, 2013, p. 31).

Os moradores dos centros urbanos são grande parte dos utilizadores da EAD, já que o acesso à internet desta parcela da população é facilitado, seja em residências, locais de trabalho, instituições de ensino ou mesmo espaços públicos, dados apresentados trazidos por Abed (2014). Realidade esta distinta dos moradores do campo ou de municípios pequenos, os quais por muitas das vezes não têm sequer asfalto, escolas, postos de saúde e outros recursos básicos, quiçá acesso à internet, tornando-se verdadeiros excluídos digitais e não usuários da EAD. Um dos limites a serem superados pela EAD continua a ser o fator da exclusão digital, dado que muitos indivíduos, em especial os citados acima, não têm acesso a microcomputador ou infraestrutura que possibilite o acesso a EAD. O maior desafio a ser superado pela EAD são os elevados índices de evasão, que segundo Freitas (2013), 60% dos ingressantes da educação à distância evadem de seus cursos antes da conclusão do mesmo.

Um dos fatores a se destacar neste cenário é a criação, em 1996, da Secretaria de Educação à Distância (SEED) junto ao Ministério da Educação, com o objetivo de democratizar e aumentar a qualidade da educação no Brasil, inaugurando oficialmente a EAD no Brasil. De lá para cá a EAD tem-se tornado a modalidade de educação de maior difusão e aderência por muitos cidadãos que buscam maior flexibilidade, comodidade e menor custo das mensalidades para a realização de uma qualificação técnica ou superior.

O Censo realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP) constatou um aumento de 96,9% em relação ao ano de 2007, de matrículas na modalidade à distância. Em contrapartida, há um aumento considerável na evasão de alunos nesta modalidade, conforme o Censo 2014/2015 da ABED neste lapso temporal constatou-se que a taxa de evasão se concentra em torno de 25%.

[...] A evasão é apontada por grande parte das instituições como um dos maiores obstáculos enfrentados nos diferentes tipos de cursos EAD. Em todos os tipos de

curso, nenhuma instituição apontou taxas de evasão Superiores a 75% e, na maioria dos casos, a evasão identificada se concentra na faixa de até 25% (ABED, 2015, p. 36).

Percebemos que a evasão se apresenta de forma crônica e estar presente nos diversos tipos de modalidade de ensino. Embora as médias de evasão se concentre na faixa de até 25% este índice é preocupante tendo em vista o significativo prejuízo para o estudante, instituição e sociedade.

Observamos que estes altos índices refletem diretamente na vida do estudante minimizando suas oportunidades de se qualificar, ter uma profissão, conseguir um trabalho e ter uma vida digna.

Também percebemos que o grande número de alunos evadidos está relacionado com a escolha do curso. Muitos optam por fazer determinado curso sem se preocuparem em conhecer os conteúdos que serão ministrados, sem planejamento para cumprimento das atividades e avaliações exigidas. Apontamos para uma “culpa” dividida, de um lado temos uma parcela de alunos desinteressados e desinformados, e do outro uma instituição as vezes falha, que não oferta transparência na oferta de seus cursos, prejudicando a opção de cursos por parte dos alunos, e consequentemente refletindo na evasão, considerando que muitos abandonam o curso por descobrirem que não era aquele curso desejado ou por falta de identificação.

3.2 Aspectos positivos e negativos da ead

Com o avanço e inovações tecnológicas a EAD passou por transformações ao longo dos anos. Do estudo por correspondência, a EAD passou a utilizar os mais sofisticados instrumentos tecnológicos de comunicação, desde a fibra ótica a transmissão via satélite, possibilitando o alcance de estudantes nos lugares mais longínquos e de difícil acesso, contribuindo para democratização do ensino no Brasil. Entretanto, como toda modalidade de ensino, a EAD também apresenta seus aspectos positivos e negativos.

Segundo Sá (2011) a EAD possibilita uma maior democratização da educação, pois rompe barreiras espaciais, temporais, culturais e sociais, facilitando o acesso a um público maior e mais variado que os cursos presenciais, pode então ser compreendida como ferramenta de inclusão social, pois torna acessível o ensino a uma parcela considerável da população.

Percebemos que a flexibilidade de horários é uma das principais características da EAD. Diferentemente da modalidade presencial, que exige a presença do aluno em horários contínuos, no EAD o aluno pode organizar o seu próprio horário de estudo. Embora o aluno tenha liberdade de escolher este horário, é papel também do aluno organizar seu tempo para realização de atividade e trabalhos, portanto ele deve planejar seu horário para cumprir os prazos.

Aretio (1994) aponta que as vantagens da EAD são: a exclusão das barreiras de acesso ao ensino, maior variedade e ampliação da oferta de cursos, a permanência do aluno em seu ambiente familiar, uma formação fora do ambiente tradicional, garantindo uma aprendizagem inovadora, redução de custos em relação as modalidades presenciais de ensino.

Podemos compreender dentre as vantagens apresentadas, que o fator econômico é relevante para o estudo. A redução de custos principalmente com o deslocamento para o local de estudo, que segundo ABED (2014) representa 30% dos gastos totais que o estudante tem pra estudar. Nesse sentido, percebemos esta vantagem como um fator preponderante para redução do índice de evasão, uma vez que o aluno pode acessar as aulas por meio de unidade remota da sua própria residência.

Caixeta (2011) aponta que as vantagens da EAD são: autonomia do aluno de acordo com a sua disponibilidade; uma metodologia inovadora; permanência em seu ambiente familiar; interatividade entre alunos e docentes através das mídias; acesso a conteúdos digitais para apoio ao aluno.

Observamos que a autonomia e disciplina do aluno é fator relevante no EAD. Não adianta ter toda comodidade para o desenvolvimento de suas atividades educacionais se o aluno não tiver autonomia e disciplina com os estudos. A autonomia vem agregada com a perseverança e decisão de escolher realmente aprender. A disciplina caminha alinhada com a organização e foco nos estudos. Priorizar as tarefas a serem feitas, o conteúdo a ser lido, definir e cumprir horários e prazos não são tarefas fáceis se não houver plena disciplina. O êxito na formação depende diretamente deste aspectos.

Silva e Cornachione (2005) apontam como vantagens do EAD: oportunidade de uma aprendizagem tecnologicamente enriquecedora, possibilitando que o aluno tenha acesso a uma grande variedade de mídias e fontes de educação; permite a quebra das barreiras geográficas, econômicas, sociais, culturais e psicológicas, tornando o ensino acessível à boa parte da população; disponibilização de aulas em ambiente virtual, sem barreiras físicas e cronológicas; possibilitar aos alunos autonomia do seu estudo e uma aprendizagem mais individual, incentivando a motivação e a criatividade.

Nessa perspectiva, percebemos que o acesso a mídia tem sido o diferencial na EAD tendo em vista a possibilidade de interação e rompimento de barreiras no ensino. O material disponibilizado no ambiente virtual de aprendizagem possibilita o acesso em tempo real e de forma remota em qualquer local que o aluno esteja. Esta tecnologia que ultrapassa as limites físicos é um fator preponderante e tem despertado o aluno para criatividade e inovação, maximizando o tempo e espaço, aliado a redução de custos.

Dentre as desvantagens citadas pelo autor estão: a dificuldade comunicação entre professor e aluno, o tempo de resposta e a retificação de possíveis erros podem demorar, alto índice de evasão dos alunos nos cursos matriculados, limitação em alcançar os níveis de socialização, dificuldade em saber utilizar as tecnologias, confirma Aretio (1996).

Nessa sentido percebemos que a comunicação entre professor e aluno é essencial no processo de aprendizagem, de forma a possibilitar um retorno no direcionamento das atividades desenvolvidas pelo aluno. Quando há quebra nesta comunicação, percebemos que o processo fragiliza, dificultando a aprendizagem.

Por outro lado, percebemos que o professor exerce um papel fundamental na mediação do conhecimento, sua ausência poderá acarretar a evasão, considerando a lacuna pertinente a falta de orientação e estímulo humano implementado nas relações. Podemos perceber que a frieza das máquinas não substitui a presença do professor e sua interação afetiva e profissional na relação de aprendizagem, configurando dessa forma, fator preponderante para o sucesso da aprendizagem.

Os autores apontam que as desvantagens da EAD estão relacionadas principalmente ao procedimento dos alunos, que precisam ter autonomia, disciplina e independência, uma vez que o sucesso do curso depende em grande parte da motivação e disposição do aluno; crescimento desordenado dos credenciamentos das instituições de ensino a distância, o que torna o ensino menos criterioso, atestam (SILVA; CORNACHIONE, 2005).

Com o aumento exacerbado do credenciamento das instituições da EAD e muitas vezes sem controle dos órgãos competentes, percebemos a precarização do ensino em muitos cursos ofertados. Tal fato também é ocasionado pela ausência de rigor na fiscalização dessas novas instituições. Por outro lado, percebemos que outra desvantagem relacionada reside na autodisciplina que o aluno deve ter. Embora vários esforços estejam sendo implementados na educação pública brasileira, culturalmente os nossos alunos não foram ensinados a pensar e agir de forma autônoma. Tal fato, contribui para falta de disciplina com os estudos, elevando a evasão escolar.

Outros fatos que contribuem para as desvantagens na EAD estão relacionados a redução na interação entre alunos, dificuldades dos alunos em gerenciar seu tempo cumprir seus prazos, além da falta de habilidades para manejo das tecnologias empregadas nos cursos, contribuindo para a desistência nos cursos EAD.

3.3 Ead: conceitos e a problemática da evasão

O conceito de evasão é muito diverso, sendo encontradas várias definições a depender do ponto de vista de cada autor. Para esclarecer o nosso entendimento acerca da evasão, trazemos agora alguns conceitos encontrados no estudo de Almeida (2007): Evasão é a saída permanente do estudante de seu curso, sem que tenha terminado; Evasão significa estudantes que não concluem os cursos, de tal forma que se matriculam e abandonam o curso antes de inicia-lo; Evasão é o abandono total por parte do estudante no decorrer do curso.

Segundo Favero (2006), Pallof e Pratt (2004) e ABED (2011), a evasão se materializa no abandono e desistência de determinado curso. Maurício e Sclemmer (2014) definem o oposto da desistência, que se materializa na persistência, a saber: a permanência é vista como o ato de “persistir, perseverar” e tem como foco a continuidade dos estudos; Para Rovai (2002, p. 1) a persistência consiste no comportamento contínuo de agir, apesar da existência de obstáculos.

Conforme ABED (2010), nos dados do Censo EAD do mesmo ano, registrou-se uma evasão de aproximadamente 18,5%, e, no setor público estes indicadores seriam de 21,1%.

Quais os motivos para tamanha taxa de desistência, já que o EAD veio para flexibilizar e tornar fácil o acesso a educação? Seria falta de tempo? Seria a alienação aos modelos tradicionais de educação? Seriam os empecilhos tecnológicos e telemáticos? Seria a falta de habilidade para manusear os dispositivos eletrônicos integrantes da EAD? Estes questionamentos têm feito parte do dia a dia de pesquisadores da temática.

Para Pacheco (2010), os fatores que levam a evasão dos indivíduos podem residir no paradigma existente no que tange ao funcionalismo, em busca da funcionalidade. Diante das conclusões de Pacheco extrai-se que o motivo para a evasão dos indivíduos da EAD está relacionado a falta de funcionalidade, que não é proporcionada por esta modalidade de ensino.

Percebemos que os fatores situacionais tais como: falta de apoio físico ao aluno, já que na EAD o professor não está presente fisicamente em uma sala de aula; problemas relacionados a assimilação e o manuseio das tecnologias empregadas na EAD; excesso de trabalhos ou atividades, muitas das vezes superiores ao quantitativo de um curso presencial. São apontados por Almeida (2007) como fatores que levam os indivíduos a evadir da EAD.

Favero (2006) preceitua que a falta de diálogo e interação são fatores determinantes para a evasão dos indivíduos nesta modalidade de ensino. Isto nos leva a concluir que muitos indivíduos que se matriculam em cursos na modalidade EAD, ainda estão alienados aos modelos tradicionais de educação, estando, poucos dispostos para a inovação. Corroborando com as ideias de Favero (2006) e Neves (2006) apontam que a falta de tempo e a presença de companheiros presenciais, são possíveis fatores para os elevados índices de evasão.

Ramminger (2006) aponta como possíveis fatores, além dos já citados por diversos autores: problemas familiares e questões financeiras. Além da perspectiva errônea que muitos indivíduos têm, de que os cursos nesta modalidade são mais “fáceis” que os presenciais.

Podemos apontar que a transferência do ensino oral para um método assistido por tecnologia virtual representa uma ruptura com a prática escolar. Dessa forma, percebemos que isto desperta certa apreensão tanto nos docentes e estudantes, pleiteando condutas diferentes no ensinar e no aprender.

Comarella (2009) relata que a falta de adaptação à modalidade do curso nos primeiros meses do curso enseja na evasão dos indivíduos. Ora, em se tratando de educação, os indivíduos em especial os brasileiros, estão habituados a terem que se deslocar para um espaço físico no qual um indivíduo os espera para então lhes instruí-los. Daí surge a tese que a maior parte dos brasileiros estão alienados aos modelos tradicionais de educação, e a EAD por ser novidade para muitos, torna-se aparentemente algo complicado e difícil.

Por outro lado, também percebemos a dificuldade que alguns indivíduos têm em ter que trabalhar e dar prosseguimento aos estudos. Muitos destes indivíduos trabalham 8h seguidas e ao final do expediente de trabalho não têm disposição para dar prosseguimento aos estudos, já que a rotina de: acordar cedo, deslocar-se até o local de trabalho, trabalhar, trabalhar e voltar para sua residência lhes toma todas as energias, pouco sobrando para os estudos.

Os alunos que fazem cursos on-line pela primeira vez, em geral não tem ideia de quais sejam as demandas. Por isso, é importante deixar claro o que se espera deles e oferecer-lhes diretrizes sobre quanto tempo devem dedicar cada aula durante a semana (PALLOFF; PRATT, 2004, p. 31).

Percebemos que o modelo de EAD brasileiro deve ser repensado de modo a superar todos os obstáculos acima relacionados e apontados por diversos teóricos e pesquisadores da temática. Muitas das vezes há a necessidade de superar as fronteiras digitais da qual se utiliza a EAD.

Maurício e Sclemmer (2014) sugerem a discussão destes fatores de evasão com os alunos no início do curso, de maneira a identificar e criar metodologias de superação dos obstáculos já citados e os novos que vierem a surgir. Desta forma reduz-se a probabilidade de evasão.

Dessa forma, objetivando a redução da evasão, percebemos a necessidade que desde o início das aulas, ou até mesmo durante os processos seletivos sejam disponibilizados aos alunos o pleno acesso a instituição, a metodologia de ensino adota, o corpo docente, a qualificação técnica do corpo docente, suas estruturas de apoio e o mais importante o curso ao qual pretende cursar. Por outro lado, cabe ao analisar e planejar sua metodologia de acompanhamento de aula, seu orçamento, horários e local para estudo, material de apoio e demais fatores que por ventura influenciem diretamente na sua capacidade de aprendizado.

Os autores Bittencourt e Mercado (2014) apresentam duas grandes categorias de causas para o motivo da evasão dos alunos na EAD: causas endógenas e causa exógenas. As causas endógenas são pertinentes aos fatores internos, a exemplo citam os aspectos relacionados à atitude comportamental ligada diretamente à insatisfação com o tutor e professores, motivos institucionais e requisitos didáticos pedagógicos relacionados as dificuldades com a plataforma e encontros presenciais. No Quadro abaixo, apresentamos os elementos endógenos identificados em suas pesquisas:

Quadro 3 – Causas endógenas

Atitude comportamental	
Didática dos professores	Parte do princípio que o aluno a distância é diferente do presencial e o contato e a didática dos professores e tutores tem que ser voltada e focada no aluno.
Orientação da Coordenação do curso	
Motivação e incentivo por parte do tutor	
Insatisfação com o tutor	
Contato com professores	
Motivos institucionais	
Ausência de tutores nos pólos	Proporciona ao aluno condições para o estudo. Com uma estrutura para que o aluno possa ter acesso a bibliotecas, laboratórios.
Acesso a bibliotecas	
Estruturas dos polos de ensino	
Laboratório de informática nos polos de ensino	
Interatividade no AVA	
Meios de comunicação oferecidos para contato	
Tecnologia inadequada utilizada	
Requisitos didáticos pedagógicos	
Carga horária curricular do curso	Estimula a cooperação e relação entre os alunos do curso, estimulando uma criação colaborativa que dê subsídios para a aprendizagem dos alunos. Deve possibilitar um feedback ao aluno imediato de suas atividades e ações no curso. Com o devido retorno os tutores e professores podem identificar as possíveis causas de erros nas atividades.
Relação do currículo com o mercado	
Critérios de avaliação do aluno	
Associação entre a teoria e a prática	
Relação entre conteúdos da disciplina	
Encontros presenciais	
Complexidade das atividades	
Contato entre colegas de cursos	
Reprovação em mais de duas disciplinas no semestre	
Prazo de entrega das atividades	
Avaliação dos exercícios	
Avaliação das provas	
Material didático oferecido	
Qualidade do curso	
Falha de elaboração do curso	

Fonte: Bittencourt e Mercado (2014)

As causas endógenas são habituais em cursos EAD, e se apresentam como um problema marcante na vida dos alunos, sendo dada pouca importância para esta problemática. Percebemos que estes fatores motivacionais estão cada vez mais presentes no contexto da EAD e colaboraram para a saída do aluno do ambiente escolar. Dificuldades de acesso a material didático, tempo de

resposta dos tutores no ambiente virtual, instrumentos tecnológicos deficitários, reclamações quanto aos extensos conteúdos e alta carga de leitura, são alguns aspectos que contribuem para a evasão escolar.

A preocupação pela qualidade do curso e com o quadro de profissionais da instituição de ensino deve ser uma constante para se evitar a evasão. Tais medidas também perpassam pelo eficiente processo seletivo de tutores, equipe pedagógica, estrutura adequada, dentre outros fatores. Sabemos que nem sempre a escola consegue minimizar esse tipo de evasão que envolvam essas causas, entretanto, poderá desenvolver atividades de conscientização buscando motivá-los de forma que a se ter a sensação real de pertencimento do aluno EAD a instituição, bem como monitorando suas ações desde o primeiro dia de aula, para se evitar a evasão.

O outro motivo refere-se às causas exógenas, apresentadas como fatores externos, com destaque as questões conjunturais, características individuais, vocação pessoal e sócio-político-econômico. Tal classificação é concernente ao aluno antes de matricular-se na instituição de ensino. No Quadro 4 os autores Bittencourt e Mercado (2014) apresentam os resultados de seus estudos.

Quadro 4 – Causas exógenas

Sócio-político-econômicos	
Apoio da instituição que trabalha	Relacionadas às condições sócio-político-econômicas do aluno.
Valorização do diploma no mercado	
Tempo para estudar	
Carga horária semanal de trabalho	
Deslocamento até pólo de ensino	
Dificuldades de acesso à internet	
Entendimento das matérias	
Adequação do conteúdo com o trabalho	
Vocação Pessoal	
Aptidão para a profissão	Relacionadas ao aluno diretamente, ou seja, aptidão para o curso e profissão que escolheu, interesses pessoais e prévios do curso.
Possui outro curso superior	
Adaptação ao sistema universitário	
Mudança de interesse pessoal ou profissional	
Estar cursando paralelamente outro curso	
Desconhecimento prévio a respeito do curso de Administração a distância	
Características Individuais	
Problemas de saúde	Relacionada a características que vão além da condição do aluno em continuar o curso.
Atendimento do curso às expectativas prévias	
Dificuldade de assimilação d cultura de EaD	
Falta de habilidade para usar as TIC	
Conjunturais	
Problemas financeiros	Assim como as características

Influência familiar	individuais, essas vão além da condição do aluno. Como problemas familiares e financeiros, o que mais afeta.
Mudança de residência ou cidade	
Mudança de estado civil	
Responsabilidade econômica no sustento familiar	

Fonte: Bittencourt e Mercado (2014)

Não existe uma fórmula única ou mágica para medir a evasão em uma instituição. Várias pesquisas apresentam seus modelos individuais de acordo com a necessidade e particularidade da investigação para se alcançar os motivos da evasão.

Filho et. al (2007, p. 644) pondera que :

A evasão pode ser medida em uma instituição de ensino superior, em um curso, em uma área de conhecimento, em um período de oferta de cursos e em qualquer outro universo, desde que tenhamos acesso a dados e informações pertinentes. Em princípio, pode-se estudar a evasão no âmbito de uma IES, ou em um sistema, ou seja, um conjunto de instituições.

Nas instituições de ensino, o acesso às informações no registro acadêmico constitui uma fonte documental valiosa para levantamento de dados e posterior investigação dos motivos da evasão. Quanto às formas de estudo deste fenômeno, também não existe um padrão a ser seguido, pode se apresentar por meio de comparação entre turmas, semestres, módulos, anos, número de concluintes dentre outras formas, a depender da modalidade de ensino e aplicação do investigador.

O estudo desenvolvido por Silva Filho et. al (2007), considerando as diversas instituições de ensino promotoras da educação, apresenta os índices de evasão no período de 2001 a 2005 e faz uma comparação do Brasil com alguns países da América Latina, conforme Quadro 5 a seguir.

Quadro 5 - Índice de evasão total média de cursos superiores de alguns países da América latina

Países	Pública	Privada	Total / Média
Bolívia	-	-	73
Chile	50	63	54
Colômbia	51	51	51
Cuba	25	-	-
Uruguai	72	72	72
Venezuela	60	43	52
Brasil	33	53	51

Fonte: Silva Filho et. al (2007)

Embora o Brasil apresente diversos problemas econômicos e sociais, principalmente no setor educacional, no estudo apresentado pelos autores o país ainda se apresenta com um índice de evasão menor que os países comparados.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E A PESQUISA

O presente trabalho se fundamenta em uma abordagem qualitativa e foi dividida em três fases: a primeira foi o levantamento de dados sobre a evasão utilizando as informações fornecidas pela Coordenação de Registros Acadêmicos (CRA) do *campus* Porto Velho Zona Norte; a segunda parte foi a visitação *in loco* nos municípios onde estão localizados os polos EAD, amostra desta pesquisa, buscando junto aos coordenadores de polo e sua equipe pedagógica compreender as possíveis causas da evasão no curso técnico em finanças e construir coletivamente ações voltadas a solucionar este problema. A última etapa foi aplicar um questionário aos estudantes evadidos para entender as causas que os levaram a abandonar o curso.

4.1 Enfoque metodológico da pesquisa

A presente dissertação utilizou como base metodológica a pesquisa-ação. Thiollent (1996, p. 14) afirma que pesquisa-ação “[...] é um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma resolução de um problema coletivo [...]”.

Esta pesquisa se caracteriza como qualitativa e flexível, tendo em vista que durante os trabalhos de coleta de dados, que consistiram no acesso documental dos alunos no CRA do campus Porto Velho Zona Norte e na aplicação dos questionários aos participantes da pesquisa, tivemos a oportunidade de trilhar por roteiros diferentes e nem sempre planejados no projeto inicial. Este fato se deu, porque novas alternativas tiveram que ser pensadas quanto à aplicação do questionário, considerando que a primeira tentativa de colher as respostas via e-mail foi frustrada.

Também tivemos diferentes momentos em que usamos da criatividade, de sugestões do público externo à pesquisa. Pode-se afirmar que há quase um consenso sobre os limites que uma única perspectiva ou área de conhecimento apresentam para a devida exploração e para um conhecimento satisfatório dos problemas educacionais” assegura André (2001, p. 53).

Para Turato (2004, pp. 25-26):

[...] Trabalhar qualitativamente implica, por definição, entender/interpretar os sentidos e as significações que uma pessoa dá aos fenômenos em foco, por meio de técnicas de observação ampla e entrevistas em profundidade (instrumentos necessários e suficientes), em que são valorizados o contato pessoal e os elementos do setting natural do sujeito.

A discussão trazida por Turato (2004) nos leva de encontro ao questionamento central da pesquisa: quais os fatores que motivam os estudantes a desistir de frequentarem o curso Técnico

de Finanças EAD ofertado pelo IFRO? Pretendíamos compreender este fenômeno através da oitiva de alguns sujeitos envolvidos no processo de ensino-aprendizagem do curso Técnico em Finanças EAD. Portanto, esta ideia nos levou a utilizar-se deste método qualitativo, já que a intenção inicial não era buscar somente indicadores quantitativos, pois já se é sabido que os mesmos são importantes. Preferimos enxergar condicionantes da temática em discussão, pois não tínhamos e ainda não temos todas as respostas para se observar holisticamente a complexidade do fenômeno da evasão escolar.

4.2 Cálculo da evasão

O conceito de evasão nesta pesquisa aproxima-se dos conceitos propostos por Dore e Luscher (2011), estabelecidos como a interrupção do aluno no ciclo do curso. Em tal situação, o estudante pode ter abandonado o curso por não ter efetivado a renovação da matrícula ou formalizado o desligamento/desistência do curso.

Para esta pesquisa, consideramos como estudantes evadidos aqueles alunos que abandonam o curso sem mesmo começá-lo e aqueles que ao se matricularem no primeiro semestre, frequentam o curso e em algum momento abandonam e não se matriculam no semestre seguinte.

Para chegarmos aos quantitativos da evasão, o cálculo foi realizado considerando o número de estudantes matriculados no primeiro semestre menos o número de matriculados no segundo semestre, que é igual ao número de evadidos. O número de evadidos vezes 100, dividido pelo número de matriculados no primeiro semestre é igual à porcentagem de evasão. A seguir se verifica a fórmula básica utilizada para o cálculo do percentual da evasão nos cursos Técnicos EAD do IFRO:

$$[(Nm1 - Nm2) \times 100] / NM1 = \% \text{ Evasão}$$

Sendo que: Nm1 – Número de matriculados no primeiro semestre,
 Nm2 - Número de matriculados no segundo semestre.

Para a turma de 2014/1 usamos o primeiro e o terceiro semestre, na turma 2015/2 usamos o primeiro e segundo semestre, tendo em vista que o curso ainda não havia iniciado o terceiro semestre.

Os critérios definidos para seleção da amostragem é definida por Gil (2009) como aleatória simples. O cálculo da sua amostragem foi Erro amostral⁷ de 9%, Nível de Confiança⁸ de 90% (amostra necessária = 77) da população de 950 integrantes da pesquisa.

4.3 Participantes da pesquisa

A população desta pesquisa contou com novecentos e cinquenta (950) estudantes evadidos. Fazem parte da população da pesquisa 23 coordenadores de polo e 30 tutores EAD. No Quadro 6 temos a demonstração desta população.

Quadro 6 - População da pesquisa

POPULAÇÃO DA PESQUISA		
Coordenadores	Estudantes Evadidos	Tutores EAD
23	950	30
Total = 996		

Fonte: CRA e Dados da pesquisa (2016).

A abordagem inicial foi com os coordenadores de polo. Realizamos uma visita que se deu *in loco*, de tal modo que cada coordenador pode expor suas ideias básicas acerca da temática da evasão. Utilizamos um diário de campo que serviu como registro de nossas memórias decorrentes desta visitação. Com os estudantes evadidos, aplicamos um questionário. Nosso primeiro obstáculo nesta etapa foi encontrar uma maneira de facilitar a participação deles na nossa pesquisa, tendo em vista que os estudantes são de diversas regiões do estado. A primeira tentativa foi o envio de e-mail, sem sucesso. Outro recurso foi o Google Docs⁹, outra vez não obtivemos êxito.

Somente após a visita aos polos, compartilhando as dificuldades que tivemos ao tentar aplicar um questionário online com estudantes evadidos é que foi possível a construção de um novo questionário para aplicação *in loco*. Isto só aconteceu em virtude da colaboração dos coordenadores em aplicar um questionário físico, de tal modo que fosse entregue pessoalmente ao estudante. Somente assim é que conseguimos resultado satisfatório. Com parte dos tutores

⁷ É a diferença entre o valor estimado pela pesquisa e o verdadeiro valor. Disponível em: <<http://www.calculoamostral.vai.la>>. Acesso em: 03 mar. 2017.

⁸ É a probabilidade de que o erro amostral efetivo seja menor do que o erro amostral admitido pela pesquisa. Disponível em: <<http://www.calculoamostral.vai.la>>. Acesso em: 03 mar. 2017.

⁹ Formulário eletrônico disponibilizado pelo Google podendo ser respondido somente via web.

EAD a participação se deu somente em meios digitais (redes sociais, e-mail, Ambiente Virtual de Aprendizagem - AVA).

A amostra da pesquisa foi composta por oito (8) coordenadores de polo, setenta e sete (77) estudantes evadidos e vinte e um (21) tutores EAD. No quadro 7 apresentamos estes dados.

Quadro 7 - Amostra da pesquisa

AMOSTRA DA PESQUISA			
Coordenadores	Estudante evadido 2014/1 Evadidos	Estudante evadido 2015/2 Evadidos	Tutores EAD
8	57	20	21
Total = 106			

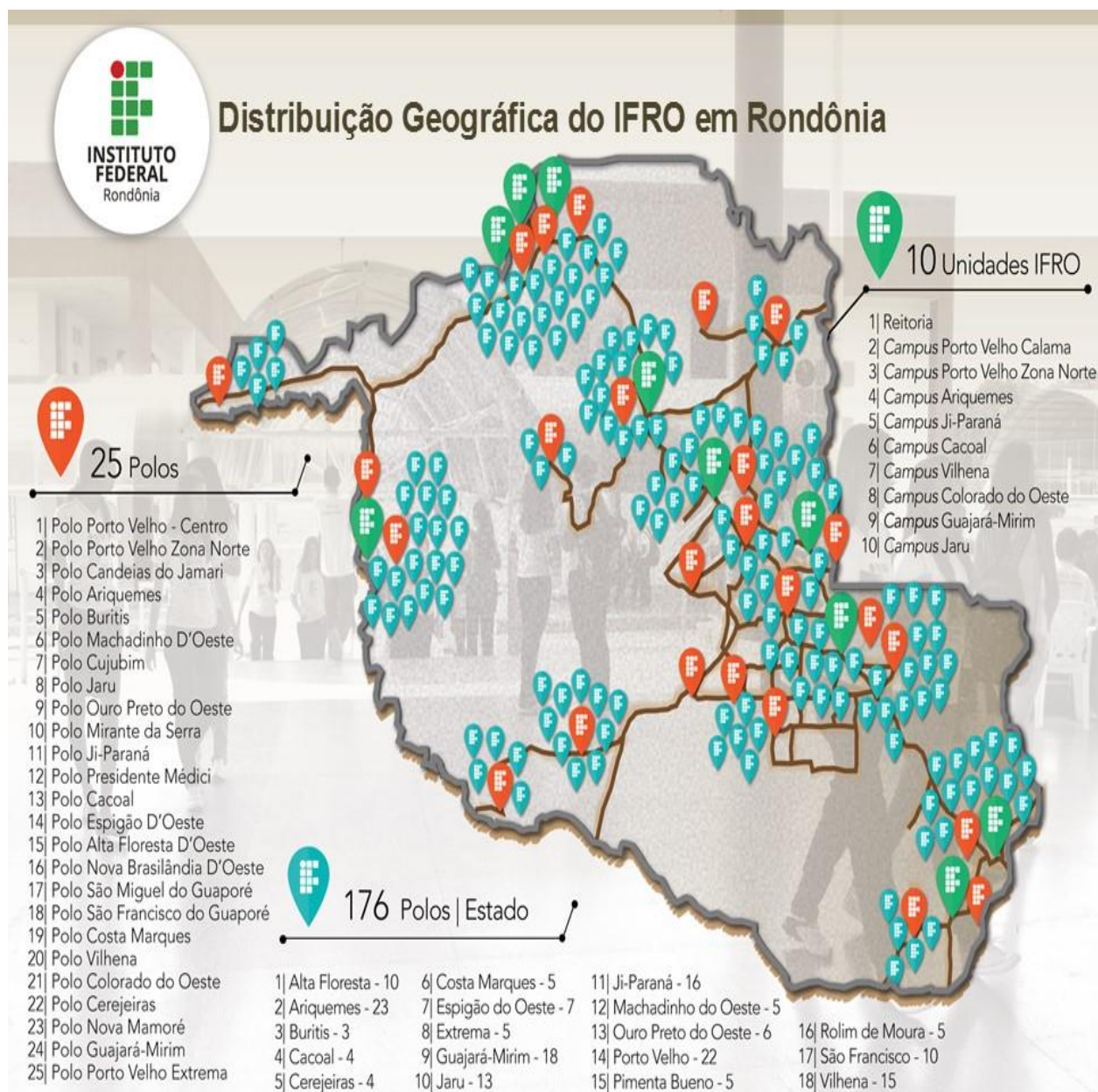
Fonte: Dados da pesquisa (2016)

Os coordenadores de polo são responsáveis, entre outras funções, pelo funcionamento administrativo e pedagógico da unidade escolar. Para o bom desenvolvimento de suas ações, devem conhecer bem o projeto pedagógico dos cursos, acompanhar os registros dos alunos, como notas, frequências, disciplinas, dentre outras. Outro fato relevante refere-se aos pré-requisitos. O coordenador do polo deve possuir prévia experiência docente, pedagógica e ser graduado.

Em relação ao tutor EAD, destacamos como responsabilidades a assistência aos estudantes, mediar o diálogo entre docente e discente, auxiliar o professor nas tarefas do curso, entre outras demandas.

Os polos da amostragem são: Ariquemes, Cujubim, Jaru, Ouro Preto do Oeste, Ji-Paraná, Guajará-Mirim, Nova Mamoré e Porto Velho Zona norte. O primeiro critério para seleção destes polos foi abarcar as duas mesorregiões do estado, Madeira Guaporé e Leste Rondoniense. O segundo critério consiste na contemplação da pesquisa, por meio de sorteio, nos polos onde também não há campus, que é o caso dos municípios de Cujubim, Jaru, Ouro Preto do Oeste e Nova Mamoré. Consequentemente a escolha dos participantes se procedeu seguindo as mesmas regras. Deste modo, coordenadores e estudantes pertencem aos polos citados. Contudo, destacamos que houve a contribuição por meio dos fóruns de outros coordenadores de polo. No que tange aos tutores EAD, considerando seu papel, eles atendem diversos polos ao mesmo tempo. Na figura a seguir, trazemos o mapa dos campi e polos do IFRO para dar uma dimensão da abrangência do Instituto no Estado.

Figura 1 - Mapa dos polos EAD IFRO



Fonte: www.ifro.edu.br/site (2016)

4.4 Levantamento de dados da evasão

Para melhor compreensão das informações obtidas com a aplicação do questionário, os dados levantados foram sistematizados por eixos temáticos, seguindo princípios norteadores da análise de conteúdo de Bardin. Após uma leitura aprofundada dos questionários, buscamos extrair as informações mais relevantes para nossa pesquisa. Para Bardin (1979, p. 38) análise de conteúdo é “um conjunto de técnicas de análise das comunicações [...]”. Passamos por três fases elementares da análise de conteúdo: a pré-análise, análise do material e tratamento dos

resultados. Partindo dos resultados desta análise, podemos construir coletivamente propostas de intervenção juntamente com os demais agentes da EAD.

No quadro 8 apresentamos os dados gerais da análise de conteúdo do questionário aplicado aos estudantes evadidos.

Quadro 8 - Análise de conteúdo do questionário aplicado aos alunos evadidos

Análise de Conteúdo		
EIXO TEMÁTICO	COLABORADORES	UNIDADE DE REGISTRO
Histórico Estudantil	Estudantes Evadidos	Região onde mora
		O curso foi sua primeira opção?
		Em qual semestre do curso parou?
		Nível de Escolaridade dos Pais
		Já fez algum curso EAD antes?
Perspectivas em relação ao curso	Estudantes Evadidos	O que mais o atraiu para o curso?
		Teve dificuldades no aprendizado?
		O curso não correspondeu as suas expectativas?
		Teve dificuldades no relacionamento com docentes/servidores?
		O que seria indispensável para o reingresso ao IFRO?
Principais motivos da Evasão	Estudantes Evadidos	Quais motivos o levaram a desistir do curso?
		Buscou alguma solução para evitar a desistência do curso?
		Pensa em reingressar no curso?

Fonte: Dados da pesquisa (2016).

4.4.1 Visitação *in loco* buscando possíveis causas e soluções para evasão

No decorrer das visitas nos polos EAD, registramos vários relatos dos discentes, docentes, coordenadores de polos e tutores acerca das dificuldades enfrentadas no processo de ensino-aprendizagem nos polos de apoio ao curso Técnico em Finanças EAD, além, do crescente interesse da comunidade acadêmica internacional e dos governos no enfrentamento do fenômeno evasão escolar. Dessa forma, tivemos o cuidado de registrar por meio fotográfico e anotações no diário de campo, todas as sugestões e possíveis causas da evasão que nos eram passadas. Por meio destas primeiras impressões entendemos que a aplicação de um questionário aos estudantes evadidos seria de fundamental importância. Para isso, foi feito um levantamento na coordenação de registros acadêmicos do *Campus* Porto Velho Zona Norte, identificando todos os polos e coletando dados da evasão em todo o Estado. Também foi possível termos acesso ao endereço dos estudantes evadidos, fato este que possibilitou a localização e contato com estes colaboradores da nossa pesquisa.

4.4.2 Apresentação dos instrumentos para coleta dos dados

Buscamos envolver os seguintes atores da EAD no processo de construção de propostas de intervenção para reduzir os índices da evasão: discentes, coordenadores e tutores EAD. No desenrolar da pesquisa conseguimos envolver diretamente: 77 estudantes evadidos, através do retorno do questionário de pesquisa e 8 coordenadores de polo por meio de visitas realizadas nos polos do IFRO na capital e no interior de Rondônia. Ressaltamos também o envolvimento indireto dos demais coordenadores por meio das mídias sociais, AVA e troca de e-mails solicitando apoio na abordagem da temática evasão escolar.

Respeitando os princípios éticos em pesquisas envolvendo seres humanos, submetemo-nos à apreciação do Comitê de Ética em Pesquisa, sendo aprovado sob número de Parecer de Aprovação nº 1.701.718. Com a outorga da entidade competente, podemos dar seguimento aos nossos propósitos. Para participar da pesquisa, os estudantes, antes de responderem ao questionário recebiam um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) que trazia informações sobre o teor da pesquisa, seus riscos e benefícios. Este TCLE consta nos apêndices. Após concordarem em participar firmando o TCLE, os estudantes recebiam o questionário que continha perguntas fechadas e abertas. Este passou por uma fase de pré-teste, de tal modo que podemos identificar sua intencionalidade.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A presente pesquisa preocupou-se em estudar a evasão escolar no curso Técnico em Finanças ofertado pelo IFRO na modalidade EAD. A motivação para tal investigação deve-se aos elevados números de evasão de discentes entre os anos de 2014/1 e 2015/2, conforme dados coletados na CRA e AVA do *campus*. Com estes dados coletados e, por meio do auxílio do software da IBM chamado SPSS 21¹⁰, foi possível realizar uma análise da dimensão do quantitativo de evadidos das turmas anteriormente citadas.

Em virtude das matrículas nos cursos EAD do IFRO serem semestrais, nesta pesquisa consideramos como evadido o estudante que, ao se matricular no curso não renova a matrícula no semestre seguinte, seja do primeiro semestre para o segundo, como do primeiro para o terceiro.

5.1 Dados da evasão

A Tabela 2 apresenta as informações acerca da evasão das turmas já citadas anteriormente.

Tabela 2 - Demonstrativo da evasão Técnico em Finanças EAD IFRO

ESTUDANTES EVADIDOS IFRO					
Matriculados na Turma 2014/1			Matriculados na Turma 2015/2		
1º Semestre	3º Semestre	Evadido	1º Semestre	2º Semestre	Evadido
1175	665	510	1171	738	433
Total de estudantes evadidos – 943					

Fonte: CRA e AVA (2016)

Na turma 2014/1, conforme Tabela 2, podemos observar que tivemos 49,82% (510 estudantes) de evadidos em todos os 24 polos do IFRO que ofertam o curso, considerando a diferença do número de matriculados no primeiro semestre com o terceiro semestre da respectiva turma. No ano de 2015/2 o Curso Técnico em Finanças EAD registrou 1171 matrículas, número praticamente igual ao ano anterior que teve quatro a mais. Novamente é possível identificar um índice de evasão de 36,97% (433 estudantes) redução de aproximadamente 13% em relação à turma passada. É importante frisarmos que apesar da aparente redução destes índices, no ano de 2015, dois (2), dos vinte e quatro (24) polos EAD do IFRO que ofertam o referido curso, não o ofereceram neste ano. Os polos que deixaram de oferecer o curso foram: Candeias do Jamari e

¹⁰ SPSS 21 é um software aplicativo da IBM do tipo científico. Originalmente o nome era acrônimo de Statistical Package for the Social Sciences - pacote estatístico para as ciências sociais. Este software é utilizado para ajudar em análise estatística, transformando cálculos complexos em resultados simples e autoexplicativos.

Porto Velho Centro. Outro ponto que devemos lembrar refere-se aos semestres analisados. Na turma de 2015 foram analisados o primeiro e o segundo semestres, enquanto na turma de 2014/1 foram o primeiro e último semestres.

Cumpre-nos destacar que os dados referentes ao ano de 2015 são parciais já que na data de fechamento da coleta de dados da pesquisa a turma e o ano letivo não havia se encerrado. Para destacarmos melhor o panorama da evasão, a Tabela 3 apresenta o resumo destes dados separados por polo.

Tabela 3 - Demonstrativo da evasão separado por polo

ESTUDANTES EVADIDOS IFRO						
POLOS	Matriculados na Turma 2014/1			Matriculados na Turma 2015/2		
	1º Sem.	3º Sem.	Evadido	1º Sem.	2º Sem.	Evadido
Alta Floresta	43	28	15 (65,1%)	48	28	20 (41,6%)
Ariquemes	53	28	25 (52,8%)	58	29	29 (50%)
Buritit	53	33	20 (37,7%)	59	31	28 (47,4%)
Cacoal	31	14	17 (54,8%)	26	11	15 (57,6%)
Candeias	38	13	25 (65,7%)	Não	Não ofertou	0
Cerejeiras	56	22	34 (60,7%)	61	44	17 (27,8%)
Colorado	50	25	25 (50%)	44	25	19 (43,1%)
Costa M.	49	24	25 (51%)	48	23	25 (52%)
Cujubim	47	36	11 (23,4%)	55	36	19 (34,5%)
Espigão	41	18	23 (56%)	52	32	20 (38,4%)
G.- Mirim	54	25	29 (53,7%)	70	57	13 (18,5%)
Jaru	52	37	15 (28,8%)	57	47	10 (17,5%)
Ji-Paraná	49	35	14 (28,5%)	47	36	11 (23,4%)
Machadinho	50	28	22 (44%)	46	21	25 (54,3%)
Mirante	51	38	13 (25,4%)	30	18	12 (40%)
N. Brasil.	42	19	23 (54,7%)	52	31	21 (40,3%)
N. Mamoré	54	26	28 (51,8%)	59	29	30 (50,8%)
Ouro Preto	48	33	15 (31,2%)	60	32	28 (46,6%)
P. Médi	51	30	21 (41,1%)	56	39	17 (30,3%)
P. V. Calama	48	24	24 (50%)	Não	Não ofertou	0
P. V. Z Norte	50	32	18 (36%)	108	76	32 (29,6%)
S. Francisco	56	25	31 (55,3%)	43	27	16 (37,2%)
S. Miguel	56	42	14 (25%)	48	42	6 (12,5%)
Vilhena	54	31	23 (42,5%)	49	29	20 (40,8%)

Fonte: CRA e AVA (2016)

Os Polos que se encontram em destaque na Tabela acima fazem parte da base amostral da nossa pesquisa. Destes, o Polo Cujubim apresentou baixo índice de evasão, contudo, acreditamos que fazendo parte da pesquisa poderíamos utilizar os mesmos mecanismos e estratégias do Polo para frear a evasão nos demais.

Ao analisar a Tabela 3, dentre outras informações, constatamos que os Polos Cujubim e São Miguel apresentam o menor percentual de evasão na turma 2014/1 (23,40% e 25%

respectivamente). Na turma de 2015/2 destacamos como menores índices de evasão os Polos de São Miguel e Jaru (12,5% e 17,54% respectivamente). Os maiores percentuais de evasão na turma de 2014/1 residem nos Polos Candeias e Cerejeiras (65,78% e 60,71%). Os maiores indicativos de evasão na turma 2015/2 estão nos Polos Cacoal e Machadinho (57,69% e 54,34%).

O fenômeno da evasão se manifesta diferente entre os níveis da educação, de tal modo que no ensino fundamental, por exemplo, podemos atribuí-lo às baixas condições socioeconômicas da família enquanto no nível superior é mais premente devido à necessidade que o estudante tem em trabalhar e estudar.

A título de comparação, apresentaremos dados da evasão nos cursos superiores EAD em nível nacional. Almeida (2007) traz um panorama de cento e quatro (104) instituições pesquisadas e revela os números de estudantes evadidos:

Os dados apresentados na pesquisa de Almeida (2007) demonstram que das 104 instituições de Curso superior consultadas, setenta e seis (76) tem índice de evasão menor ou igual a 30%, sete (7) apresentando taxas superiores aos 30%, seis (6) sem evasão e quinze (15) instituições não responderam à pesquisa. Ante ao exposto, percebemos que as taxas de evasão encontradas no curso de Finanças do IFRO (49,82% em 2014 e 36,97% em 2015) são superiores aos números apresentados pela autora, evidenciando a necessidade de implementação de políticas públicas e pedagógicas com o intuito de minimizar os índices de evasão.

Sabemos que a evasão está presente nas diversas variantes do ensino. No cenário da EAD diversos elementos interferem na evasão escolar, como: tecnologia precária, tempo inadequado para se dedicar aos estudos, tarefas difíceis de execução e falta de acompanhamento eficiente do tutor (KEARSLEY, 2007; PACHECO 2007). Pesquisas revelam que os maiores índices de evasão no EAD estão relacionados a falta de tempo e fatores financeiros.

Almeida (2007), Silva Filho et al (2007) e Rossi (2008) revelam em suas pesquisa que o principal motivo da evasão seria a falta de tempo e conciliação dos estudos e trabalho. Entretanto, a evasão é composta de vários elementos que se somam na escolha do indivíduo de permanecer ou não na escola, podendo ser considerados evadidos aqueles que mesmo após se maticularem não aparecem mais no ambiente escolar (NEVES, 2006; FAVERO, 2006; MAIA, 2004).

No entender de Dore e Luscher (2011, p. 775) “a evasão escolar tem sido associada a situações tão diversas quanto à retenção e repetência do aluno na escola, a saída do aluno da instituição, a saída do aluno do sistema de ensino, a não conclusão de um determinado nível de ensino, o abandono da escola e posterior retorno”. Nesta perspectiva, percebemos o quão complexo é ponderar sobre os reais motivos da evasão, bem como suas diversas causas.

5.2 argumentações sobre as possíveis causas da evasão

Contando com o apoio dos coordenadores de polo, alcançamos setenta e sete (77) estudantes evadidos, sendo cinquenta e sete (57) da turma 2014/1 e vinte (20) da turma 2015/2 de várias cidades do Estado. Posteriormente, iniciamos a primeira análise dos dados. Utilizamos a análise do conteúdo em conformidade com Bardin (1979). O Quadro 09 apresenta uma visão geral da análise de conteúdo feita por meio da aplicação do questionário com os estudantes evadidos do curso Técnico em Finanças EAD de ambas as turmas (2014/1 e 2015/2) dos oito Polos já mencionados anteriormente.

Quadro 09 - Dados gerais do questionário aplicado aos estudantes evadidos

Análise de Conteúdo				
Eixo temático	Colaboradores	Unidade de Registro	Respostas	
			2014/1	2015/2
Histórico Estudantil	Estudantes Evadidos	O curso foi sua primeira opção?	96,5% (Sim)	100% (Sim)
		Em qual semestre do curso parou?	1º (80,5%)	100% (Não recordo)
		Nível de Escolaridade dos Pais	Pai (30% - N.F) Mãe (30% - N.F)	100% (Não informaram)
		Já fez algum curso EAD antes?	86% (Não)	95% (Não)
Perspectivas em relação ao curso	Estudantes Evadidos	O que mais o atraiu para o curso?	Salário (1,8%) Oportunidade de carreira (3,5%) Realização Profissional (3,5%) Outros (91,2%)	Salário (10%) Oportunidade de carreira (10%) Realização Profissional (5%) Outros (75%)
		Teve dificuldades no aprendizado?	Sentiu-se desmotivado (1,8%) Dificuldade de adaptação às didáticas dos professores (7,0%) Impossibilidade de conciliar estudo/trabalho/família (0,0%) Outros (91,2%)	Outros (100%) - Não receber apostilas; - Falta de acompanhamento; - Demora respostas no AVA; - Dificuldades em postar trabalhos no AVA; - Pouca compreensão da disciplina;
		O curso não correspondeu as suas expectativas?	93% (Não)	95% (Não)

		Teve dificuldades no relacionamento com docentes/servidores?	91% (Não)	100% (Não)
		O que seria indispensável para o reingresso ao IFRO?	40% (aulas aos sábados)	75% (aulas aos sábados)
Principais motivos da Evasão	Estudantes Evadidos	Quais motivos o levaram a desistir do curso?	65% (Dificuldades econômicas)	35% (Conciliar estudo e profissão)
		Buscou alguma solução para evitar a desistência do curso?	89,5% (Não procurou ajuda)	100% Não procurou ajuda)
		Pensa em reingressar no curso?	63% (Sim, no IFRO)	65% (Sim, no IFRO)

Fonte: Dados da pesquisa (2016)

Para melhor entendimento da análise dos dados do quadro acima, iremos desmembrá-lo em 3 partes, deste modo, teremos a Tabela 4 apresentando o histórico estudantil, a Tabela 6 trazendo as informações das perspectivas dos alunos com relação ao curso e o Quadro 10 com as categorias representando os principais motivos da evasão.

Tabela 4 - Histórico Estudantil

Eixo temático	Colaboradores	Unidade De Registro	Respostas	
			2014/1	2015/2
Histórico Estudantil	Estudantes Evadidos	O curso foi sua primeira opção?	96,5% (Sim)	100% (Sim)
		Em qual semestre do curso parou?	1º (80,5%)	100% (Não recordo)
		Nível de Escolaridade dos Pais	Pai (30% - N.F) Mãe (30% - N.F)	100% (Não informaram)
		Já fez algum curso EAD antes?	86% (Não)	95% (Não)

Fonte: Dados da pesquisa (2016)

Quando questionamos se o curso tinha sido sua primeira opção de escolha, 96,5% dos estudantes evadidos da turma 2014/1 (55 estudantes) responderam sim, os outros 3,5% (2 estudantes) responderam não. Na turma 2015/2 o percentual de respostas sim foi de 100% (20 estudantes). Este resultado demonstra que, apesar de comumente, em algumas destas regiões não ter outra oferta de curso e este, por sua vez, se tornar a única possibilidade de estudar, pensamos

que os estudantes poderiam sim, ter escolhido outro curso ou apontado a opção “não” ao responder o questionário. Algumas vantagens da EAD em relação ao método de educação convencional é a flexibilidade de escolha na hora de estudar, a forma que vai impor seu ritmo de estudos e a possibilidade de rever o conteúdo quantas vezes quiserem. Em contrapartida, destacamos como desvantagem a iminente possibilidade do estudante se sentir isolado em seus estudos e a necessidade da automotivação.

Ao serem questionados em qual semestre haviam evadido do curso, 80,7% dos estudantes da turma 2014/1(46 estudantes) responderam ter parado no primeiro semestre, 14% (8 estudantes) no segundo semestre, 3,5% (2) no terceiro e 1,8% (1) no quarto semestre. Um detalhe sobre estes dados é que o curso em questão só tem três semestres e não quatro, evidenciando a falta de conhecimento sobre o curso que estavam fazendo. 100% dos estudantes da turma 2015/2 disseram não recordar em que semestre haviam parado. Acreditamos neste ponto, ficar reveladas a falta de motivação dos estudantes ou as precárias condições de acesso a informação acerca da forma de oferta do próprio curso, pois acreditamos ser elementar conhecer ao menos em que semestre se está cursando. Chegamos a nos questionar: Seria falta de transparência da informação divulgada nos meios de comunicação acerca do curso? Fica a reflexão.

Indagamos aos estudantes acerca do nível de escolaridade de seus pais. Na turma de 2014/1, dos cinquenta e sete (57) estudantes, temos 29,8% de pais com Nível Fundamental II e 29,8% de mães também com mesmo nível. O restante de ambos os segmentos citados, ficaram assim distribuídos:

Tabela 5 - Representação da escolaridade dos pais - turma 2014/1

Nível de escolaridade dos pais		
Perguntas	Pais	Mães
Não sabe informar	8 (14%)	4 (7,0%)
Não Alfabetizado	2 (3,5)	4 (7,0%)
Nível Fundamental I (1º ao 5º)	14 (24,6%)	13 (22,8%)
Nível Fundamental II (6º ao 9º)	17 (29,8)	17 (29,8%)
Nível Médio	13 (22,8%)	15 (26,3%)
Nível Superior	3 (5,3%)	4 (7,1%)

Fonte: Dados da pesquisa (2016).

Com a turma de 2015/2 tivemos um dado que nos causou estranheza, tendo em vista que 100% (20 estudantes) não quiseram ou não souberam informar a formação de seus pais, conforme apresentado na Tabela 3. Rodrigues et. al. (2011, p. 8) pondera que:

[...] pais com elevado (baixo) capital econômico e cultural são mais (menos) propensos a incentivarem e valorizarem o estudo de seus filhos. Assim, o

aumento na proporção de crianças com baixo nível socioeconômico no sistema de ensino levaria ao aumento na proporção de piores resultados [...].

De outro modo, ao confrontar os altos índices de evasão ao quesito renda familiar, percebemos, em algumas ocasiões que estudantes de famílias mais abastadas apresentam maiores possibilidades de evadirem do curso, em virtude de possuírem maior assistência familiar para almejar outras áreas de atuação profissional, inclusive de uma melhor performance fazendo cursos preparatórios particulares, o que dará tranquilidade ao concorrer em novo processo de seleção.

Quando questionados sobre se já haviam feito algum curso EAD antes, os estudantes evadidos da turma 2014/1 e 2015/2 apresentaram a resposta não, 86% e 95% respectivamente. Percebemos que outro fator intrínseco encontrado nestes dados é a falta de familiarização com a modalidade. Os estudantes ingressam no curso pensando de uma forma e logo são consumidos pela falta de apoio para auxiliá-los.

No tocante as perspectivas em relação ao curso, na primeira unidade de registro que trazia o questionamento aos estudantes sobre o que mais o atraiu para o curso, das turmas 2014/1 e 2015/2 tivemos respostas bem diversas, as quais destacamos na Tabela 6:

Tabela 6 - Perspectivas em relação ao curso

O que mais o atraiu para o curso?		
Perguntas	Turma 2014/1	Turma 2015/2
Salário	1 (1,8%)	2 (10%)
Oportunidade de carreira	2 (3,5%)	2 (10%)
Realização Profissional	2 (3,5%)	1 (5%)
Outros	52 (91,2%)	15 (75%)

Fonte: Dados da pesquisa (2016).

Analisando a tabela acima, destacamos que os itens elencados por nós no questionário, não despertou interesse nos cursistas ao ingressar no curso. A alternativa mais assinalada por eles foi a opção ‘outros’ com 91,2% e 75% respectivamente nas turmas 2014/1 e 2015/2. Dentre as respostas descritas como ‘outros’ destacamos: 1 - Possibilidade de estudar numa escola pública federal e gratuita; 2 - Pela possibilidade de estudar em casa; 3 - Poder atuar na área que gosto; 4 - Entrada mais rápida no mercado de trabalho; 5 - Menor interferência no trabalho devido as aulas serem uma vez na semana; Tais alegações nos faz inferir que existe indecisão no momento da escolha do curso por parte dos estudantes, fato este que pode acarretar em desmotivação, desinteresse e o consequente abandono do curso. Dore e Luscher (2011) apontam como causas da evasão a perspectiva individual do estudante, seu percurso escolar, a questão familiar, a

concepção institucional e até mesmo a comunidade em que está inserido como predisposição ao abandono do curso.

Em alusão ao segundo questionamento, na turma 2014/1 temos 91,2% de estudantes informando ter dificuldades no aprendizado. A turma 2015/2, 100% dos cursistas disseram ter dificuldades de aprendizagem. Na Tabela 7 apresentamos os demais dados coletados:

Tabela 7 - Teve dificuldades no aprendizado

Dificuldades de aprendizado		
Perguntas	2014/1	2015/2
Sentiu-se desmotivado	1 (1,8%)	0,0%
Dificuldade de adaptação às didáticas dos professores	4 (7,0%)	0,0%
Impossibilidade de conciliar estudo/trabalho/família	0,0%	0,0%
Outros	52 (91,2%)	20 (100%)

Fonte: Dados da pesquisa (2016).

Cabe-nos agora, destacar as dificuldades mais apontadas pelos estudantes no questionário: 1 - Não receber apostilas e livros; 2 - Falta de acompanhamento dos tutores online; 3 - Demora em ter respostas no AVA; 4 - Dificuldades em postar trabalhos dentro do AVA; 5 - Pouca compreensão da disciplina. Deste modo, para os estudantes, dificuldades no aprendizado tem diversas razões, o que tem sido um fator causador da evasão. Acreditamos que apesar das equipes de apoio pedagógico terem demonstrado durante as visitas comprometimento com suas funções, contudo, estamos inferindo que sua conduta não foi suficiente para evitar as elevadas taxas de evasão. Não obstante, o mínimo de estrutura didática deve ser oferecido aos estudantes, neste caso, esta carência é potencialmente capaz de gerar o aumento da insatisfação do estudante com o curso e um aprendizado superficial.

No terceiro item, questionados sobre se o curso não tinha correspondido suas expectativas, a turma 2014/1 respondeu 'outros' (93%) e a turma 2015/2 (95%) na mesma alternativa. Na Tabela 8 apresentamos todos os percentuais:

Tabela 8 - O curso não correspondeu as suas expectativas

Curso não correspondeu às expectativas?		
Perguntas	2014/1	2015/2
Escassa articulação do conteúdo com o mercado de trabalho	0,0%	0,0%
Poucas oportunidades profissionais	0,0%	0,0%
Falsa expectativa em relação ao curso	4 (7,0%)	1 (5%)

Outros	53 (93%)	19 (95%)
--------	----------	----------

Fonte: Dados da pesquisa (2016).

A tabela acima apresenta os dados relativos ao entendimento dos estudantes acerca do curso. Percebemos que em ambas as turmas (2014/1 e 2015/2) mais de 90% demonstraram não estarem satisfeitos com o curso. As razões mais frequentes para esta insatisfação foram: 1 - Esperava que o curso fosse diferente; 2 - Estava fazendo outro curso ao mesmo tempo; 3- Não me adaptei ao modelo da EAD; 4- Não tinha informação suficiente sobre o curso; 5 - Tive muita dificuldade em acessar as ferramentas do AVA.

Este índice deixa claro que existe certo distanciamento entre o que o estudante pensa do curso antes de ingressar e, aquilo que de fato ele encontra no decorrer dos estudos. Neste caso, entendemos que o curso de Finanças e outros cursos EAD devem ter maior divulgação acerca de seu conteúdo, qual área de atuação, quais perspectivas do mercado, que perfil o estudante deve ter ao ingressar em um curso EAD. Esta falta de informação ao cidadão, evidenciada neste instante, demonstra o quanto ainda temos que avançar no sentido de contribuir para o aperfeiçoamento da EAD. No entender de Almeida (2007) o curso deve atender às expectativas dos estudantes. Ela reitera que na EAD, torna-se fundamental o papel da mediação dos tutores, pois pode deixar a aprendizagem mais aprazível aos cursistas, reduzindo assim o índice de abandono.

No tocante à dificuldade no relacionamento com outros agentes da EAD (docente/servidor), os estudantes da turma 2014/1 assinalaram não (91%) e os da turma 2015/2, não (100%). A Tabela 9 apresenta os dados de ambas as turmas:

Tabela 9 - Dificuldades no relacionamento com docentes/servidores

Relacionamento com docentes e servidores		
Perguntas	2014/1	2015/2
Se sim, Qual/is?	5 (9,0%)	0,0%
Não	52 (91%)	20 (100%)
Outros	0,0%	0,0%

Fonte: Dados da pesquisa (2016).

Os problemas de relacionamento apresentados pelos estudantes da turma 2014/1 foram: 1 - Incapacidade dos professores em dinamizar o conteúdo aplicado nas aulas; 2 - Incapacidade do coordenador do curso para resolver problemas. Estes fatos demonstram um bom relacionamento interpessoal, e um bom serviço prestado a comunidade acadêmica. Percebemos no decorrer da visita aos polos e na construção desta pesquisa que alguns fatores potencialmente capazes de influenciar na incidência de evasão, em determinadas circunstâncias são inócuos, haja vista que apesar de todas as dificuldades enfrentadas pelos estudantes, estes, não desistem do curso. Para Dore e Luscher (2011) a forma como o estudante se relaciona no ambiente escolar e no ambiente social interfere de modo decisivo sobre sua deliberação de se evadir ou de permanecer na escola.

Quando questionados acerca do que seria indispensável para o retorno ao curso no IFRO, a resposta com maior frequência na turma 2014/1 e na 2015/2 foi a possibilidade de terem aulas aos sábados (40% e 75% respectivamente). A seguir, transcreveremos outros apontamentos dos estudantes, identificados com a letra “E” sequencialmente numerados.

- E1 - “Possibilidade de um auxílio financeiro pra mim.”
- E2 - “Ter acesso a outros cursos do IFRO.”
- E3 - “Melhor relação com os professores.”
- E4 - “Ter internet em casa.”
- E5 - “Que eu morasse mais próximo do polo.”
- E6 - “Mais materiais impressos.”
- E7 - “Gostaria de receber auxílio transporte.”
- E8 - “Ter um computador na minha casa.”

Percebemos nas falas dos estudantes que o motivo mais apresentado pela turma 2014/1 para a evasão (dificuldades econômicas) permeia a mesma alegação no que concerne o retorno ao curso. Quando indicam a possibilidade de terem aulas aos sábados, pressupomos que devam trabalhar de segunda a sexta, tornando inviável financeiramente sua permanência em um curso que ocorre às sextas-feiras, pois, em tese, teriam que abandonar o emprego. A turma 2015/2 apesar da maioria não apontar o mesmo motivo, ponderam que conciliar estudo e trabalho seja o maior óbice da evasão, outra vez nos remetendo ao mesmo problema da turma anterior. Muitas são as causas da evasão escolar e segundo Ferreira (2011), outras causas vão surgindo com o decorrer do tempo e as transformações criam oportunidades para que elas se transformem em um sério problema para toda a sociedade, classificando-as da seguinte maneira:

- Escola: não atrativa, autoritária, professores despreparados, insuficiente, ausência de motivação, etc.
 - Aluno: desinteressado, indisciplinado, com problema de saúde, gravidez, etc.
 - Pais/responsáveis: não cumprimento do pátrio poder, desinteresse em relação ao destino dos filhos, etc.
 - Social: trabalho com incompatibilidade de horário para os estudos, agressão entre os alunos, violência em relação a gangues, etc.
- Estas causas, como já afirmado, são concorrentes e não exclusivas, ou seja, a evasão escolar se verifica em razão da somatória de vários fatores e não

necessariamente de um especificamente. Detectar o problema e enfrentá-lo é a melhor maneira para proporcionar o retorno efetivo do aluno à escola. (FERREIRA, 2011, p.515).

Diversas são as causas que levam a evasão escolar, além de existirem outras que também podem contribuir, entre elas a falta de autoestima, fragilidade na saúde, má alimentação, ausência de perspectivas futuras, dificuldade na aprendizagem, incompatibilidade com professores. Os fatores que contribuem para evasão escolar são tanto de ordem externa quanto interna à instituição de ensino.

Quadro 10 - Principais motivos da evasão

Categorias	Colaboradores	Unidade De Registro	Respostas	
			2014/1	2015/2
Principais motivos da Evasão	Estudantes Evadidos	Quais motivos o levaram a desistir do curso?	65% (Dificuldades econômicas)	35% (Conciliar estudo e profissão)
		Buscou alguma solução para evitar a desistência do curso?	89,5% (Não procurou ajuda)	100% Não procurou ajuda)
		Pensa em reingressar no curso?	63% (Sim, no IFRO)	65% (Sim, no IFRO)

Fonte: Dados da pesquisa (2016).

Nesta última etapa da análise de conteúdo, temos o eixo principais motivos da evasão. Na primeira pergunta, questionamos aos estudantes quais os motivos o levaram a desistir do curso. Na turma 2014/1, 65% dos estudantes indicaram dificuldades econômicas, na turma 2015/2, 35% disseram conciliar estudo e profissão. A seguir, iremos expor os demais motivos apontados pelos cursistas de ambas as turmas.

- E1 - “Não me identifiquei com o curso.”
- E2 - “Não consegui tempo para estudar em casa.”
- E3 - “O polo fica muito longe de onde eu moro.”
- E4 - “Tive problemas familiares.”
- E5 - “Abandonei o curso por causa do meu emprego.”
- E6 - “Passei em outro curso de nível superior.”
- E7 - “Não tenho internet em casa.”
- E8 - “Passei por problemas de saúde.”
- E9 - “Não gostei de estudar na EAD.”
- E10 - “Estava com dificuldade de aprender as matérias.”
- E11 - “Faltei muito e acabei desistindo.”
- E12 - “Mudei de cidade e lá não tinha o curso.”

Para Almeida (2007) o fenômeno da evasão é gerado inicialmente pela aglomeração de dois fatores: características dos estudantes e circunstâncias da vida. A primeira destas, predisposta a transformar-se mais lentamente e incluem a motivação, etapa de desenvolvimento cognitivo, grau de conhecimento, perfil individual e autoestima. O segundo tendem a transformar-se com mais facilidade, nele temos as mudanças na carreira, vida afetiva e financeira, saúde, condição social e psicológica, além das condições da instituição que oferta o curso EAD.

No que concerne a buscar alguma solução para evitar a desistência do curso, os estudantes da turma 2014/1 em 89,5% dos casos disseram não procurar ajuda. Na turma 2015/2, 100% dos estudantes igualmente aos anteriores informaram não terem procurado ajuda. A tabela 10 traz as medidas buscadas pelos estudantes para evitar a evasão do curso:

Tabela 10 - Ações para evitar a desistência do curso

Medidas buscadas pelos estudantes para evitar a evasão		
Perguntas	2014/1	2015/2
Procurou emprego	0,0%	0,0%
Pediu ajuda financeira a familiares e amigos	0,0%	0,0%
Pediu auxílio à CAED	2 (3,5%)	0,0%
Não procurou ajuda	51 (89,5%)	20 (100%)
Outros	4 (7,0%)	0,0%

Fonte: Dados da pesquisa (2016).

A tabela acima mostra que quatro (4) estudantes apontaram outras opções como alternativa para não evadir do curso: 1 - Conseguiu alterar o horário de trabalho; 2 - Consegui transporte para o polo; 3 - Consegui ajuda da equipe de apoio do polo. Almeida (2007) acredita que o aconselhamento na fase inicial do curso é imprescindível, até o estudante se adaptar ao uso das novas tecnologias e sentir-se parte do processo de aprendizagem. A autora relata que em muitos casos, os estudantes abandonam o curso em vez de revelar suas angústias à equipe pedagógica, se bem que eles haviam sinalizado que precisavam de suporte.

O IFRO possui nove programas federais de assistência estudantil com intuito de que o estudante ingresse, permaneça e tenha êxito nos estudos. Dentre os auxílios ofertados destacamos o Programa de concessão de auxílio transporte - PROCAT, o Programa de auxílio à moradia – PROMORE e o Programa de concessão de auxílio alimentação – PROCAL. Todos estes disponibilizados por meio de editais públicos de consulta. Para fazer jus aos auxílios o estudante deve atender aos critérios estabelecidos por regulamentação própria do IFRO e legislação vigente.

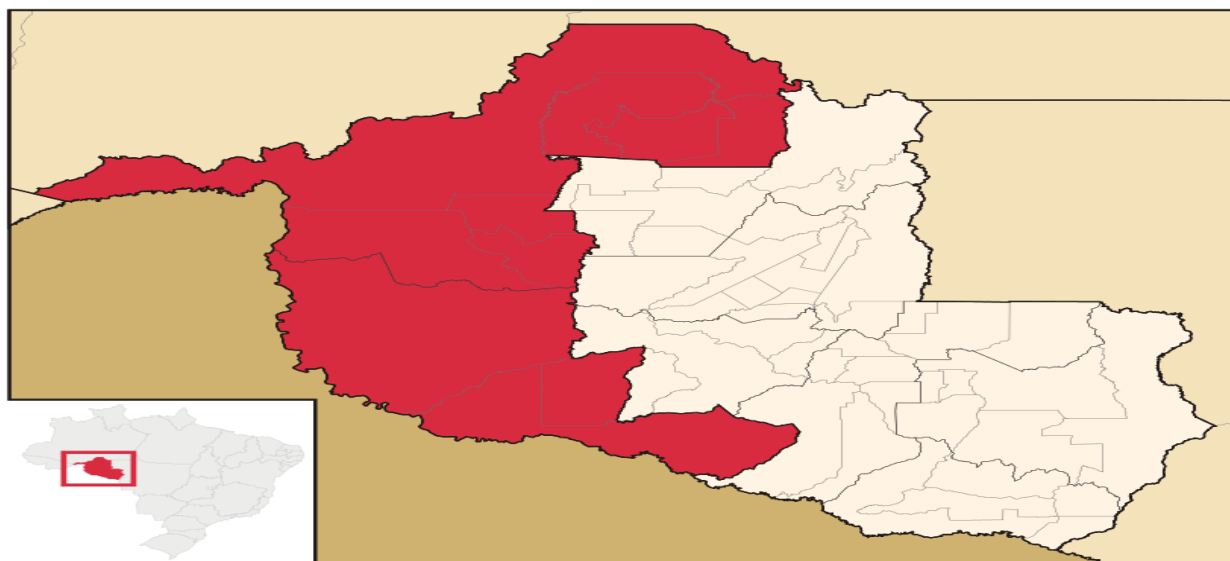
Ao serem indagados se pensam em reingressar no curso, os estudantes da turma 2014/1, responderam sim, no IFRO, 36 estudantes (63%) os outros 21 estudantes responderam ‘não’. Na turma 2015/2, responderam sim, no IFRO, 13 estudantes (65%) e 7 respondendo ‘não’. Ocorre é que a necessidade de trabalhar para obter renda, normalmente a única da família, dificulta a conciliação entre estudo, trabalho e questões financeiras, principalmente para os frequentadores dos cursos noturnos, quando a exaustão provocada por um longo dia de trabalho pode ser motivo do baixo rendimento e levar à evasão escolar. A questão financeira pode ser um dificultador na permanência de muitos jovens e adultos na escola, pois, ao mesmo tempo em que têm consciência de que com os estudos podem buscar novas oportunidades de trabalho e aumentar a sua renda, as dificuldades em se manter neste período sem trabalho, inclusive tentando conciliar os dois torna-se insuportável, restando-lhes a desistência do curso, embora sabendo que o mercado de trabalho exigirá dele o certificado e competência para determinadas habilidades.

A evasão escolar não é um fenômeno provocado exclusivamente por fatores existentes dentro da escola, pelo contrário, a maneira como a vida se organiza fora da escola tem reflexos na conduta escolar. A combinação destes fatores acaba interferindo diretamente na evasão escolar.

5.3 Evasão na visão dos coordenadores de polo

Dentre as ações iniciais, registradas no diário de campo, salta-nos o convite e o aceite dos participantes para colaborar na nossa pesquisa. Próximo passo foi o início da visita aos polos EAD. Nossa rota de visitas dividiu-se em dois momentos, compreendendo as duas mesorregiões do Estado: Leste Rondoniense (Cujubim, Ariquemes, Jaru, Ouro Preto, Ji-Paraná), a outra foi visitar os polos da mesorregião Madeira Guaporé (Guajará-Mirim, Nova Mamoré e Porto Velho). Dessa forma, procedemos com o deslocamento objetivando a reunião com os coordenadores e tutores EAD. A figura 2 apresenta as duas mesorregiões do estado.

Figura 2 - Mesorregiões do Estado de Rondônia¹¹



Fonte: Google maps (2016).

O primeiro Polo visitado foi Cujubim, cidade do interior do Estado com aproximadamente 15.873 habitantes (IBGE, 2014), localizada a 224 km da capital. A sede do polo funciona dentro de um espaço cedido pela Prefeitura Municipal de Cujubim. Devido situar-se no centro da cidade, o acesso é fácil para todos os estudantes. Aparentemente, a economia local é baseada em pequenos comércios com destaque para indústria madeireira, da agricultura familiar, serviço público entre outros.

O segundo Polo visitado foi Ariquemes, hoje é a terceira maior cidade do Estado de Rondônia e também um dos maiores polos de educação superior da região, é uma cidade do interior do Estado com aproximadamente 102.860 habitantes (IBGE, 2014), localizada a 203 km da capital. A sede do polo funciona dentro de um espaço cedido pela Prefeitura Municipal. O Polo está localizado numa via de acesso a vários setores do município, é também a principal via utilizada pelos moradores da Zona Leste para ir ao trabalho, o que gera grande fluxo de veículos nos horários de pico. A economia da região se baseia na agricultura, café, cacau, guaraná e cereais, pecuária de leite e corte, mineração, indústria madeireira, sendo assim o primeiro município em arrecadação no interior do estado de Rondônia.

O terceiro Polo visitado foi Jaru, cidade do interior do Estado com aproximadamente 52.005 habitantes, localizada a 291 km da capital. É a sexta maior cidade do Estado de Rondônia, dentre as principais atividades econômicas o município se destaca pela produção de leite. O município de Jaru é o maior produtor de leite no Estado com cerca de 160 mil litros/dia. Cerca de

¹¹ Madeira-mamoré: na cor vermelha, Leste rondoniense: na cor branca.

3.200 pequenas propriedades rurais abastecem três indústrias de leite no município e outras duas localizadas em municípios vizinhos (IBGE, 2014).

O quarto Polo visitado foi Ouro Preto, cidade do interior do Estado com aproximadamente 39.840 habitantes (IBGE, 2014), localizada a 332 km da capital. A sede do polo funciona dentro da Secretaria de Educação do Município, com uma sala exclusiva para desenvolver as atividades da EAD. Este bairro fica próximo ao centro da cidade, deste modo o acesso dos estudantes não é prejudicado. A economia local, tal como Jaru, tem sua base na pecuária leiteira. Contudo, destaca-se na cidade de Ouro Preto do Oeste o turismo, por meio dos hotéis fazenda da região.

O quinto Polo visitado foi Ji-Paraná, cidade do interior do Estado com aproximadamente 131.560 habitantes (IBGE, 2014), localizada a 374 km da capital, sendo a segunda maior cidade. A sede do polo funciona dentro do próprio *campus* do IFRO na cidade. O *campus* está localizado próximo da região central da cidade o que facilita o acesso aos estudantes. A economia local é bem diversificada, tendo um comércio e indústria forte. O setor público também merece destaque, pois a cidade é a segunda maior em volume populacional dentro de Rondônia. Percebemos que em relação à infraestrutura o Polo por estar ligado ao *campus* tem mais condições físicas que as encontradas em outros polos.

Na segunda etapa de visita aos polos iniciamos nossa viagem pela cidade de Guajará-Mirim, no interior do Estado com aproximadamente 47.048 habitantes (IBGE, 2014), localizada a 327 km da capital Porto Velho. O Polo Guajará funciona dentro do *campus* do IFRO da mesma cidade. O Polo fica na região central da cidade facilitando o acesso dos estudantes. Por ser de uma região fronteiriça o turismo é característico na cidade, que tem um comércio voltado para a venda de produtos importados.

O penúltimo Polo visitado foi Nova Mamoré, cidade do interior do Estado no interior do Estado com aproximadamente 28.255 habitantes (IBGE, 2014), localizada a 538 km da capital Porto Velho. A sede do polo funciona dentro da Escola de Ensino Fundamental Coronel Jorge Teixeira de Oliveira. Local acessível aos alunos tendo em vista a proximidade da região urbana. A economia local é baseada no extrativismo mineral e vegetal e na agropecuária.

O Polo de Porto Velho, situado na capital do estado de Rondônia que possui uma população de aproximadamente 511.519 habitantes (IBGE, 2014). A capital é bem diversificada em termos econômicos, sendo muito forte na agricultura, pecuária, indústrias e comércio. O Polo Porto Velho Zona Norte fica situado no próprio *campus*.

Em linhas gerais, traremos os apontamentos dos colaboradores¹² da pesquisa, de modo que faremos a transcrição daquilo que anotamos em nosso diário de campo:

Colaborador 1 - A coordenadora destacou que os índices são baixos em seu polo, não sabendo ao certo os reais motivos desta condição. Outro ponto em destaque, apontado foi a péssima qualidade do sinal da internet local. Fato este que contribui para desestimular o estudante a frequentar o curso, tendo em vista que as aulas estão disponíveis no AVA e o estudante para acessar o conteúdo deve ter acesso a internet.

Colaborador 2 - O coordenador destacou desconhecer os índices de evasão em seu polo, uma vez que ainda estava em processo de transição para a nova gestão. Entretanto, relatou conhecer “por alto” que os números de evasão eram preocupantes. Outro ponto em destaque apontado durante a visita ao polo foi a falta de organização do espaço físico disponibilizado pela Prefeitura Municipal. Relataram que embora disponha de uma boa estrutura física, o espaço é compartilhado por outros setores públicos que prestam serviço a sociedade, não se tendo um controle dos fluxos de pessoas que adentram aquele prédio. Tal fato gera insegurança física e patrimonial, desorganização e barulho, comprometendo o regular andamento das atividades educacionais do polo.

Colaborador 3 - A coordenadora destacou que os índices são baixos em seu polo, e que tal fato se dá pela dedicação de todos, destacando os esforços dos Tutores em se empenhar no acompanhamento efetivo dos alunos e fornecer um rápido feedback nas dúvidas apresentadas pelos cursistas. Relatou que no início as coisas eram muito difíceis no polo, de modo que por diversas vezes teve que arcar com dinheiro pessoal para despesas do polo.

Colaborador 4 - A coordenadora revela preocupação, pois no polo também tem números significativos, assim como em outros. O polo atende muitos alunos de regiões fora da cidade, ou seja, da zona rural, fato este que poderia influenciar nos números da evasão. Outro detalhe foi demora na entrega dos materiais didáticos, considerado por eles como um possível causador da desmotivação dos estudantes.

Colaborador 5 - O coordenador ressaltou que no Polo uma das causas da evasão era a falta de opção de outros horários para os cursos, o que gerava um choque na agenda dos estudantes que tinham que escolher trabalhar ou estudar. Outro fator relacionado com a evasão era o abandono do curso para ingressar em outro curso de nível superior.

Colaborador 6 - O que mais chamava a atenção do coordenador foi o abandono do curso pelo horário em que o mesmo é ofertado, o que impossibilita a participação de alguns estudantes.

Colaborador 7 - A coordenadora relatou que uma reclamação recorrente dos estudantes é a péssima qualidade do sinal de internet da cidade e em razão da falta de adaptação ao curso informado por alguns estudantes.

Colaborador 8 - Segundo o coordenador do polo a evasão era em virtude das grandes distâncias percorridas pelo estudante até chegar ao polo, depois de um dia de trabalho enfrentando o trânsito caótico da capital, Porto Velho. Outro apontamento foi a falta de acompanhamento da equipe pedagógica visando recuperar os estudantes com baixo rendimento e frequência.

Destacamos nas falas dos colaboradores 1 e 7 que seria fator causador da evasão em seus polos a má qualidade da internet local, o que poderia estar desmotivando os estudantes e fazendo

¹² Participação dos coordenadores de polo EAD

com que abandonassem o curso. Encontramos nos apontamentos dos colaboradores 4 e 8 a questão da distância do polo em que o estudante frequenta em relação com sua residência. Os colaboradores 5 e 6 destacam o horário em que o curso é ofertado como agravante da evasão. Outras observações anotadas foram com relação à falta de organização do espaço físico disponível para a aula, falta de acompanhamento da equipe pedagógica, demora na entrega dos materiais didáticos e mudança de curso técnico para superior.

A diversidade do público atendido, as diferentes condições estruturais e a dedicação dos envolvidos com EAD foi o que até aquele momento chamara mais nossa atenção. É fato que, devido aos Institutos como um todo serem novos, muitos dos cursos não estão bem definidos quanto à área de atuação que o egresso irá ocupar. Por si só, isto não seria fator determinante da evasão, contudo, temos encontrado uma gama de motivos que levam o estudante a abandonar o curso.

5.4 Propostas de intervenção

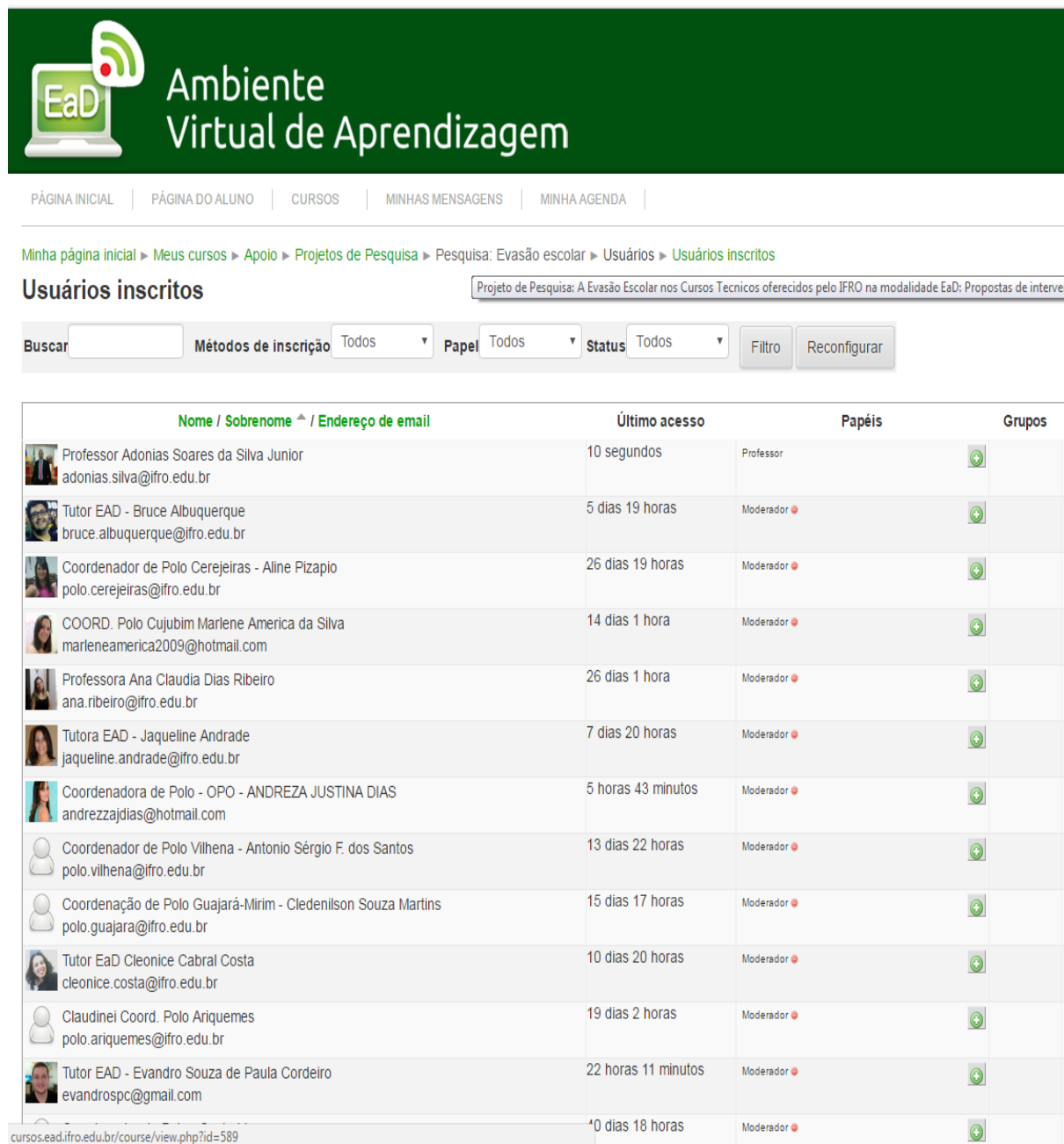
Conforme apresentado no decorrer da pesquisa, o cenário da EAD do IFRO aponta alto índice de evasão na turma de Técnico em Finanças EAD. Com base nos dados de evasão da turma de 2014/1 e 2015/2, por meio dos fóruns de discussão no AVA e, dos relatos dos coordenadores de polo durante as visitas, construímos propostas de intervenção no sentido de possibilitar alternativas para minimização dos altos índices de evasão, de acordo com o documento protocolado no IFRO, apresentado no apêndice D desta dissertação. Observamos que diversos são os motivos que levam o estudante a evadir-se do curso, dos quais, podemos destacar os de ordem intrínseca ou psicológicos (baixa autoestima, falta de automotivação, dificuldade de autogestão do tempo para estudar) e os extrínsecos ou situacionais (dificuldades econômicas, conciliar estudo e trabalho, falta de suporte financeiro da instituição).







































Deste modo, as ações apresentadas na pesquisa são: a) Reunião com os coordenadores de polo e tutores EAD; b) Visitação aos polos para aplicação de questionário aos alunos evadidos; c) Ativação de fórum de discussão no AVA com tutores e coordenadores de polo sobre a evasão dos estudantes, para que sejam concebidas as estratégias de intervenção; d) Debates sobre as temáticas da evasão para criação de novas políticas públicas voltadas a reduzir a evasão; e) Construção coletiva de estratégias de intervenção pedagógica de combate à evasão; f) Avaliação das estratégias de intervenção.

Após termos levantado todas estas informações, nosso próximo passo foi avançar nas ações de intervenção política pedagógica com o intuito de diminuir a evasão conforme os dados

apresentados na pesquisa. Para tanto, a primeira medida foi ativar um fórum de discussão no AVA com a inscrição dos participantes, conforme figura 3.

Figura 3 - Participantes inscritos no Grupo de discussão do AVA

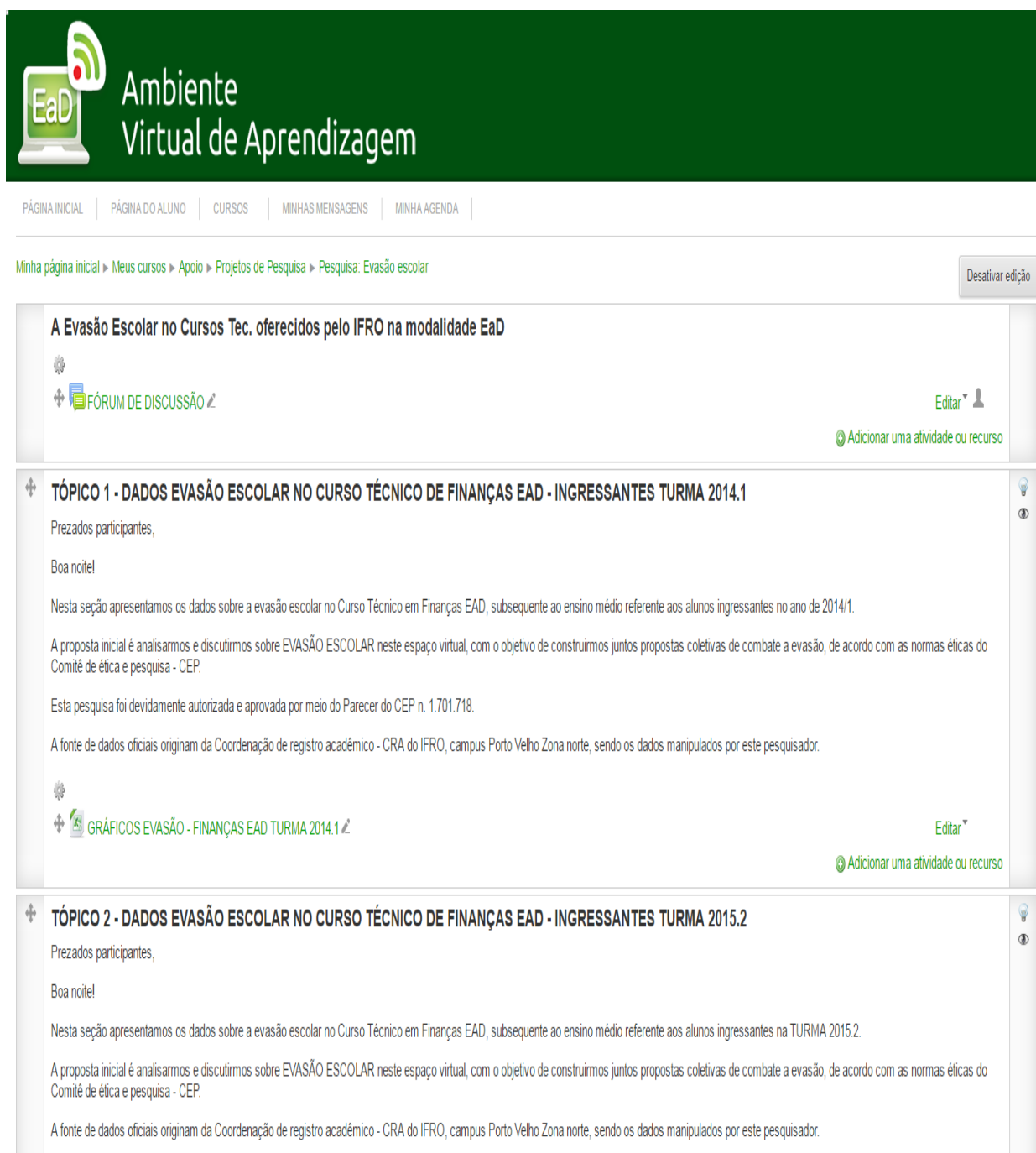


Nome / Sobrenome ^ / Endereço de email	Último acesso	Papéis	Grupos
 Professor Adonias Soares da Silva Junior adonias.silva@ifro.edu.br	10 segundos	Professor	
 Tutor EAD - Bruce Albuquerque bruce.albuquerque@ifro.edu.br	5 dias 19 horas	Moderador 	
 Coordenador de Polo Cerejeiras - Aline Pizapio polo.cerejeiras@ifro.edu.br	26 dias 19 horas	Moderador 	
 COORD. Polo Cujubim Marlene America da Silva marleneamerica2009@hotmail.com	14 dias 1 hora	Moderador 	
 Professora Ana Claudia Dias Ribeiro ana.ribeiro@ifro.edu.br	26 dias 1 hora	Moderador 	
 Tutora EAD - Jaqueline Andrade jaqueline.andrade@ifro.edu.br	7 dias 20 horas	Moderador 	
 Coordenadora de Polo - OPO - ANDREZA JUSTINA DIAS andrezajdias@hotmail.com	5 horas 43 minutos	Moderador 	
 Coordenador de Polo Vilhena - Antonio Sérgio F. dos Santos polo.vilhena@ifro.edu.br	13 dias 22 horas	Moderador 	
 Coordenação de Polo Guajará-Mirim - Cledenilson Souza Martins polo.guajara@ifro.edu.br	15 dias 17 horas	Moderador 	
 Tutor EaD Cleonice Cabral Costa cleonice.costa@ifro.edu.br	10 dias 20 horas	Moderador 	
 Claudinei Coord. Polo Ariquemes polo.arquemes@ifro.edu.br	19 dias 2 horas	Moderador 	
 Tutor EAD - Evandro Souza de Paula Cordeiro evandrospc@gmail.com	22 horas 11 minutos	Moderador 	
 Tutor EAD - Evandro Souza de Paula Cordeiro evandrospc@gmail.com	40 dias 18 horas	Moderador 	

Fonte: AVA IFRO (2016)

Nos meses de agosto de 2016 a fevereiro de 2017 iniciamos a apresentação no fórum de discussão estruturado por tópicos. Em cada um deles nós apresentamos aos participantes o andamento da pesquisa, bem como os resultados alcançados pertinente ao levantamento dos dados junto ao CRA. Nos primeiros tópicos foram expostos os dados relativos à evasão no curso de Finanças turma 2014/1 e 2015/2, conforme figura 4:

Figura 4 - Estrutura dos tópicos apresentados ao Grupo de Discussão no AVA



A Evasão Escolar no Cursos Tec. oferecidos pelo IFRO na modalidade EaD

FÓRUM DE DISCUSSÃO

TÓPICO 1 - DADOS EVASÃO ESCOLAR NO CURSO TÉCNICO DE FINANÇAS EAD - INGRESSANTES TURMA 2014.1

Prezados participantes,

Boa noite!

Nesta seção apresentamos os dados sobre a evasão escolar no Curso Técnico em Finanças EAD, subsequente ao ensino médio referente aos alunos ingressantes no ano de 2014/1.

A proposta inicial é analisarmos e discutirmos sobre EVASÃO ESCOLAR neste espaço virtual, com o objetivo de construirmos juntos propostas coletivas de combate a evasão, de acordo com as normas éticas do Comitê de ética e pesquisa - CEP.

Esta pesquisa foi devidamente autorizada e aprovada por meio do Parecer do CEP n. 1.701.718.

A fonte de dados oficiais originam da Coordenação de registro acadêmico - CRA do IFRO, campus Porto Velho Zona norte, sendo os dados manipulados por este pesquisador.

GRÁFICOS EVASÃO - FINANÇAS EAD TURMA 2014.1

TÓPICO 2 - DADOS EVASÃO ESCOLAR NO CURSO TÉCNICO DE FINANÇAS EAD - INGRESSANTES TURMA 2015.2

Prezados participantes,

Boa noite!

Nesta seção apresentamos os dados sobre a evasão escolar no Curso Técnico em Finanças EAD, subsequente ao ensino médio referente aos alunos ingressantes na TURMA 2015.2.

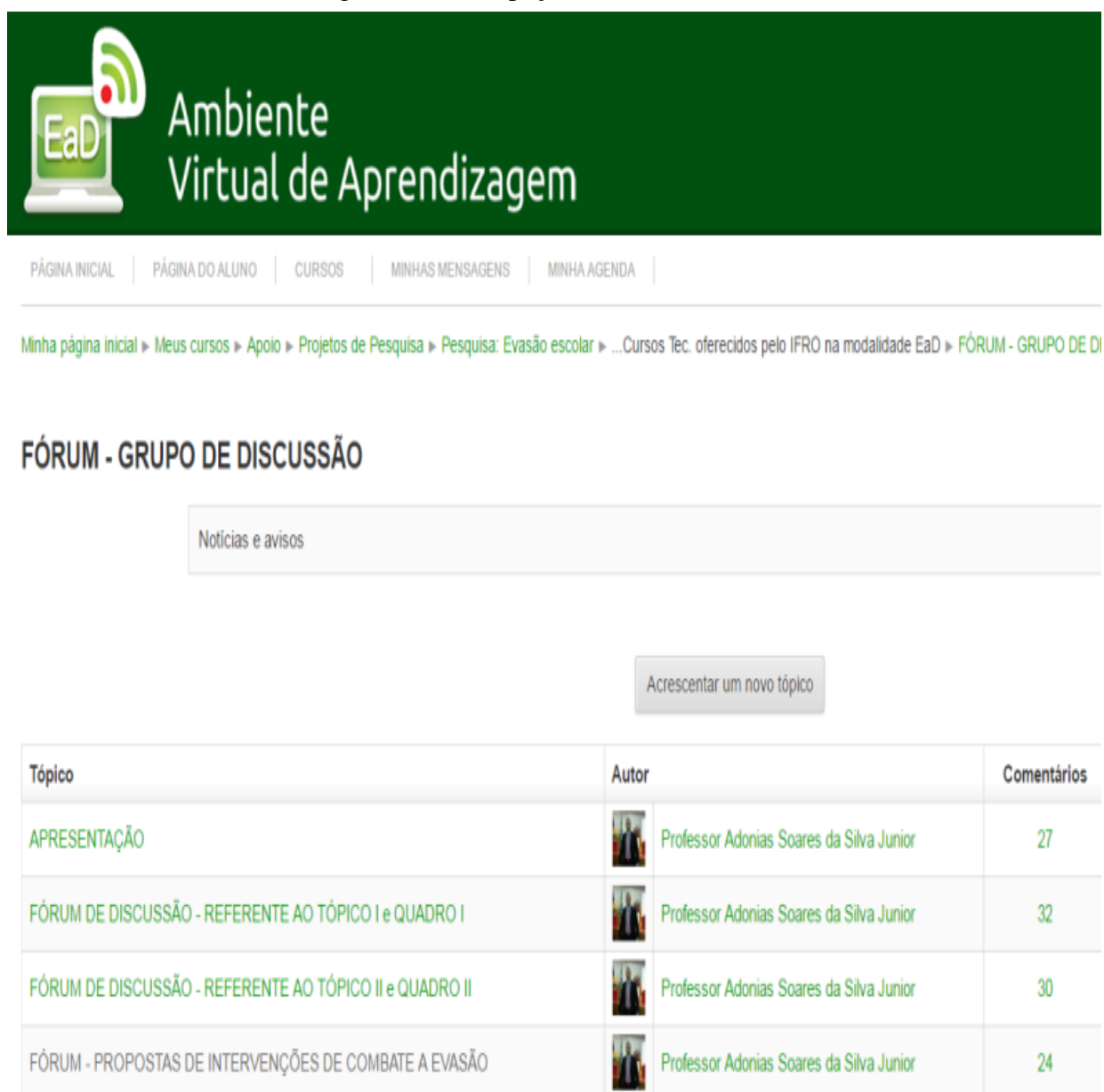
A proposta inicial é analisarmos e discutirmos sobre EVASÃO ESCOLAR neste espaço virtual, com o objetivo de construirmos juntos propostas coletivas de combate a evasão, de acordo com as normas éticas do Comitê de ética e pesquisa - CEP.

A fonte de dados oficiais originam da Coordenação de registro acadêmico - CRA do IFRO, campus Porto Velho Zona norte, sendo os dados manipulados por este pesquisador.

Fonte: AVA IFRO (2016)

Das ações iniciais, no mês de agosto de 2016, ficou definido pelos participantes que era necessário a aplicação de um questionário aos estudantes evadidos, para conhecer a realidade das unidades escolares, bem como os motivos apresentados por eles para justificar o abandono do curso. Nos grupos de discussão criados no AVA, todos os relatos foram considerados para a propositura das ações. Ao todo, foram aproximadamente seis meses de debates no AVA e demais mídias sociais. A figura 5 traz o registro das participações no grupo de debate.

Figura 5 - Participação no Fórum do AVA



Ambiente Virtual de Aprendizagem





PÁGINA INICIAL | PÁGINA DO ALUNO | CURSOS | MINHAS MENSAGENS | MINHA AGENDA

Minha página inicial ► Meus cursos ► Apoio ► Projetos de Pesquisa ► Pesquisa: Evasão escolar ► ...Cursos Tec. oferecidos pelo IFRO na modalidade EaD ► **FÓRUM - GRUPO DE DISCUSSÃO**

FÓRUM - GRUPO DE DISCUSSÃO

Noticias e avisos

Acrescentar um novo tópico

Tópico	Autor	Comentários
APRESENTAÇÃO	 Professor Adonias Soares da Silva Junior	27
FÓRUM DE DISCUSSÃO - REFERENTE AO TÓPICO I e QUADRO I	 Professor Adonias Soares da Silva Junior	32
FÓRUM DE DISCUSSÃO - REFERENTE AO TÓPICO II e QUADRO II	 Professor Adonias Soares da Silva Junior	30
FÓRUM - PROPOSTAS DE INTERVENÇÕES DE COMBATE A EVASÃO	 Professor Adonias Soares da Silva Junior	24

Fonte: AVA IFRO (2016)

Nos meses de agosto a dezembro de 2016 o tema central das discussões foi a criação de políticas / ações voltadas a reduzir a evasão. Nele todos os participantes tiveram a oportunidade de expor seu olhar acerca da temática. Filtramos os comentários utilizando como critério a frequência em que as propostas eram mencionadas no fórum¹³. A seguir, temos a transcrição dos pontos principais debatidos.

¹³ Participação de todos os colaboradores da pesquisa

1 - Em relação à evasão acredito que é o que causa mais preocupação em cursos EAD, infelizmente a evasão não ocorre somente no curso de finanças, e nem mesmo só no IFRO. Percebemos que é muito comum.

2 - Acredito que possamos desenvolver técnicas de manter os alunos na instituição, quem sabe desde a seleção do aluno e talvez na própria inscrição pudéssemos solicitar algum/alguns pré-requisito, talvez um minicurso EAD lançado pelo próprio IFRO, ou algum certificado de curso EAD, e/ou mesmo uma palestra em que fosse bem explicado como funciona, o que o aluno terá que fazer, o que ele realmente vai aprender, o mercado de trabalho, o valor de um certificado.

3 - Muitos alunos especialmente do interior, alegam que somente nos dias de aulas presenciais é que tem possibilidade de acesso à internet em virtude do deslocamento até a cidade ou Polo, o que impossibilita o desempenho aceitável e faz com que a possibilidade de evasão ou o atraso na formação do aluno se torne uma triste realidade.

4 - Para mim muito mais do que um certificado o aluno tem a oportunidade de aprender com esses grandes professores que temos que em praticamente 100% são professores com altíssimo gabarito, conceituados, e no mínimo especialistas.

5 - Costumo dizer que o nível de conhecimento passado é a nível superior.

6 - A questão da Evasão é preocupante em todas as modalidades de ensino, porém na EAD os índices são altos acarretando uma série de dúvidas quanto à credibilidade desta modalidade de Ensino que está crescendo e contribuindo muito para a formação em nosso país.

7 - Analiso que para o estudante trabalhador seguir com uma formação é bem mais difícil, e na EAD exige a autonomia por parte dos estudantes e os mesmos não sabem gerir essa situação, e diante das primeiras dificuldades não permanecem no curso.

Percebemos nas falas dos colaboradores¹⁴ que existe evasão não só na EAD como também há abandono em cursos da modalidade presencial. Uma preocupação de boa parte deles está na falta de conhecimento do curso e da própria EAD por parte dos estudantes. Esta falta vem acarretando aumento nos números da evasão. Destacamos também, conforme encontramos no fórum, que não é falta de qualidade técnica dos docentes e equipe pedagógica que vem causando aumento dos índices, contudo, todos os agentes da EAD precisam estar engajados e comprometidos em todas as etapas do processo de ensino e aprendizagem. Outra questão encontrada foi a necessidade de maiores esclarecimentos no início do curso, por exemplo, usando palestras, tutoriais, vídeos motivacionais, de modo que o estudante fique por dentro dos caminhos que ele irá percorrer na EAD.

Por meio destas discussões buscamos construir estratégias de intervenção no combate à evasão. Como vimos anteriormente, a participação no fórum foi bem satisfatória. Partimos dela para a propositura da elaboração de novas políticas pedagógicas de intervenção. Traremos em seguida, a transcrição de algumas ideias surgidas no fórum de discussão pelos colaboradores¹⁵.

¹⁴ Tutores e Coordenadores EAD

¹⁵ Participação dos tutores e coordenadores de polo EAD

- 1 - Depois do ingresso seria interessante que existisse um setor, ou alguém que acompanhasse o desenvolvimento de cada aluno.
- 2 - Que ligassem para os estudantes, algo do tipo, para saber das suas dificuldades, e que pudesse dar um norte a ele. E com isso ele saberia como está o aluno e do que ele precisa.
- 3 - Do mesmo modo quando o aluno chegar na disciplina de estágio, seria interessante que fosse dado a responsabilidade para alguém, (quem sabe a equipe do coordenador de polo ou a criação de um setor próprio para isso) acompanhar o andamento físico do estágio, talvez uma visita *in loco*.
- 4 - Já tivemos alunos que executaram estágio realizaram atividades totalmente diferentes do que se espera para um técnico em informática para internet.
- 5 - Do mesmo modo que existe uma coordenadoria de tutores, sugiro a criação de uma coordenadoria de acompanhamento e monitoramento de aprendizagem e evasão de alunos.
- 6 - Vejo a necessidade de uma equipe pedagógica que acompanhasse o desenvolvimento dos alunos, entrando em contato com os mesmos.
- 7 - A criação de programas que visam recuperar o baixo rendimento dos alunos, e não apenas a aplicação das avaliações de recuperação.
- 8 - Acompanhamento e contato telefônico com os alunos informando sobre a necessidade de dar prosseguimento às atividades do curso, informando sobre as consequências da não realização das atividades.
- 9 - Sensibilizar os estudantes sobre a importância de concluir o curso no tempo estabelecido.

Fica evidente na fala dos colaboradores a preocupação em criar mecanismos que possam auxiliar os estudantes no sentido de evitar que estes abandonem o curso. Destacamos a necessidade, apontada pelos colaboradores, sobre a falta de acompanhamento da equipe pedagógica (coordenadoria, tutoria, gestores) visando um contato mais efetivo com os estudantes, buscando compreender sua rotina, tentando tratar cada caso separadamente, pois, de fato, devido a heterogeneidade do nosso público cada demanda deve ter um tratamento específico.

Ao passo que novos pontos eram trazidos ao debate, passamos a implementar ações de intervenção. A mais importante delas foi a criação da Resolução nº 4/CE/IFRO/CPVHZN, de 04 de agosto de 2016 (ANEXO B), versando sobre a aprovação do calendário de oferta das disciplinas especiais para os cursos técnico em Finanças e Informática para Internet, cursos do PROFUNCIONÁRIO, ambos EAD no âmbito do *campus* Porto Velho Zona Norte. Esta medida foi adotada após diversas reuniões realizadas pelos gestores do *campus*, pesquisador e colaboradores da pesquisa por entender que seria uma estratégia política e pedagógica para resgatar e dar nova oportunidade aos alunos evadidos destes cursos. Por meio desta intervenção, conseguimos 481 matrículas de estudantes em disciplinas isoladas no curso de Técnico em Finanças EAD. Estes estudantes haviam evadido anteriormente e tiveram uma nova oportunidade de concluir os estudos. A distribuição destas matrículas estão no Quadro 11.

Quadro 11 - Matrícula dos estudantes evadidos do curso de Finanças EAD

RELAÇÃO DE MATRÍCULAS POR DISCIPLINA			
DISCIPLINAS	Matriculados	Aprovados	Evadidos
AMBIENTAÇÃO PARA EAD	7	7	0
INTRODUÇÃO À INFORMÁTICA	33	28	5
DIREITO E LEGISLAÇÃO COMERCIAL	32	20	12
ÉTICA PROFISSIONAL E CIDADANIA	74	56	18
CONTABILIDADE GERAL	13	10	3
ESTATÍSTICA APLICADA	23	13	10
FUNDAMENTOS DA ECONOMIA	17	9	8
PORTUGUÊS INSTRUMENTAL	22	15	7
MATEMÁTICA FINANCEIRA	19	7	12
DIREITO TRIBUTÁRIO	33	18	15
ORIENTAÇÃO PARA PRÁTICA PROFISSIONAL E PESQUISA	21	13	8
FUNDAMENTOS DA ADMINISTRAÇÃO	17	8	9
CONTABILIDADE DE CUSTOS	12	4	8
ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	12	5	7
GESTÃO ORÇAMENTÁRIA	11	4	7
MERCADO DE CAPITAIS	43	15	28
GESTÃO TRIBUTÁRIA	30	5	25
EMPREENDEDORISMO	15	7	8
ANÁLISE DE RISCO E CRÉDITO	47	28	19
Total	481	272	209

Fonte - CRA (2016)

Analisando as informações do quadro acima, percebemos que dos 481 estudantes matriculados, 56,55% (272) foram aprovados e, 43,45% (209) evadiram outra vez. Apesar de terem nova oportunidade de concluir o curso, a questão da evasão é tão delicada que encontramos números altos nesta nova demanda. Entretanto, se esta ação não fosse efetivada, teríamos perdido todos ao invés dos 209. Questionemo-nos: os estudantes teriam se evadido novamente pelos mesmos motivos? Fica a provocação para novas pesquisas. Contudo, consideramos positivo e expressivo o número de estudantes que reingressaram e puderam concluir o curso.

Apresentamos a proposta de criação de uma equipe pedagógica voltada exclusivamente ao acompanhamento dos estudantes para os gestores do *campus*. Esta ação é uma iniciativa que surgiu em virtude dos debates nos fóruns do AVA. Ainda não tivemos resposta sobre a efetivação deste novo setor, todavia, a primeira impressão acerca deste novo modelo de suporte aos estudantes foi bem recebida pela Comissão de permanência e êxito do campus Porto Velho Zona Norte, conforme documento protocolado e registrado no Apêndice D. Tivemos também, a oportunidade de gravar um vídeo dando maiores explicações sobre os trâmites internos da EAD,

suas características e possibilidades. Esta gravação foi ao ar sendo transmitida a todos os polos EAD do IFRO. Estimulamos desde então, que todos os envolvidos na EAD do *campus*, passassem a olhar com mais cuidado em relação aos sinais que os estudantes apresentam antes de evadirem do curso, buscando um contato mais efetivo e com maior frequência para que estes não se sintam isolados no processo de ensino e aprendizagem.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa descrita teve por objetivo entender os principais fatores de evasão para se estabelecer formas de minimizar os altos índices junto ao IFRO *campus* Porto Velho Zona Norte no curso Técnico em Finanças EAD, possibilitando aos estudante evadidos uma nova oportunidade de concluírem os estudos.

No decurso desta investigação foram analisados os principais fatores que levam os estudantes a evadirem de seus estudos antes do final previsto para conclusão das disciplinas. Procuramos, dentro do possível, analisar o perfil dos alunos evadidos e os motivos mais frequentes que colaboraram para a evasão, construindo de forma coletiva com os colaboradores, propostas de combate à evasão.

Podemos destacar a importante colaboração desta pesquisa consistente nos seguintes aspectos e resultados: a) na revisão da literatura sobre evasão, apresentando um resgate da história da Educação Profissional no Brasil; b) a expedição da Resolução nº 04/CE/IFRO/CPVHZN, como instrumento político-pedagógico capaz de resgatar os alunos evadidos do IFRO e possibilitando oportunidade de retomar e concluir seus estudos; c) Protocolo de encaminhamento ao IFRO com as propostas de combate a evasão; d) o descobrimento de variáveis que podem contracenar com a evasão, tais como informações detalhadas e transparentes sobre o curso de forma antecipada da matrícula pelos canais de comunicação do IFRO, não identificação com o curso, abandono do curso por causa do emprego, aprovação em outro curso e mudança de cidade; e) Indicadores preventivos e a indicação de monitoramento de alunos com possibilidade de evasão.

Embora não haja consenso na literatura sobre os motivos determinantes da evasão escolar, de outra forma, não temos dúvida que este fenômeno é inquietante, por suas implicações individuais, institucionais e sociais. Por outro lado, entendemos que a investigação deste fenômeno é complexa, devido aos vários fatores que influenciam.

Além de problematizar o conceito de evasão, nossa pesquisa buscou investigar os fatores que motivam este fenômeno, traçando propostas e possibilidades de erradicação. A evasão é decorrente de vários aspectos, sendo objeto de um processo histórico amplo, narrado por diversos autores, sendo necessária a intensificação de políticas voltadas para a permanência e êxito dos alunos.

Os dados apontam que na turma investigada do curso Técnico em Finanças EAD do ano 2014/1, tivemos 49,82% (510 estudantes) de evadidos em todos os 22 polos do IFRO que ofertam o curso, considerando a diferença do número de matriculados no primeiro semestre com o terceiro semestre do respectivo ano. Quando analisamos a turma 2015/2, considerando o

número de estudantes matriculados no primeiro semestre (1171 matrículas) com os matriculados no segundo, o Curso Técnico em Finanças EAD registrou um índice de evasão de 36,97% (433 estudantes). Mesmo que em 2015/2 esse número tenha apresentado uma aparente redução, vale lembrar que os semestres analisados foram seguidos, diferente do que fizemos com a turma 20104/1. A evasão nos cursos EAD do IFRO ainda é um problema drástico a ser enfrentado pelos professores, estudantes e gestores.

Outros achados da pesquisa revelam que os Polos de Cujubim e São Miguel apresentam o menor percentual de evasão na turma 2014/1 (23,40% e 25% respectivamente). Já na turma de 2015/2 temos os menores índices de evasão presentes nos Polos de São Miguel e Jaru (12,5% e 17,54% respectivamente).

Outra constatação da pesquisa revela que os maiores percentuais de evasão na turma de 2014/1 residem nos Polos de Candeias com 65,78% e Cerejeiras com 60,71%. Os maiores indicativos de evasão estão na turma 2015/2 nos Polos de Cacoal com 57,69% e Machadinho com 54,34%.

A análise destes dados apontam como causas principais motivadoras da evasão dois fatores extraescolares: dificuldades econômicas e conciliar estudo e profissão. Na turma 2014/1, (65%) dos estudantes indicaram dificuldades econômicas, na turma 2015/2, (35%) disseram conciliar estudo e profissão.

Nos registros de campo, também destacamos os demais motivos apresentados pelos evadidos de ambas as turmas, extraíndo os seguintes relatos: Não me identifiquei com o curso; Não consegui tempo para estudar em casa; O polo fica muito longe de onde eu moro; Tive problemas familiares; Abandonei o curso por causa do meu emprego; Passei em outro curso de nível superior; Não tenho internet em casa; Passei por problemas de saúde; Não gostei de estudar na EAD; Estava com dificuldade de aprender as matérias; Faltei muito e acabei desistindo e mudei de cidade e lá não tinha o curso.

A educação profissional de qualidade se apresenta como um canal capaz de inserir os alunos de classes sociais menos favorecidas na sociedade e no setor produtivo, possibilitando a diminuição das diferenças sociais e econômicas, desfrutando de uma vida mais digna e isonômica.

Embora tenhamos presenciado nas últimas décadas, o esforço do governo por meio de políticas públicas para possibilitar o acesso e permanência dos estudos nas escolas, os índices apontam que a evasão é drástica nas instituições públicas brasileiras. Os dados nos alertam para o repensar das atividades pedagógicas implementadas, sendo fundamental a compreensão dos

motivos que decorrem esse fenômeno visando o progresso da educação e a conclusão com êxito dos estudos dos nossos alunos.

Nessa perspectiva entendemos que a pesquisa contribuiu na identificação de alguns fatores que permeiam a evasão o que corrobora com a comunidade acadêmica, sociedade e governo no combate a este problema. Todos somos incumbidos desta tarefa de educar e formar, e a evasão escolar compõem-se numa refulsão a esta formação educacional.

Encontramos o direito à educação previsto na redação do art. 6º da Constituição Federal de 1988, que dispõe sobre os direitos sociais: São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma dessa Constituição. Percebemos a preocupação do legislador em destacar a prioridade da Educação como dever do Estado e direito do cidadão. Entretanto, como já foi apresentado no caminhar desta pesquisa, precisamos tratar o problema da evasão escolar de forma integrada e participativa, com vistas a sua superação. Dessa forma, compete a todos integrantes, professores, alunos, coordenadores, tutores, escola, sociedade e Poder Público desenvolver suas ações visando à mudança da realidade educacional, proporcionando a formação intelectual do cidadão e sua inserção na sociedade.

Percebemos que a evasão é um fenômeno que desagrada e frustra todo o trabalho da escola, demonstrando que é preciso refletir sobre esta situação para que de alguma maneira possamos superá-lo.

A presente investigação buscou identificar os motivos que levam os alunos dos cursos técnicos EAD evadirem, com o intuito de contribuir para um sistema mais eficiente. Neste caminhar, encontramos vários obstáculos, como encontrar uma maneira de facilitar a participação dos alunos evadidos na nossa pesquisa, tendo em vista que os cursistas são de diversas regiões do Estado. Entretanto, nos encontramos com diversas informações importantes, que permitiram compreender melhor as razões dos altos números de evasão e apresentar propostas para combatê-las. Essas conclusões abrem espaços para novas investigações, que poderão contribuir para a permanência e êxito desses alunos.

Neste sentido, é importante destacarmos as dificuldades encontradas no percurso desta investigação. As principais passamos a apresentar a seguir:

- ✓ Prazo longo para análise e aprovação pelo CEP, atrasando as ações de aplicação de questionário e instrumentalização da pesquisa;
- ✓ Dados oficiais desatualizados, referentes ao banco de dados com as informações dos alunos, causando perda de tempo e dificuldades na localização e identificação;

- ✓ Quando da aplicação do questionário, nosso primeiro obstáculo nesta etapa foi encontrar uma maneira de facilitar a participação deles na nossa pesquisa, tendo em vista que os estudantes são de diversas regiões do Estado. A primeira tentativa foi o envio de e-mail, sem sucesso. Outro recurso foi o Google Docs, outra vez não obtivemos êxito. Somente após a visita aos polos é que nos ocorreu em virtude da colaboração dos coordenadores em aplicar um questionário físico, de tal modo que fosse entregue pessoalmente ao estudante. Somente assim é que conseguimos resultado satisfatório.

Dado as limitações desta pesquisa, sugerimos como propostas de investigação os seguintes tópicos:

- ✓ Elaboração de mais pesquisas com o intuito de investigar se a relação entre o desempenho acadêmico e o nível de persistência dos alunos em cursos EAD, para analisar se a expectativa do aluno de ser reprovado pode ser um aspecto que leve a evasão;
- ✓ Pesquisas com análise comparativas entre a evasão em cursos presencial e EAD;
- ✓ Investigações que analisem os aspectos da evasão relacionados às dificuldades econômicas regionais e a inserção no mercado de trabalho de acordo com os arranjos produtivos locais.

Assim, a intenção foi contribuir institucionalmente para a melhoria do ensino, buscando entender e compreender as causas que levam os alunos a abandonarem a sala de aula, a fim de que esforços do governo, comunidade acadêmica, família e estudante, não sejam em vão, evitando-se o desperdício de investimentos e, o mais importante, que tais experiências não aprofundem a decepção pessoal e o fracasso.

Sabemos que investigações desta natureza não podem ter seus resultados generalizados, não esgotarmos a temática, muito embora tenhamos aumentado significativamente a nossa compreensão pessoal, enquanto pesquisadores e contribuído ainda que em pequeno grau, para futuras ações de combate a evasão, a serem promovidas por todos os envolvidos e que se preocupam com o futuro deste país. Entretanto, acreditamos que é possível, mesmo que em proporção menor, que esta pesquisa possibilitou o rompimento e o avanço do conhecimento sobre a temática.

Esperamos que os resultados desta pesquisa possam fornecer elementos norteadores para futuras ações educacionais direcionadas pela instituição investigada e que tenhamos êxito na formação dos alunos gerando benefícios aos estudantes, à escola e sociedade como todo.

REFERÊNCIAS

ABED. **Associação Brasileira de Educação a Distância**. Disponível em: <<http://www2.abed.org.br/eadfaq.asp>>. Acesso em: 01 mai. 2016.

_____. **Censo EAD.BR: Relatório Analítico da Aprendizagem a Distância no Brasil 2014 = Censo EAD.BR: Analytic Report of Distance Learning in Brazil**/[traduzido por Maria Thereza Moss de Abreu]. – Curitiba: Ibepex, 2015. Disponível em: <http://www.abed.org.br/censoead2014/CensoEAD2014_portugues.pdf> Acesso em 15 mai. 2016.

ALMEIDA, Olívia Cristina de Souza. **Evasão em Cursos a Distância: validação de instrumento, fatores Influenciadores e Cronologia da Desistência**. 2007. 177 f. Dissertação (Mestrado em Gestão Social e do Trabalho) - Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

ALVES, Lucineia. **Educação a distância: conceitos e história no Brasil e no mundo**. 2011. 83 – 92 f. Artigo. Associação Brasileira de Educação a Distância, Brasil, 2011. Disponível em: <http://www.abed.org.br/revistacientifica/Revista_PDF_Doc/2011/Artigo_07.pdf>. Acessado em: 15 mai. 2016.

ANDRÉ, Marli. Pesquisa em Educação: buscando rigor e qualidade. III Seminário de Pesquisa em Educação - Região Sul, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, dez. 2000. **Cadernos de Pesquisa**, n. 113, p. 51-64, jul. 2001.

ARCE, Alessandra. Educação a distância: “cavalo de tróia” na formação do pedagogo? In: SOUZA, Dilenio Dustan Lucas de; SILVA JÚNIOR, João dos Reis; FLORESTA, Maria das Graças Soares (Orgs.). **Educação a distancia : diferentes abordagens críticas**. São Paulo: Xamã, 2010. p. 77-87.

ARETIO, Lorenzo Garcia. **La educación a distancia y la UNED**. Madrid: UNED, 1996.

_____. **Concepción y tendencias de la educación a distancia en américa latina**. Documentos de trabajo nº 2. Centro de Altos Estudios Universitarios de la OEI, 2009. Disponível em <http://www4.pucsp.br/cehal/downloads/relatorios/revista_a_distancia/libro_garcia_aretio_%20concepcion_%20y_tendencias_%20de_la_educ_a_distancia_en_AL.pdf> Acesso em: 20 dez. 2016.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1979.

BELLONI, Maria Luiza. **Educação a distância**. 3.ed. Campinas: Editora Autores Associados, 2003.

BITTENCOURT, Ibsen Mateus; MERCADO, Luis Paulo Leopoldo. Evasão nos cursos na modalidade de educação a distância: estudo de caso do Curso Piloto de Administração da UFAL/UAB. Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v.22, n. 83, p. 465-504, abr./jun. 2014.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

_____. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE**. Contagem populacional, 2014. Disponível em: <www.ibge.gov.br> Acesso em: 18 de dez. 2016.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação.** Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação.** Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação.** Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996.

_____. **Lei n.º 10.172**, de 09 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Disponível <<http://www.mec.gov.br>>. Acesso: 14 de março de 2016.

_____. **Plano Nacional de Educação 2014-2024:** Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014.

_____. Ministério da Educação. **Decreto Federal nº. 5.622**, de 20.12.2005. Regulamenta o art. 80 da Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5622.htm. Acesso em: 06 mar. 2016.

CAIXETA, Raquel Farias. **EaD - Democratizando a Educação através da modalidade a distância.** 2011.23f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciado em Ciência Biológicas) - Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

COMARELLA, Rafaela Lunardi. **Educação superior a distância: evasão discente.** 2006. 01-146 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia e Gestão do Conhecimento). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC. 2009.

DORE, Rosemary; LUSCHER, Ana Zuleima. Permanência e evasão na educação técnica de nível médio em Minas Gerais. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 41, n. 144, dez. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742011000300007&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 03 dez. 2016.

FAVERO, Rute Vera Maria. **Dialogar ou evadir: Eis a questão! Um estudo sobre a permanência e a evasão na Educação a Distância.** 2006. 167 f. Dissertação (Mestrado em Educação)- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, 2006.

FREITAS, Frederico Oliveira. Os Desafios Do Brasil No Ensino Superior A Distância. In: *Âmbito Jurídico*, Rio Grande, XVI, n. 114, jul 2013. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=13477&revista_caderno=27>. Acesso em 01 maio 2016.

FERREIRA, Eliza Bartolozzi. Ensino médio no Brasil: os desafios das políticas de garantia do direito a sua universalização. **Linhas Críticas**, Brasília, DF, v. 17, n. 34, p. 507-525, set./dez. 2011. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/viewFile/6243/5116>. Acesso em 03 de dez. 2016.

FREITAS, Luis Felipe Camelo de; FERREIRA, Salete Leone. Evolução da EAD no Brasil – um comparativo no ensino superior - a distância x presencial. In: Congresso Internacional ABED de Educação a Distância, 19., 2013, Salvador. Anais eletrônicos... Salvador: Abed, 2013. 24 p. Disponível em: <www.abed.org.br/congresso2013/cd/130.doc>. Acesso em: 20 ago. 2016.

SILVA FILHO, Roberto leal lobo; MOTEJUNAS, Paulo Roberto; HIPÓLITO, Oscar; LOBO, Maria Beatriz De Carvalho Melo. *A Evasão No Ensino Superior Brasileiro*. Cadernos de Pesquisa, v. 37, n. 132, p. 641-659, set./dez. 2007

GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2009.

IFRO. **Projeto político pedagógico do curso técnico em finanças EAD (PPC)**. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia. Porto Velho, 2012.

_____. **Plano Estratégico para Permanência e Êxito dos Estudantes do IFRO**. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia. Porto Velho, 2016.

KEARSLEY, G. **Educação a distância: uma visão integrada**. São Paulo: Thomson Learning, 2007.

LINHARES, M. T. M. O direito à educação como direito humano fundamental. **Revista Jurídica da Universidade de Franca**, Maio 2007, p. 149-161, 2007.

LITTO, Fredric Michael. **O cenário Nacional da Educação a Distância**. [21-?]. Disponível em: <<http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:hz70GVSjVK0J:www.aprendervirtual.com.br/artigoInterna.php?IDx=266&num=1&hl=pt-BR&gl=br&strip=0&vwsrc=0>>. Acesso em: 20 maio 2016.

MAIA, Carmem; MATAR João. **ABC da EaD: a educação a distância hoje**. 1. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

MAURÍCIO, Wanderléa Pereira Damásio; SCLEMMER, Eliane. Educação a Distância: as caudas da evasão, os lugares e suas manifestações. In: ESUD 2014 – XI CONGRESSO BRASILEIRO DE ENSINO SUPERIOR A DISTÂNCIA. **Anais...** UNIREDE. Florianópolis, 2014.

MORAN, José Manuel. **O que é Educação à Distância**. Centro de Educação à Distância, Rio de Janeiro, SENAI, ano 1, n. 5, p. 1-3, out./dez. 1994. Disponível em: <<http://www2.eca.usp.br/moran/wp-content/uploads/2013/12/dist.pdf>> Acesso em: 03 fev. 2016.

NEVES, Yára Pereira da Costa e Silva. **Evasão nos cursos a distância: curso de extensão TV na Escola e os desafios de hoje**. 2006. 97 f. Dissertação (Mestrado em Educação Brasileira) - Centro de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2006.

OLIVEIRA, Maria Auxiliadora Monteiro. **A reforma do ensino profissional: desmantelamento da educação tecnológica ministrada pelo CEFET X**. Educação Brasileira, Brasília, v. 23, n. 46, p. 25- 43, jan./jun., 2001. 200p

PACHECO, Andressa Sasaki Vasques. **Evasão: análise da realidade do Curso de Graduação a Distância da Universidade Federal de Santa Catarina**. 2007. 298 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia e Gestão do Conhecimento da Universidade Federal de Santa Catarina)- Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2007.

_____. **Evasão e permanência dos estudantes de um curso de administração do sistema Universidade Aberta do Brasil: uma teoria fundamentada em fatos e na gestão do conhecimento.** 2010. 298 f. Tese (Doutorado em Engenharia e Gestão do Conhecimento)- Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2010.

PALLOFF, Rena M. e PRATT, Keith. **O aluno Virtual: um guia para trabalhar com estudantes on-line.** Porto Alegre: Artmed, 2004.

RAMMINGER, Simone. **Do encontro ao desencontro: fatores relacionados a procura de cursos de EaD em Psicologia e posterior evasão.** Dissertação (Mestrado em Educação) – PUC RS, Faculdade de Educação, 2006.

RISCAL, Sandra Aparecida. A educação solitária. In: SOUZA, Dilenio Dustan Lucas de; SILVA JÚNIOR, João dos Reis; FLORESTA, Maria das Graças Soares (Orgs.). **Educação a distância: diferentes abordagens críticas.** São Paulo: Xamã, 2010, p. 53-75.

RODRIGUES, Clarissa Guimarães; RIOS-NETO, Eduardo Luiz Gonçalves; PINTO, Cristine Campos de Xavier. Diferenças intertemporais na média e distribuição do desempenho escolar no Brasil: o papel do nível socioeconômico, 1997 a 2005. **Rev. bras. estud. popul.**, São Paulo, v. 28, n. 1, jun. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-30982011000100002 &lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 30 dez. 2016.

ROVAI, Alfredo P. **In search of higher persistence rates in distance education online programs.** Internet and Higher Education, v. 6, p. 1-16, nov. 2002.

SÁ, Suzane Simões. A EAD na Universidade: vantagens e desvantagens. V.1, n.2 (2011): **Anais...** 2011.1. Disponível em: <<http://ueadsl.textolivre.pro.br/2011.1/papers/upload/15.pdf>> Acesso em: 17 mai. 2016.

SILVA FILHO, Roberto Leal Lobo; MOTEJUNAS, Paulo Roberto, HIPÓLITO, Oscar; LOBO, Maria Beatriz de Carvalho Melo. A evasão no ensino superior brasileiro. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 641-659, 2007.

SILVA, Cosme Sampaio da. **A evolução da educação à distância no ensino superior no Brasil.** 2014. Disponível em: <<http://www.portaleducacao.com.br/enfermagem/artigos/56172/a-evolucao-da-educacao-a-distancia-no-ensino-superior-no-brasil>>. Acesso em: 06 fev. 2016.

SILVA, Leda Bezerra da; CORNACHIONE, Edgard Bruno Jr. **Educação a Distância e seu Emprego no Ensino Contábil no Brasil.** Disponível em: <http://www.abed.org.br/site/pt/midiateca/textos_ead/657/2005/11/educacao_a_distancia_e_seu_emprego_no_ensino_contabil_no_brasil> Acesso em: 17 mai. 2016.

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy, et. al. **Educação em Direitos Humanos: Fundamentos teórico-metodológicos.** João Pessoa: Editora Universitária, 2007.

TELLES, Vera da Silva. **Direitos sociais: afinal do que se trata?** Belo Horizonte: UFMG, 1999.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da Pesquisa-ação.** 7º ed. Editora São Paulo: Cortez; 1996.

TURATO, Egberto Ribeiro. Capítulo I: A questão da complementariedade e diferença entre métodos qualitativos e quantitativos de pesquisa: uma discussão epistemológica necessária. In: GRUBITS, Sônia; NORIEGA, José Angel V. (orgs.). **Método qualitativo:** epistemologia, complementariedades e aplicações. São Paulo: Vetor, 2004. Disponível em <http://books.google.com.br>. Acesso: 23 de jun 2016.

APÊNDICES

APÊNDICE A - Questionário para alunos evadidos

Este questionário constitui um instrumento importante para conhecermos e propor iniciativas para minimizar os índices de evasão dos acadêmicos. Sua contribuição é extremamente relevante para melhor conhecermos os reais motivos da evasão.

As respostas às questões serão catalogadas e analisadas pelo pesquisador autor da dissertação, preservando o sigilo da identidade dos participantes. Para tanto, pedimos que responda a este com sinceridade. Sua participação é essencial para melhorarmos a qualidade do ensino. Marque apenas uma alternativa para cada pergunta.

Você aceitaria fazer parte da pesquisa? S () N ()

1. Nome: _____ Tel.: _____

2. Idade: _____ Gênero: M () F () Data nasc.: ____/____/____

3. Cidade/Estado: _____

4. Curso: _____

5. O curso escolhido foi sua primeira opção?

☐ Sim

☐ Não

6. É correta a informação de que você desistiu do curso?

☐ Sim

☐ Não

7. Em qual semestre parou: _____

8. Qual o nível de escolaridade do seu pai? _____

9. Qual o nível de escolaridade da sua mãe? _____

10. Quais os motivos que o levaram a desistir do curso?

11. Se referir oportunidade de trabalho, o que mais o atraiu:

☐ Salário

☐ Oportunidade de carreira

☐ Realização profissional

☐ Outros: _____

12. Se referir dificuldade de aprendizado:

☐ Sentiu-se desmotivado diante do conteúdo ministrado nas disciplinas

☐ Dificuldade de adaptação às didáticas exercidas pelos professores

☐ Impossibilidade de conciliar os estudos com a vida profissional e familiar

☐ Outros: _____

13. Se referir que o curso não correspondeu às expectativas:

☐ Escassa articulação dos conteúdos lecionados com o mercado de trabalho

☐ Poucas oportunidades profissionais

☐ Falsa expectativa em relação ao curso

☐ Outros: _____

14. Se referir dificuldade de relacionamento com os docentes/servidores:

- ☐ Se sim, qual/is? _____
- ☐ Não
- ☐ Outros: _____

15. Se referir problema de saúde, qual a gravidade:

16. Quais foram as ações que buscou para evitar a desistência do curso?

- ☐ Procurou emprego
- ☐ Pediu ajuda financeira a familiares e amigos
- ☐ Pediu auxílio à CAED
- ☐ Não procurou ajuda
- ☐ Outros: _____

17. Gostaria de avaliar a hipótese de reingressar ao curso?

- ☐ Não
- ☐ Sim, mas não no IFRO
- ☐ Sim, no IFRO

18. Se referir sim, o que seria indispensável para o reingresso ao IFRO:

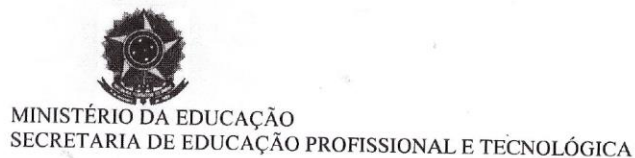
19. Atualmente qual a sua ocupação? _____

20. Você já tinha feito algum curso à distância antes? _____

21. Qual a sua avaliação em relação ao conteúdo do curso? _____

Agradecemos a sua colaboração!


APÊNDICE B - Declaração de autorização para coleta e divulgação de dados



DECLARAÇÃO

Eu, **GILBERTO LASKE**, Diretor Geral Substituto do IFRO - Câmpus Porto Velho Zona Norte, Portaria GR nº 723, de 19/10/2012 GR/IFRO, autorizo por meio deste o servidor **ADONIAS SOARES DA SILVA JÚNIOR**, Professor EBTT, SIAPE: 2236680, em exercício neste câmpus, a coletar e divulgar os dados referentes a pesquisa "A EVASÃO ESCOLAR NOS CURSOS TÉCNICOS OFERECIDOS PELO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA NA MODALIDADE EAD, bem como aplicar questionário aos alunos presenciais e à distância.

Porto Velho, 03 de junho de 2016.



Gilberto Laske
Diretor Geral Substituto
Portaria GR nº 723, de 19/10/2012 GR/IFRO

APÊNDICE C - Termo de consentimento livre e esclarecido



UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EM EDUCAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO ESCOLAR
LINHA DE PESQUISA: PRÁTICAS PEDAGÓGICAS, INOVAÇÕES CURRICULARES
E TECNOLÓGICAS.

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, _____, portador
(a) do RG. nº _____, concordo em participar da pesquisa: **“A EVASÃO ESCOLAR NOS CURSOS TÉCNICOS OFERECIDOS PELO INSTITUTO FEDERAL DE RONDÔNIA NA MODALIDADE EAD”**, objeto de estudo do mestrando Adonias Soares da Silva Júnior (tel: 99220-9820 – e-mail: adonias.silva@ifro.edu.br), do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia, sob orientação do Profº Dr. Wilmo Ernesto Francisco Junior (email: wilmojr@bol.com.br), do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação Escolar, para estudar os motivos que levam os discentes a abandonarem os estudos, a fim de promover uma análise que estabeleça possibilidades com vistas a contribuir para a diminuição da evasão escolar na Educação a Distância do IFRO.

Para seu conhecimento, esclarecemos que:

1. Sua participação neste estudo será responder a um questionário com perguntas abertas e fechadas;
2. Com base nas informações coletadas, traçaremos um plano de ação visando a diminuição da evasão escolar dos alunos;
3. Não é necessária a identificação pessoal no formulário do questionário;
4. As respostas serão tratadas de modo confidencial e anônimo;
5. O participante não terá nenhum tipo de retorno financeiro por sua participação, pois se trata de ato voluntário;
6. O participante concorda que os resultados da pesquisa sejam divulgados, desde que seja mantido o sigilo supramencionado.
7. Uma cópia deste documento será entregue ao participante no ato da assinatura, nele contém os contatos do pesquisador e orientador para maiores esclarecimentos;
8. A qualquer tempo e sem nenhum prejuízo, o participante poderá desistir de participar do estudo.
9. As ações propostas nesta pesquisa serão fruto da resposta deste questionário e de outras ideias que surgirem e forem apresentadas a tempo;
10. Todas as informações desta pesquisa passarão pelo crivo do Comitê de Ética em Pesquisa e Inovação do IFRO (<http://estrategia.ifro.edu.br/proresp/cepi/>), autorizado por meio da Resolução nº 18/CONSUP/IFRO de 21 de junho de 2011, e aprovado, a partir de 18 de

setembro de 2013, conforme Carta Circular 168/2013/CONEP/CNS/GB/MS. E-mail: cepi@ifro.edu.br (69) 2182-9608.

Adonias Soares da S. Júnior
Pesquisador
email: adonias.silva@ifro.edu.br

Wilmo Ernesto Francisco Junior
Orientador do Estudo
email: wilmojr@bol.com.br

Porto Velho - RO, ____ de _____ de 2016.

Assinatura do Participante do Estudo

APÊNDICE D – Protocolo de encaminhamento das propostas de intervenção

A PRESIDENTE DA COMISSÃO DE PERMANÊNCIA E ÊXITO DO IFRO - CAMPUS PORTO VELHO ZONA NORTE.

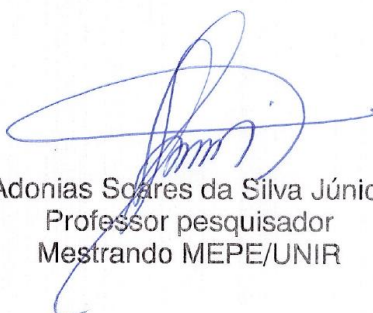
➤ Presidente da Comissão: Francirley Costa de Araújo

Senhora Presidente,

Vimos, por meio deste, encaminhar o documento anexo, que trata de propostas de combate à evasão nos cursos Técnicos EAD do Instituto Federal de Educação e Tecnologia de Rondônia - IFRO, *campus* Porto Velho Zona Norte.

Tais propostas de intervenção são frutos da pesquisa em andamento do programa do Mestrado Profissional em Educação Escolar – MEPE, realizado por este subscritor na Universidade Federal de Rondônia – UNIR, sob a orientação do Professor Dr Wilmo Ernesto Francisco Júnior, e que visam colaborar com as ações de enfrentamento da evasão escolar e consequente fortalecimento da educação pública federal oferecida pelo IFRO.

Porto Velho, 07 de março de 2017.



Adonias Soares da Silva Júnior
Professor pesquisador
Mestrando MEPE/UNIR

IFRO - Campus Porto Velho Zona Norte
RECEBIDO EM:
07 / 03 / 17
Alberto Meireles
Sique 2309105

ANEXOS

ANEXO A - Parecer consubstanciado do CEP

UNIVERSIDADE FEDERAL DE
RONDÔNIA - UNIR

**PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP****DADOS DO PROJETO DE PESQUISA**

Título da Pesquisa: A EVASÃO ESCOLAR NOS CURSOS TÉCNICOS OFERECIDOS PELO INSTITUTO FEDERAL DE RONDÔNIA NA MODALIDADE EAD.

Pesquisador: Adonias Soares da Silva Júnior

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 58755416.1.0000.5300

Instituição Proponente: Universidade Federal de Rondônia - UNIR

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 1.701.718

Apresentação do Projeto:

Trata-se do Projeto de Pesquisa elaborado junto ao Programa de Pós-Graduação Mestrado em Educação Escolar sob orientação do docente Wilmo Ernesto Francisco Júnior.

Objetivo da Pesquisa:

Apresentar quais seriam as melhores práticas pedagógicas ou as mais adequadas para resolver ou, pelo menos, esclarecer os problemas da evasão escolar no ensino técnico oferecido na modalidade EAD.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos mínimos e que serão minimizados, além de possibilitar que o participante abandone a pesquisa a qualquer momento. Benefícios: Reduzir os altos índices de evasão escolar nos cursos técnicos EAD, bem como visa contribuir com a melhoria dos cursos técnicos EAD oferecidos pelo IFRO câmpus Porto Velho Zona Norte.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Trata-se de uma pesquisa qualitativa exploratória, através de pesquisa-ação, com realização e comparação de dados e aplicação de questionário semiestruturado com questões objetivas e subjetivas que serão analisadas à luz da análise de conteúdo. A definição da amostra de pesquisa

Endereço: Avenida Presidente Dutra, 2965 campus José R.

Bairro: Centro

CEP: 78.000-000

UF: RO

Município: PORTO VELHO

Telefone: (69)1182-2111

E-mail: cepunir@yahoo.com.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA - UNIR



Continuação do Parecer: 1.701.718

será aleatória e não probabilística.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

O TCLE está claro e objetivo; contudo, são necessárias as inclusões do endereço do Comitê de Ética em Pesquisa e a garantia de que o TCLE está em duas vias, de modo a possibilitar que o pesquisado e pesquisador tenham cópias da autorização de pesquisa conforme preconiza a Resolução 466/CNS e a Norma Operacional 001/CNS/2013. Os demais documentos obedecem as normas supracitadas

Recomendações:

Inclusões, no TCLE, do endereço do Comitê de Ética em Pesquisa e a garantia de que o TCLE está em duas vias.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

O pesquisador apresentou documentos que demonstram suficiência ética para execução do projeto.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_731176.pdf	11/08/2016 02:00:12		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO_DETALHADO.docx	10/08/2016 17:36:59	Adonias Soares da Silva Júnior	Aceito
Outros	QUESTIONARIO_ALUNOS_EVADIDOS.pdf	08/08/2016 21:21:20	Adonias Soares da Silva Júnior	Aceito
Outros	DECLARACAO_AUTORIZACAO.jpg	08/08/2016 21:19:26	Adonias Soares da Silva Júnior	Aceito
Outros	DECLARACAO_ANUENCIA_ORIENTACAO.pdf	08/08/2016 20:52:07	Adonias Soares da Silva Júnior	Aceito
Cronograma	CRONOGRAMA.docx	08/08/2016 20:45:51	Adonias Soares da Silva Júnior	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TERMO_DE_CONSENTIMENTO.docx	08/08/2016 20:33:12	Adonias Soares da Silva Júnior	Aceito
Folha de Rosto	FOLHA_DE_ROSTO.PDF	01/08/2016 18:17:46	Adonias Soares da Silva Júnior	Aceito

Situação do Parecer:

Endereço: Avenida Presidente Dutra, 2965 campus José R.

Bairro: Centro

CEP: 78.000-000

UF: RO

Município: PORTO VELHO

Telefone: (69)1182-2111

E-mail: cepunir@yahoo.com.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DE
RONDÔNIA - UNIR



Continuação do Parecer: 1.701.718

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

PORTO VELHO, 29 de Agosto de 2016

Assinado por:
Edson dos Santos Farias
(Coordenador)

ANEXO B - Resolução nº 04 IFRO

Resolução nº 04/CE/IFRO/CPVHZN, de 04 de agosto de 2016.

Dispõe sobre a aprovação do calendário de oferta de Disciplinas Especiais para os cursos Técnico em Finanças, Técnico em Informática para Internet e os cursos ofertados pelo programa PROFUNCIONÁRIO, no âmbito do campus Porto Velho Zona Norte.

O PRESIDENTE DO CONSELHO ESCOLAR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA *CAMPUS PORTO VELHO ZONA NORTE*, no uso de suas atribuições legais conferidas pela lei nº 11.892, de 29/12/2008, publicada no D.O.U de 30/12/2009, em conformidade com o disposto no Estatuto; considerando o Regimento Geral do IFRO, aprovado pela Resolução CONSUP/IFRO, de 21/06/2011, e a Portaria nº 1.346, de 31 de Agosto de 2015,

CONSIDERANDO, a ATA Nº 4 III Reunião Extraordinária -Conselho Escolar do *Campus Porto Velho Zona Norte* de 20 de julho de 2016;

CONSIDERANDO, o Processo nº 23243.004822/2016-88 de 04 de agosto de 2016;

RESOLVE:

Art. 1º APROVAR, calendário de oferta de Disciplinas Especiais para os cursos Técnico em Finanças, Técnico em Informática para Internet e os cursos ofertados pelo programa PROFUNCIONÁRIO.

Art. 2º As diretrizes e calendário da oferta de Disciplinas Especiais estão dispostas no anexo I desta Resolução.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MIGUEL FABRÍCIO ZAMBERLAN

Presidente do Conselho Escolar *Campus Porto Velho Zona Norte*

ANEXO I

Resolução nº 04 de 04/08/2016 - Conselho Escolar *Campus* Porto Velho Zona Norte

TUTORIAL DA OFERTA DE DISCIPLINAS ESPECIAIS

TUTORIAL DA OFERTA DE DISCIPLINAS ESPECIAIS

1. O QUE SÃO AS DISCIPLINAS ESPECIAIS?

É a reoferta das disciplinas dos cursos técnicos para os alunos com reprovação “por falta” e “por nota”, a fim de resolver suas pendências na modalidade EAD do Curso Técnico em Finanças e Curso Técnico em Informática para Internet. E dos cursos do Profucionário: Curso Técnico em Multimeios Didáticos, Curso Técnico em Secretaria Escolar, Curso Técnico em Infraestrutura Escolar e o Curso Técnico em Alimentação Escolar.

2. QUAIS OS ALUNOS QUE PODERÃO FAZER AS DISCIPLINAS ESPECIAIS?

2.1. Alunos Reprovados por Falta:

Os alunos que reprovaram por falta em no máximo 4 disciplinas durante o curso.

2.2. Alunos reprovados por nota:

Os alunos que teve frequência mínima na disciplina, mas que não alcançaram nota para aprovação, independente da quantidade de disciplinas que ficou.

2.3. Alunos reprovados por falta e por nota (conjuntamente)

O limite de quatro disciplinas aplicasse somente as reprovações por falta. As disciplinas reprovadas por nota permanecem sem limitações.

3. COMO OCORRERÁ A OFERTA DE DISCIPLINAS ESPECIAIS?

Cada curso ofertado tem seu calendário, em anexo, com data referente às atividades designadas para a conclusão das disciplinas especiais. O coordenador de polo deverá acompanhar essas datas pelo calendário.

3.1. Da matrícula

- I. Solicitação de matrícula através de requerimento geral, especificando cada disciplina pendente.

3.2. Do Material

- I. Disponibilização de aulas no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) conforme calendário.

3.3. Dos Fóruns

- I. Serão realizado “Fóruns”¹ para esclarecimento de dúvidas;
- II. Periodicidade: 1 (uma) vez por semana conforme estabelecido em calendário;
- III. Local: Polos presenciais;
- IV. Mediador: Coordenador de Polo.
- V. Tutoria on-line: Tutor à distância

3.4. Das Avaliações

- I. Cursos Técnico em Finanças e Técnico em Informática para Internet: “Relatório Descritivo”²;

¹ Os Fóruns terão seu início as 19h00min

II. Cursos Profucionário: “Memorial Descritivo”³;

4. DA APROVAÇÃO

4.1 Das disciplinas em que os Alunos estão Reprovados por Falta

4.1.1 Nos Cursos Técnico em Finanças e Técnico em Informática para Internet:

- a. O aluno deverá acessar no mínimo 75% das aulas postadas no AVA;
- b. O aluno deverá ter no mínimo 75% da frequência nos “Fóruns”;
- c. O aluno deverá entregar o “Relatório Descritivo” da disciplina que está em dependência;
- d. O aluno deverá obter a nota de no mínimo 50 no “Relatório Descritivo”.

4.1.2 Nos Cursos Técnicos do Profucionário:

- a. O aluno deverá acessar no mínimo 75% das aulas postadas no AVA;
- b. O aluno deverá ter no mínimo 75% da frequência nos “Fóruns”;
- c. O aluno deverá entregar o “Memorial Descritivo” da disciplina que está em dependência;
- d. O aluno deverá obter a nota de no mínimo 50 no “Memorial Descritivo”.

4.2 Das disciplinas em que os Alunos estão Reprovados por Nota

4.2.1 Nos Cursos Técnico em Finanças e Técnico em Informática para Internet:

- a. O aluno deverá entregar o “Relatório Descritivo” da disciplina que está em dependência;
- b. O aluno deverá obter a nota de no mínimo 50 no “Relatório Descritivo”.

4.2.2 Nos Cursos Técnicos do Profucionário:

- a. O aluno deverá entregar o “Memorial Descritivo” da disciplina que está em dependência;
- b. O aluno deverá obter a nota de no mínimo 50 no “Memorial Descritivo”.

5. QUAL A FUNÇÃO DO COORDENADOR/TUTOR:

- a. Acompanhar os alunos nos dias de presença no polo para participação nos fóruns, controlar a frequência através de lista de presença, e consequentemente lançar no sistema de Gestão Acadêmico (SIFRO ou AVA).
- b. Receber os “Relatórios Descritivos” e os “Memoriais Descritivos” nas datas especificadas no calendário, até as 21h00min.
- c. Enviar os “Relatórios Descritivos” e os “Memoriais Descritivos” via e-mail para cada coordenação de curso correspondente. Dos alunos do Curso Técnico em Finanças enviar para a Coordenação do Curso Técnico em Finanças ccteadfinancas.pvhzonanorte@ifro.edu.br. Dos alunos do Curso Técnico em Informática para a Internet ccteadinformatica.pvhzonanorte@ifro.edu.br. Dos Alunos dos Cursos do

² Modelo Anexo I

³ Modelo Anexo II

Profucionário enviar para a Coordenação do Profucionário email: profucionario@ifro.edu.br. Tudo com cópia ao email cgpead.pvhzonanorte@ifro.edu.br e posteriormente por malote endereçado a Coordenação de Gestão de Polos EAD - CGPEAD - Campus Porto Velho Zona Norte.

6. DA COMPOSIÇÃO DO “RELATÓRIO DESCRITIVO”:

- a. Será possibilitado ao aluno entregar um “Relatório Descritivo” para cada disciplina do Curso em que o mesmo esteja reprovado;
- b. O modelo de “Relatório Descritivo” será disponibilizado no AVA e terá que ser **manuscrito** pelo aluno.
- c. O sistema de notação será de 0 (zero) a 100 (cem) pontos.

7. DA COMPOSIÇÃO DO “MEMORIAL DESCRITIVO”:

- a. Será possibilitado ao aluno entregar um “Memorial Descritivo” para cada disciplina do Curso em que o mesmo esteja Reprovado;
- b. O modelo do “Memorial Descritivo” será disponibilizado no AVA e terá que ser **manuscrito** pelo aluno.
- c. O sistema de notação será de 0 (zero) a 100 (cem) pontos.

Observações:

1. A participação nos Fóruns terá que ser, obrigatoriamente, nos Polos de Apoio Presencial. Essa participação deverá ser controlada através de lista de presença, e consequentemente lançada no sistema de Gestão Acadêmico (SIFRO ou AVA).
2. Nos dias dos Fóruns teremos tutores on-line para esclarecimento de dúvidas dos alunos e os Coordenadores Polos terão que fazer o acompanhamento dos alunos;
3. Os alunos poderão trazer questões formuladas para ser encaminhadas para os Tutores on-line;
4. Os fóruns serão realizados todas as quartas-feiras conforme previsto no calendário.

Anexo I - Calendário de "Fóruns", Postagem das Aulas no AVA⁴ e Data Limite para Entrega do "Relatório Descritivo" – Curso Técnico em Finanças.

	TOTAL (Hore Aulas)	DATAS PARA COMPARECIMENTO AOS POLOS (PARTICIPAÇÃO NOS FÓRUMS)									
		1ª Aula	2ª Aula	3ª Aula	4ª Aula	5ª Aula	6ª Aula	7ª Aula	8ª Aula		
1ª Módulo	Direito e Legislação Comercial	40	17/08/2016	24/08/2016	31/08/2016	07/09/2016	14/09/2016				
	Ética Profissional e Cidadania	40	17/08/2016	24/08/2016	31/08/2016	07/09/2016	14/09/2016				
	Ambientação para EaD	40	17/08/2016	24/08/2016	31/08/2016	07/09/2016	14/09/2016				
	Introdução à Informática	40	17/08/2016	24/08/2016	31/08/2016	07/09/2016	14/09/2016				
2ª Módulo	Contabilidade Geral	60	17/08/2016	24/08/2016	31/08/2016	07/09/2016	14/09/2016	21/09/2016	28/09/2016		
	Estatística Aplicada	60	17/08/2016	24/08/2016	31/08/2016	07/09/2016	14/09/2016	21/09/2016	28/09/2016		
	Fundamentos de Economia	60	17/08/2016	24/08/2016	31/08/2016	07/09/2016	14/09/2016	21/09/2016	28/09/2016		
	Português Instrumental	60	17/08/2016	24/08/2016	31/08/2016	07/09/2016	14/09/2016	21/09/2016	28/09/2016		
3ª Módulo	Orientação para Prática Profissional e Pesquisa	40		1ª Aula	2ª Aula	3ª Aula	4ª Aula	5ª Aula	6ª Aula	7ª Aula	8ª Aula
	Matemática Financeira	80		24/08/2016	31/08/2016	07/09/2016	14/09/2016	21/09/2016	28/09/2016	05/10/2016	12/10/2016
	Direito Tributário	40		24/08/2016	31/08/2016	07/09/2016	14/09/2016	21/09/2016	28/09/2016	05/10/2016	12/10/2016
	Fundamentos de Administração	60		24/08/2016	31/08/2016	07/09/2016	14/09/2016	21/09/2016	28/09/2016	05/10/2016	12/10/2016
4ª Módulo	Análise de Demonstrações Financeiras	60		24/08/2016	31/08/2016	07/09/2016	14/09/2016	21/09/2016	28/09/2016	05/10/2016	12/10/2016
	Contabilidade de Custos	60		24/08/2016	31/08/2016	07/09/2016	14/09/2016	21/09/2016	28/09/2016	05/10/2016	12/10/2016
	Gestão Orçamentária	60		24/08/2016	31/08/2016	07/09/2016	14/09/2016	21/09/2016	28/09/2016	05/10/2016	12/10/2016
5ª Módulo	Empreendedorismo	40			1ª Aula	2ª Aula	3ª Aula	4ª Aula	5ª Aula	6ª Aula	7ª Aula
	Gestão Tributária	40			31/08/2016	07/09/2016	14/09/2016	21/09/2016	28/09/2016	05/10/2016	12/10/2016
	Planejamento Financeiro	80			31/08/2016	07/09/2016	14/09/2016	21/09/2016	28/09/2016	05/10/2016	12/10/2016
	Investimentos Financeiros	60			31/08/2016	07/09/2016	14/09/2016	21/09/2016	28/09/2016	05/10/2016	12/10/2016
6ª Módulo	Mercado de Capitais	60			31/08/2016	07/09/2016	14/09/2016	21/09/2016	28/09/2016	05/10/2016	12/10/2016
	Análise de Risco e Crédito	60			31/08/2016	07/09/2016	14/09/2016	21/09/2016	28/09/2016	05/10/2016	12/10/2016

Somente Participação nos "FÓRUMS"⁵Data Limite para entrega do "Relatório Descritivo" da disciplina⁶ sem FÓRUM.

Participação nos "FÓRUMS" e data Limite para "Relatório Descritivo" da disciplina

⁴ A Postagem das aulas ocorrerá sempre no dia do 1º Encontro⁵ Os fóruns terão início às 19h00min⁶ O "Relatório Descritivo" deverá ser entregue nos polos até as 21h00min nos dias indicados em calendário

Data Limite para entrega do "Relatório Descritivo" da disciplina	
DATAS	DISCIPLINAS
14/09/2016	Direito e Legislação Comercial Ética Profissional e Cidadania Ambientação para EaD Introdução à Informática
21/09/2016	Orientação para Prática Profissional e Pesquisa Direito Tributário Empreendedorismo Gestão Tributária
28/09/2016	Contabilidade Geral Estatística Aplicada Fundamentos de Economia Português Instrumental
05/10/2016	Fundamentos da Administração Análise de Demonstrações Financeiras Contabilidade de Custos Gestão Orçamentária
12/10/2016	Investimentos Financeiros Mercado de Capitais Análise de Risco e Crédito
19/10/2016	Matemática Financeira Planejamento Financeiro

Anexo II - Calendário de "Fóruns", Postagem das Aulas no AVA⁷ e Data Limite para Entrega do "Relatório Descritivo" – Curso Técnico em Informática para Internet.

		TOTAL (Hora Aula)	DATAS PARA COMPARECIMENTO AOS POLOS (PARTICIPAÇÃO NOS FÓRUMS)							
			1ª Aula	2ª Aula	3ª Aula	4ª Aula	5ª Aula	6ª Aula	7ª Aula	
12 Módulo	Ambientação para EaD	40	17/08/2016	24/08/2016	31/08/2016	07/09/2016				
	Português Instrumental	40	17/08/2016	24/08/2016	31/08/2016	07/09/2016				
	Inglês Instrumental	40	17/08/2016	24/08/2016	31/08/2016	07/09/2016				
	Ética Profissional e Cidadania	40	17/08/2016	24/08/2016	31/08/2016	07/09/2016				
22 Módulo	Sistemas Operacionais	60	17/08/2016	24/08/2016	31/08/2016	07/09/2016	14/09/2016	21/09/2016		
	Arquitetura de Computadores	60	17/08/2016	24/08/2016	31/08/2016	07/09/2016	14/09/2016	21/09/2016		
	Fundamentos de Desenvolvimento WEB	60	17/08/2016	24/08/2016	31/08/2016	07/09/2016	14/09/2016	21/09/2016		
	Lógica de Programação	60	17/08/2016	24/08/2016	31/08/2016	07/09/2016	14/09/2016	21/09/2016		
32 Módulo				1ª Aula	2ª Aula	3ª Aula	4ª Aula	5ª Aula	6ª Aula	7ª Aula
	Técnicas de Programação	40		24/08/2016	31/08/2016	07/09/2016	14/09/2016			
	Estrutura de Dados	40		24/08/2016	31/08/2016	07/09/2016	14/09/2016			
	Análise de Sistemas	40		24/08/2016	31/08/2016	07/09/2016	14/09/2016			
42 Módulo	Orientação para Prática Profissional e Pesquisa	40		24/08/2016	31/08/2016	07/09/2016	14/09/2016			
	Redes de Computadores	60		24/08/2016	31/08/2016	07/09/2016	14/09/2016	21/09/2016	28/09/2016	05/10/2016
	Programação Orientada a Objetos	60		24/08/2016	31/08/2016	07/09/2016	14/09/2016	21/09/2016	28/09/2016	05/10/2016
	Bancos de Dados	60		24/08/2016	31/08/2016	07/09/2016	14/09/2016	21/09/2016	28/09/2016	05/10/2016
52 Módulo	Programação para WEB	60		24/08/2016	31/08/2016	07/09/2016	14/09/2016	21/09/2016	28/09/2016	05/10/2016
					1ª Aula	2ª Aula	3ª Aula	4ª Aula	5ª Aula	6ª Aula
	Interação Humano-Computador	40			31/08/2016	07/09/2016	14/09/2016	21/09/2016	28/09/2016	
	Comércio Eletrônico e Marketing	40			31/08/2016	07/09/2016	14/09/2016	21/09/2016	28/09/2016	
62 Módulo	Empreendedorismo	40			31/08/2016	07/09/2016	14/09/2016	21/09/2016	28/09/2016	
	Segurança, Meio Ambiente e Saúde	40			31/08/2016	07/09/2016	14/09/2016	21/09/2016	28/09/2016	
	Segurança da Informação	60			31/08/2016	07/09/2016	14/09/2016	21/09/2016	28/09/2016	05/10/2016
	Recursos Multimídia	60			31/08/2016	07/09/2016	14/09/2016	21/09/2016	28/09/2016	05/10/2016
62 Módulo	Técnicas Avançadas em Programação WEB	60			31/08/2016	07/09/2016	14/09/2016	21/09/2016	28/09/2016	05/10/2016
	Projetos de Sistemas WEB	60			31/08/2016	07/09/2016	14/09/2016	21/09/2016	28/09/2016	05/10/2016

Somente Participação nos "FÓRUMS"⁸Data Limite para entrega do "Relatório Descritivo" da disciplina⁹ sem FÓRUM.

Participação no "FÓRUMS" e data Limite para "Relatório Descritivo" da disciplina

⁷ A Postagem das aulas ocorrerá sempre no dia do 1º Encontro⁸ Os fóruns terão início às 19h00min⁹ O "Relatório Descritivo" deverá ser entregue nos polos até as 21h00min nos dias indicados em calendário

Data Limite para entrega do "Relatório Descritivo" da disciplina	
DATAS	DISCIPLINAS
07/09/2016	Ambientação para EaD Português Instrumental Inglês Instrumental Ética Profissional e Cidadania
14/09/2016	Técnicas de Programação Estrutura de Dados Análise de Sistemas Orientação para Prática Profissional e Pesquisa
21/09/2016	Sistemas Operacionais Arquitetura de Computadores Fundamentos de Desenvolvimento WEB Lógica de Programação
28/09/2016	Interação Humano-Computador Comércio Eletrônico e Marketing Empreendedorismo Segurança, Meio Ambiente e Saúde
05/10/2016	Redes de Computadores Programação Orientada a Objetos Bancos de Dados Programação para WEB
12/10/2016	Segurança da Informação Recursos Multimídia Técnicas Avançadas em Programação WEB Projetos de Sistemas WEB

Anexo III - Calendário de "Fóruns", Postagem das Aulas no AVA¹⁰ e Data Limite para Entrega do "Memorial Descritivo" – Curso Multimeios Didáticos.

	TOTAL (Hora Aula)	DATAS PARA COMPARECIMENTO AOS POLOS (PARTICIPAÇÃO DOS FÓRUMS DE TUTORIA)									
		1º Encontro	2º Encontro	3º Encontro	4º Encontro	5º Encontro	6º Encontro	7º Encontro	8º Encontro	9º Encontro	10º Encontro
1º Módulo	Ambientação para EaD	40	17/08/2016	24/08/2016	31/08/2016	07/09/2016	14/09/2016	21/09/2016	28/09/2016	05/10/2016	
	Informática Básica e Aplicada à Educação	80	17/08/2016	24/08/2016	31/08/2016	07/09/2016	14/09/2016	21/09/2016	28/09/2016	05/10/2016	
	Funcionários da Educação: Cidadãos, Profissionais, Educadores e Gestores	80	17/08/2016	24/08/2016	31/08/2016	07/09/2016	14/09/2016	21/09/2016	28/09/2016	05/10/2016	
	Homem, Pensamento e Cultura: Abordagem Filosófica e Antropológica	80	17/08/2016	24/08/2016	31/08/2016	07/09/2016	14/09/2016	21/09/2016	28/09/2016	05/10/2016	
	Educadores e Educandos: Tempos Históricos	80	17/08/2016	24/08/2016	31/08/2016	07/09/2016	14/09/2016	21/09/2016	28/09/2016	05/10/2016	
	Metodologia da Pesquisa	40	17/08/2016	24/08/2016	31/08/2016	07/09/2016	14/09/2016	21/09/2016	28/09/2016	05/10/2016	
2º Módulo	Gestão da Educação Escolar	80	17/08/2016	24/08/2016	31/08/2016	07/09/2016	14/09/2016	21/09/2016	28/09/2016	05/10/2016	12/10/2016
	Produção Textual na Educação Escolar	80	17/08/2016	24/08/2016	31/08/2016	07/09/2016	14/09/2016	21/09/2016	28/09/2016	05/10/2016	12/10/2016
	Relações Interpessoais: Abordagem Sociológica	80	17/08/2016	24/08/2016	31/08/2016	07/09/2016	14/09/2016	21/09/2016	28/09/2016	05/10/2016	12/10/2016
	Educação, Sociedade e Trabalho: Abordagem Sociológica	80	17/08/2016	24/08/2016	31/08/2016	07/09/2016	14/09/2016	21/09/2016	28/09/2016	05/10/2016	12/10/2016
3º Módulo	Direito Administrativo e do Trabalho	20	17/08/2016	24/08/2016	31/08/2016	07/09/2016	14/09/2016	21/09/2016	28/09/2016	05/10/2016	
	Orientação Para Pesquisa e Prática Profissional	20	17/08/2016	24/08/2016	31/08/2016	07/09/2016	14/09/2016	21/09/2016	28/09/2016	05/10/2016	
	Teorias da Comunicação	90	17/08/2016	24/08/2016	31/08/2016	07/09/2016	14/09/2016	21/09/2016	28/09/2016	05/10/2016	12/10/2016
	Audiovisuais	90	17/08/2016	24/08/2016	31/08/2016	07/09/2016	14/09/2016	21/09/2016	28/09/2016	05/10/2016	12/10/2016
	Biblioteca Escolar	90	17/08/2016	24/08/2016	31/08/2016	07/09/2016	14/09/2016	21/09/2016	28/09/2016	05/10/2016	12/10/2016
	Laboratórios	90	17/08/2016	24/08/2016	31/08/2016	07/09/2016	14/09/2016	21/09/2016	28/09/2016	05/10/2016	12/10/2016
4º Módulo	Oficinas Culturais	90	17/08/2016	24/08/2016	31/08/2016	07/09/2016	14/09/2016	21/09/2016	28/09/2016	05/10/2016	12/10/2016
	Informática Básica Aplicada à Educação	90	17/08/2016	24/08/2016	31/08/2016	07/09/2016	14/09/2016	21/09/2016	28/09/2016	05/10/2016	12/10/2016
	Informática Aplicada às Artes	80	17/08/2016	24/08/2016	31/08/2016	07/09/2016	14/09/2016	21/09/2016	28/09/2016	05/10/2016	

Somente Participação nos "FÓRUMS"¹¹Data Limite para "Memorial Descritivo" da disciplina¹² sem FÓRUM.

Participação no "FÓRUM" e data Limite para "Memorial Descritivo" da disciplina

¹⁰ A Postagem das aulas ocorrerá sempre no dia do 1º Encontro¹¹ Os fóruns terão início às 19h00min¹² O "Memorial Descritivo" deverá ser entregue nos polos até as 21h00min nos dias indicados em calendário

Datas Limites para entrega do "Memorial Descritivo"	
DATAS	DISCIPLINAS
14/09/2016	Ambientação para EaD Metodologia da Pesquisa Direito Administrativo e do Trabalho Orientação Para Pesquisa e Prática Profissional
05/10/2016	Informática Básica e Aplicada à Educação Funcionários da Educação: Cidadãos, Profissionais, Educadores e Gestores Homem, Pensamento e Cultura: Abordagem Filosófica e Antropológica Educadores e Educandos: Tempos Históricos Informática Aplicada às Artes
12/10/2016	Gestão da Educação Escolar Produção Textual na Educação Escolar Relações Interpessoais: Abordagem Sociológica Educação, Sociedade e Trabalho: Abordagem Sociológica Oficinas Culturais Informática Básica Aplicada à Educação
19/10/2016	Teorias da Comunicação Audiovisuais Biblioteca Escolar Laboratórios

Anexo IV - Calendário de "Fóruns", Postagem das Aulas no AVA¹³ e Data Limite para Entrega do "Memorial Descritivo" – Curso Técnico em Secretaria Escolar.

	TOTAL (Hora Aula)	DATAS PARA COMPARECIMENTO AOS POLOS (PARTICIPAÇÃO NOS FÓRUMS)									
		1ª Encontro	2ª Encontro	3ª Encontro	4ª Encontro	5ª Encontro	6ª Encontro	7ª Encontro	8ª Encontro	9ª Encontro	10ª Encontro
1ª Módulo	Ambientação para EaD	40	17/08/2016	24/08/2016	31/08/2016	07/09/2016	14/09/2016	21/09/2016	28/09/2016	05/10/2016	
	Informática Básica e Aplicada à Educação	80	17/08/2016	24/08/2016	31/08/2016	07/09/2016	14/09/2016	21/09/2016	28/09/2016	05/10/2016	
	Funcionários da Educação: Cidadãos, Profissionais, Educadores e Gestores	80	17/08/2016	24/08/2016	31/08/2016	07/09/2016	14/09/2016	21/09/2016	28/09/2016	05/10/2016	
	Homem, Pensamento e Cultura: Abordagem Filosófica e Antropológica	80	17/08/2016	24/08/2016	31/08/2016	07/09/2016	14/09/2016	21/09/2016	28/09/2016	05/10/2016	
	Educadores e Educandos: Tempos Históricos	80	17/08/2016	24/08/2016	31/08/2016	07/09/2016	14/09/2016	21/09/2016	28/09/2016	05/10/2016	
	Metodologia de Pesquisa	40	17/08/2016	24/08/2016	31/08/2016	07/09/2016	14/09/2016	21/09/2016	28/09/2016	05/10/2016	
2ª Módulo	Gestão da Educação Escolar	80	17/08/2016	24/08/2016	31/08/2016	07/09/2016	14/09/2016	21/09/2016	28/09/2016	05/10/2016	12/10/2016
	Produção Textual na Educação Escolar	80	17/08/2016	24/08/2016	31/08/2016	07/09/2016	14/09/2016	21/09/2016	28/09/2016	05/10/2016	12/10/2016
	Relações Interpessoais: Abordagem Psicológica	80	17/08/2016	24/08/2016	31/08/2016	07/09/2016	14/09/2016	21/09/2016	28/09/2016	05/10/2016	12/10/2016
	Educação, Sociedade e Trabalho: Abordagem Sociológica	80	17/08/2016	24/08/2016	31/08/2016	07/09/2016	14/09/2016	21/09/2016	28/09/2016	05/10/2016	12/10/2016
3ª Módulo	Direito Administrativo e do Trabalho	30	17/08/2016	24/08/2016	31/08/2016	07/09/2016	14/09/2016				
	Orientação Para Pesquisa e Prática Profissional	30	17/08/2016	24/08/2016	31/08/2016	07/09/2016	14/09/2016				
	Trabalho Escolar e Teorias Administrativas	90	17/08/2016	24/08/2016	31/08/2016	07/09/2016	14/09/2016	21/09/2016	28/09/2016	05/10/2016	12/10/2016
	Gestão Democrática nos Sistemas e na Escola	90	17/08/2016	24/08/2016	31/08/2016	07/09/2016	14/09/2016	21/09/2016	28/09/2016	05/10/2016	12/10/2016
	Legislação Escolar	90	17/08/2016	24/08/2016	31/08/2016	07/09/2016	14/09/2016	21/09/2016	28/09/2016	05/10/2016	12/10/2016
	Técnicas de Redação e Arquivo	90	17/08/2016	24/08/2016	31/08/2016	07/09/2016	14/09/2016	21/09/2016	28/09/2016	05/10/2016	12/10/2016
4ª Módulo	Contabilidade na Escola	90	17/08/2016	24/08/2016	31/08/2016	07/09/2016	14/09/2016	21/09/2016	28/09/2016	05/10/2016	12/10/2016
	Administração de Materiais	90	17/08/2016	24/08/2016	31/08/2016	07/09/2016	14/09/2016	21/09/2016	28/09/2016	05/10/2016	12/10/2016
	Estatística Aplicada à Educação	80	17/08/2016	24/08/2016	31/08/2016	07/09/2016	14/09/2016	21/09/2016	28/09/2016	05/10/2016	

Somente Participação nos "FÓRUMS"	14
Data Limite para "Memorial Descritivo" da disciplina	15 sem FÓRUM.
Participação nos "FÓRUMS" e data Limite para "Memorial Descritivo" da disciplina	

¹³ A Postagem das aulas ocorrerá sempre no dia do 1º Encontro¹⁴ Os fóruns terão início às 19h00min¹⁵ O "Memorial Descritivo" deverá ser entregue nos polos até as 21h00min nos dias indicados em calendário

Datas Limites para entrega do "Memorial Descritivo"	
DATAS	DISCIPLINAS
14/09/2016	Ambientação para EaD Metodologia da Pesquisa Direito administrativo e do Trabalho Orientação Para Pesquisa e Prática Profissional
05/10/2016	Informática Básica e Aplicada à Educação Funcionários da Educação: Cidadãos, Profissionais, Educadores e Gestores Homem, Pensamento e Cultura: Abordagem Filosófica e Antropológica Educadores e Educando: Tempos Históricos Estatística Aplicada à Educação
12/10/2016	Gestão da Educação Escolar Produto Textual na Educação Escolar Relações interpessoais: Abordagem Psicológica Educação, Sociedade e Trabalho: Abordagem Sociológica Contabilidade na Escola Administração de materiais
19/10/2016	Trabalho Escolar e Teorias Administrativas Gestão Democrática nos Sistemas e na Escola Legislação Escolar Técnicas de Redação e Arquivo